

Secretaria de  
**Justiça e Direitos  
Humanos**



# RELATÓRIO DE GESTÃO **ANO 2021**

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

**Governador do Estado do Pará**

JOSE FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA

**Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará**

VALBETANIO BARBOSA MILHOMEN

**Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará**

MARA NATIVIDADE POMBO

**Chefia de Gabinete**

VÂNIA QUINTINO DE ALMEIDA MARQUES

**Núcleo de Planejamento**

GERLANDO KLINGER AMARAL SANTANA

**Núcleo de Comunicação Social**

JESSICA DANIELA DE SOUZA MACHADO

**Núcleo de Controle Interno**

WALQUÍRIA CRISTINA BATISTA ALVES BARBOSA

**Ouvidoria**

JANAÍNA RENÉE ARQUELHES DO SANTOS

**Diretoria Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos (DCDH)**

ELIANDO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA

**Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – (PROCON)**

MARIA DE FÁTIMA PEIXOTO CARVALHO

**Diretoria Administrativa e Financeira (DAFIN)**

TIAGO SILVA BRITO

**Diretoria Jurídica (DIJUR)**

**SETOR RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

**Núcleo de Planejamento/SEJUDH**

ANA CLARA RODRIGUES DO NASCIMENTO

VÂNIA QUINTINO DE ALMEIDA MARQUES

Coordenadora do Núcleo de Planejamento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Histórico e Lei de Criação.....</b>	<b>6</b>
<b>2.2</b>	<b>Estrutura Organizacional.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1</b>	<b>CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>9</b>
<b>3.2</b>	<b>O CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS DO PARÁ (CONED).....</b>	<b>9</b>
<b>3.3</b>	<b>CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS – CEDDD.....</b>	<b>15</b>
<b>3.4</b>	<b>O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES – PROVITA/PARÁ.....</b>	<b>16</b>
<b>3.5</b>	<b>O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM/PA.....</b>	<b>18</b>
<b>3.6</b>	<b>O CONSELHO DE JUVENTUDE DO ESTADO DO PARÁ –COJUEPA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.7</b>	<b>COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO - COETRAE/PA.....</b>	<b>20</b>
<b>3.8</b>	<b>CONSELHO ESTADUAL DA DIVERSIDADE SEXUAL - CEDS.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>DIRETORIA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (DCDH).....</b>	<b>21</b>
<b>4.1</b>	<b>COORDENADORIA DE POLÍTICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2</b>	<b>COORDENADORIA DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E REDUÇÃO DE DANOS DE CONSUMO DE DROGAS.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3</b>	<b>COORDENADORIA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS.....</b>	<b>50</b>
<b>4.4</b>	<b>COORDENADORIA DE PROMOÇÃO A CIDADANIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>66</b>
<b>4.5</b>	<b>COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICA PARA MULHERES.....</b>	<b>145</b>
<b>4.6</b>	<b>COORDENADORIA DO PROGRAMA RAÍZES.....</b>	<b>186</b>
<b>5</b>	<b>DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON).....</b>	<b>213</b>

## **1 APRESENTAÇÃO**

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, atua motivada pela determinação, sendo leal à sua missão, e traz consigo o ímpeto da superação, atua na condução da política pública voltadas às garantias de direitos para a população do Estado do Pará, destinada a defender o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, consolidado maior justiça social na promoção dos direitos humanos e cidadania, tem por missão promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos, o acesso à justiça e o combate às discriminações sociais, de mulheres, de negros, dos deficientes físicos, dos povos indígenas, a livre orientação sexual e as políticas sobre drogas, cumprir sua função social em parceria com a sociedade e demais instituições governamentais, e ainda, executar Políticas Estaduais de Proteção aos Direitos do Consumidor e da Juventude. Sua finalidade primordial é formular, coordenar e executar políticas públicas de promoção da proteção e reparação dos direitos humanos que assegurem a dignidade da pessoa humana, acesso universal e igualitário da população às ações de Políticas e serviços destinados ao enfrentamento e combate ao tráfico de pessoas, da política migratória, com erradicação do trabalho escravo e desenvolvimento de política migratória.

A Política Pública das diretrizes do Consumo de Drogas em suas ações de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos ao Consumo de Drogas, executando ações pautadas na prevenção ao consumo drogas, na promoção de ações voltadas à educação, ao fomento de campanhas estaduais, à capacitação dos agentes multiplicadores, com oficinas e atividades culturais, técnicas e desportivas, na consolidação de política pública sobre drogas, que estabelece como um dos princípios da prevenção “o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual” e preconiza também o “não-uso” ou o “retardamento do uso” e a redução de riscos como os objetivos almejados para ações preventivas. Dentro dos programas de proteção às vítimas, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos tem a competência de executar políticas públicas de proteção e reparação dos direitos humanos, de coordenar e executar programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das testemunhas e seus familiares, no que se concerne às principais dimensões da vida cidadã, estas permeiam as ações de reinserção dos núcleos, considerando os aspectos sociais, psicológicos e jurídicos desde o ingresso dos candidatos à proteção.

A Coordenadoria de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos articula ações, voltadas a favorecer o acesso a documentos, informações e outros instrumentos de cidadania à população - que pela sua condição de pobreza são excluídos do Direito de cidadania - em ações são voltadas à política de proteção e defesa de direitos humanos da População LGBTI, bem como outros grupos vulneráveis como mulheres, pessoas idosas, índios, crianças e adolescentes, populações de raízes africanas e outros. Esta Gerência tem por principal objetivo a interlocução das Políticas Públicas Transversais ao enfrentamento da LGBTIfobia e para a Promoção dos instrumentos de acesso à Cidadania e garantia dos Direitos Humanos. A Gerência de Proteção ao Idoso tem por missão desenvolver ações voltadas à proteção e promoção dos direitos da Pessoa Idosa. A Gerência de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem como principal objetivo atuar na promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência em todo o Estado, por meio da integração e articulação de Políticas, programas e ações transversais de Direitos Humanos. A Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude articula ações voltadas à política de promoção e garantia de direitos humanos do público juvenil. A Coordenadoria de Integração de Políticas para as Mulheres executa ações que possam garantir transversalidade da política pública de proteção, defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres no Estado do Pará, considerando o aspecto geracional, cor, raça, etnia, orientação sexual, condição de deficiência, orientação religiosa, opção política, aspecto socioeconômico e geográfico. O Programa Raízes tem como missão articular o atendimento das demandas das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, como também a igualdade social no âmbito do Estado do Pará, visando estruturar uma política governamental para atender as necessidades desses grupos sociais historicamente excluídos de seus direitos fundamentais.

O Sistema Estadual de Defesa do Consumidor atua na gestão das políticas de defesa do consumidor, e na defesa dos direitos individuais e coletivos (direitos difusos), destarte envidando esforços para autuar, aplicar sanções e praticar os demais atos necessários à efetiva proteção ao consumidor, para formar cidadãos consumidores e fornecedores conscientes e capazes de elevar o nível de qualidade de vida a partir da relação consumerista. Por fim, os setores jurídicos têm por competência básica o estudo, o planejamento, a execução, o controle e a avaliação dos assuntos relativos às atividades jurídicas e legais, sob responsabilidade da SEJUDH, assim como o monitoramento das violações aos direitos humanos.

Um pouco dessa dedicação é relatada no Relatório de Gestão Institucional, referente às atividades e aos resultados alcançados no exercício de 2021. Por meio dele, apresentamos as

ações desenvolvidas, as metas atingidas pela atuação proativa, movidas pelos programas e ações de Governo e, também, pelos impactos sociais dos serviços prestados.

Enquanto peça da prestação de contas anual junto aos órgãos de controle, também apresentamos os resultados alcançados por esta Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, por meio do detalhamento da execução das ações constantes no Plano Plurianual de Governo 2020-2023, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando a “Gestão Pública Eficiente e Presente, visando atender as exigências da Sociedade, por meio do fortalecimento da Instituição”.

Desta feita, por meio da organização e reestruturação Administrativa da SEJUDH, da observância às normativas desta Secretaria de Estado no controle social, a gestão vem implementando critérios que preservam a eficiência na utilização dos recursos financeiros e orçamentários visando à otimização do direcionamento dos Recursos para o atendimento das diretrizes delineados no Plano de Gestão para o atendimento as necessidades da população do Estado do Pará.

Visando ao alinhamento com as diretrizes de Governo, a SEJUDH, através dos Dados colhidos em cada setor, foi possível fazer uma projeção de melhoria e direcionamento dos recursos para propiciar o planejamento mais adequado possível para atender às necessidades de cada setor através desse retrato das situações.

## **2 IDENTIFICAÇÃO**

**Nome do Órgão:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (SEJUDH)

**Número Incrição:** 1539321

**CNPJ:** 05.054.895/0001-60

**E-mail:** [gabinetese@judh.pa.gov.br](mailto:gabinetese@judh.pa.gov.br) / [gab.sejudhpa@gmail.com](mailto:gab.sejudhpa@gmail.com)

**Telefone:** (91) 4009-2722

**Endereço:** Rua 28 de setembro nº 339- Campina – CEP: 66.010-100

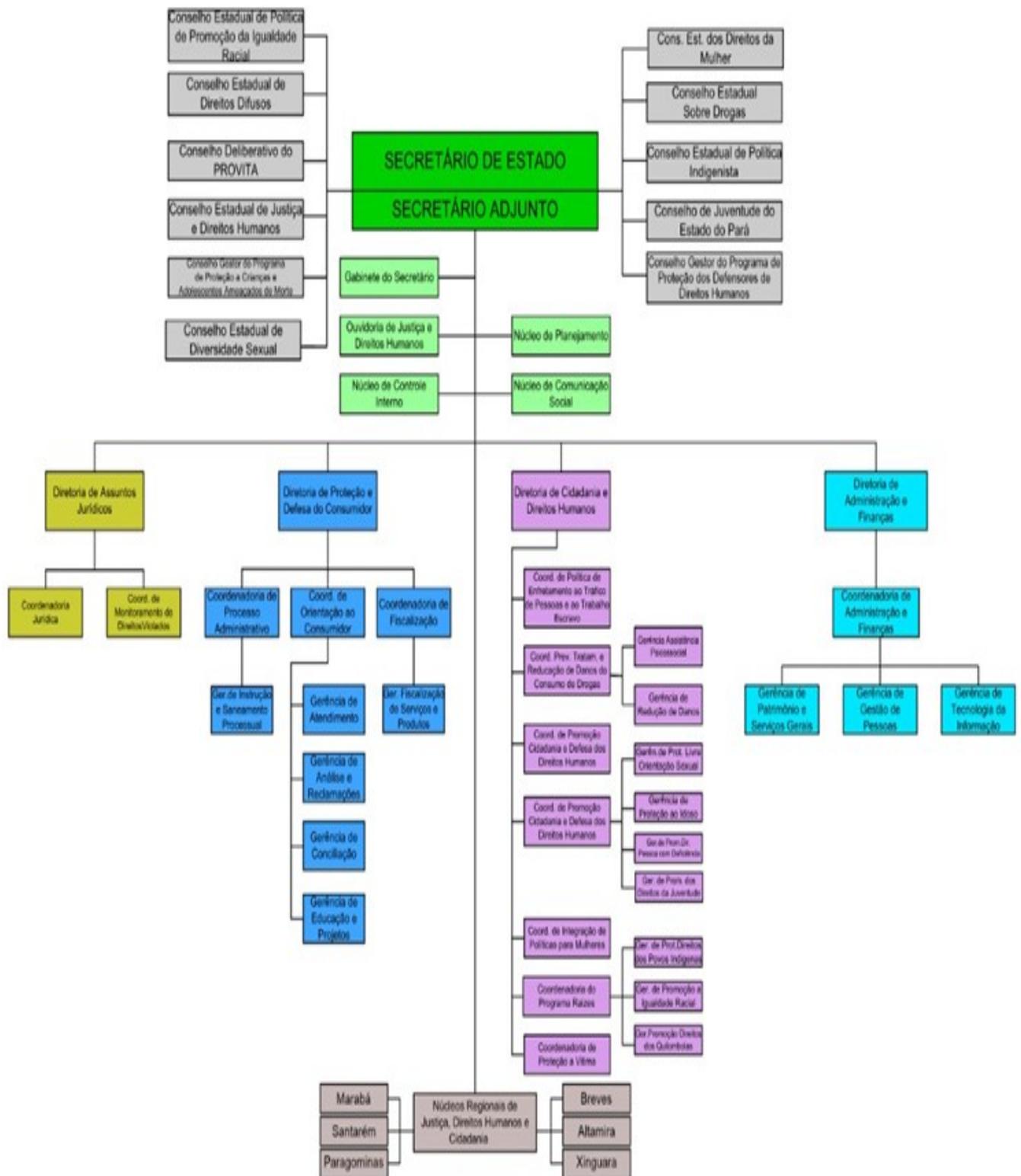
### **2.1 HISTÓRICO E LEI DE CRIAÇÃO**

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos é uma das mais antigas. Criada através do Decreto nº 996 de 16 de abril de 1901 com a denominação de Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Em 1951, através da Lei nº 400 de 30-06, passa a

denominar-se Secretaria de Estado de Interior e Justiça. Em 1982, através do Decreto nº 2231 de 12-05, recebe a denominação de Secretaria de Estado e Justiça. Em 1994, através da Lei nº 5.827 de 04-03, é estabelecida a composição organizacional da SEJUDH. Em 1998, através da Lei nº 6.178, de 30 de dezembro, sofre nova denominação para Secretaria Executiva de Justiça. Em 2007, através da Lei nº 7.029 de 30-07, foi instituída a promoção, proteção e reparação dos direitos humanos no Estado, atribuindo esta competência à Secretaria Executiva de Justiça, passando então a denominar-se Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Em 2009, através do Decreto nº 1.602 de 07-04, é regulamentado o regimento interno da SEJUDH. Em 2015, através da Lei nº 8.096 de 01-01, ocorre a nova estruturação da Administração Pública e do Poder Executivo Estadual. Em 2016, através da Lei nº 8.444 de 06-12, é instituído o programa que cria o Conselho de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Em 2018, através da Lei nº 8.611 de 03-04, ocorre a alteração da estruturação da SEJUDH e cria o Conselho Estadual de Política Indigenista.

## **2.2 Estrutura Organizacional**

## ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH



### **3 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

#### **3.1 CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

O Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos – CEJDH, órgão colegiado, integrante da estrutura regimental da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, tem como finalidade a promoção e defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana em todo o Estado, zelando pela aplicação das normas que os asseguram, apurando as ocorrências de graves violações a estes direitos e as subseqüentes providências para a sua coibição e reparação.

O Conselho tem como objetivo o controle social sobre as políticas públicas de direitos humanos, através da avaliação e proposição de políticas públicas voltadas aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Compete ao Conselho:

I – Receber representações que contenham denúncia e violação de direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e tomar providências capazes de fazer cessar os abusos dos particulares das autoridades por ele responsáveis;

II – instauração de inquéritos administrativos para investigar as suas causas, sugerindo medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo dos direitos humanos;

III – instaurar inquéritos apuratórios de grave violação a direitos humanos no Estado do Pará;

IV – encaminhar às autoridades competentes o resultado das sindicâncias, investigações ou inquéritos promovidos por sua iniciativa ou em virtude de denúncias e representações que lhe tenham sido apresentadas, recomendando a tomada de providências que se fizerem necessárias;

V – requisitar aos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos, no prazo legal, se não houver disposição neste sentido;

VI – requisitar dos órgãos públicos os instrumentos necessários para o cumprimento de seu mandato.

#### **3.2 O CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS DO PARÁ (CONED)**

O Conselho Estadual sobre Drogas do Pará é órgão colegiado e autônomo, de orientação normativa, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, criado pelo Decreto nº 1.763, de 24 de junho de 2009, O CONED-PA é formado por 22 membros

nomeados pelo Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, representantes de Secretarias de Estado, dentre cidadãos de comprovada experiência ou manifesta sensibilidade na questão das drogas, lícitas ou ilícitas, estabelece as diretrizes da política sobre drogas, tendo com missão Garantir a aplicação da Política sobre Drogas no Estado do Pará, os valores da Solidariedade, comprometimento, ética, parceria, transparência e perseverança, atuando na

- Fiscalização e controle de materiais de propaganda e eventos
- Estímulo e Apoio à criação de Conselhos Municipais
- Fiscalização da rede de tratamento e recuperação
- Avaliação quanto à viabilidade de programas e projetos
- Fomento de pesquisas capazes de nortear as políticas públicas sobre drogas

#### ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

- Prevenção
- Fiscalização/Controle
- Pesquisas/Levantamentos

#### FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

- Estabelecer as diretrizes da política estadual sobre drogas, nas áreas de prevenção, tratamento e reinserção social, fiscalização e redução da oferta;
- Propor a política estadual sobre drogas, em consonância com a política nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, compatibilizando o plano estadual com o nacional e acompanhando a sua respectiva execução;
- Estimular pesquisas e levantamentos sobre os aspectos de saúde, educacionais, sociais, culturais e econômicos decorrentes do consumo e da oferta de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, que propiciem uma análise capaz de nortear as políticas públicas na área de drogas;
- Articular, estimular, apoiar e acompanhar os programas de prevenção e tratamento, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas;
- Mobilizar o corpo docente, discente e funcionários de escolas públicas e privadas, para a realização de atividades de prevenção às drogas, contemplando ações de ensino e de atenção especializadas aos usuários;

- Orientar e acompanhar a implantação e execução das normas técnicas e critérios estabelecidos para as instituições que lidam com o diagnóstico e tratamento da dependência química, assim como controlar e fiscalizar o funcionamento dessas entidades;
- Propor e apoiar legislação pertinente à área de drogas nas instâncias estadual e municipal.

## **PRINCIPAIS DESTAQUES NO ANO DE 2019/2021**

### **PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO**

A proposta de alteração do Regimento Interno, aprovado pelo Colegiado Pleno do CONED, depois de acurada discussão tramita internamente na SEJUDH para posterior aprovação do Exmo. Governador do Estado.

### **PROJETO EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ESCOLA PÚBLICA.**

**Coordenação do Projeto:** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Educação e Universidade Federal do Pará.

O Conselho Estadual sobre Drogas - CONED e a Universidade Federal do Pará - UFPA através de um Protocolo de Cooperação Técnica elaboraram e vêm executando o Projeto Educação, Formação e Prevenção ao Uso de Drogas na Escola Pública, cujo objetivo é a implementação da política pública sobre drogas, a partir do desenvolvimento de várias ações de prevenção, estudo e pesquisa tendo como espaço a rede pública de ensino. O Projeto de Prevenção na Escola Pública existe há três anos em desenvolvimento na E.E.E Médio “Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção” e, há 2 (dois) anos na E.E.E Fundamental “Dr. Aníbal Duarte”. Entende a prevenção ao uso de drogas sob a ótica da inclusão social, com vários e imprescindíveis parceiros que aderiram ao projeto proporcionando a essas comunidades escolares espaço de prestação de serviços, fornecimento de conhecimento e principalmente de ações de cidadania.

É importante ressaltar que antes da realização de qualquer atividade junto à comunidade escolar foram realizados individualmente os diagnósticos de representantes dos alunos, famílias, professores e pessoal administrativo e de apoio da escola, o que proporcionou ao Grupo gestor do projeto informação privilegiada sobre a questão do uso de drogas na escola e a percepção desse fenômeno na sociedade.

## **FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES/ ÓRGÃOS DA REDE DE PREVENÇÃO E CUIDADOS**

### **Coordenação do Projeto: SEJUDH/CONED**

Controle e fiscalização das Entidades que realizam tratamento e recuperação dependentes químicos.

No ano de 2019 e 2021 realizamos 45 visitas a comunidades terapêuticas em 34 municípios paraenses. O município de Belém, por conta de um acordo verbal, registrado em Ata de Reunião Ordinária do CONED no ano de 2016, passou a ser fiscalizado pelo COMEN – Conselho Municipal de Entorpecentes.

## **MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS**

### **Coordenação do Projeto: SEJUDH/CONED**

### **Implantação dos Conselhos Municipais sobre Drogas.**

Os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas é indubitavelmente um importante instrumento de fortalecimento da rede de prevenção e cuidados nos Municípios, todavia dos **144 municípios acessados apenas 22 (vinte e dois) acenaram positivamente, destes apenas 08 (oito) realizamos todo o processo de sensibilização e criação do COMAD.**

Em 2019 o desenvolvimento das atividades preliminares para criação do Conselho Municipal de Ananindeua foram interrompidas em virtude das medidas de proteção e restrição da covid-19. O mesmo ocorrendo no ano de 2020. Ao final de 2021, por iniciativa do Ministério Público Estadual MPPA foi reiniciado. Ainda em 2021, o processo de sensibilização nos municípios, de forma estratégica, se deu através de reuniões mais restrita a gestores e assessores da educação, saúde e assistência social.

Há que se constatar a dificuldade na compreensão do papel de um Conselho especialmente quando tantos já criados e que não conseguem demonstrar sua funcionalidade.

## **O QUE FIZEMOS EM 2021**

Fazendo frente às alterações na Lei sobre Drogas e na Formulação da Nova Política sobre Drogas em nível nacional, o Conselho Estadual sobre Drogas no Estado do Pará, promoveu reuniões de discussão e reorganização de seu Regimento Interno, bem como, revisão da Lei Estadual sobre Drogas para compatibilização com os ditames da lei nacional. **A aprovação de Alteração do Regimento Interno do CONED**, a fim de promover o reordenamento do funcionamento do CONED e suas competências, foi um dos importantes passos nesse processo de alinhamento da política pública de drogas.

Foram efetivadas **16 (dezesesseis) fiscalizações em Comunidades Terapêuticas** sediadas em **14 (quatorze) municípios paraenses**. Os 14 Municípios foram também contemplados com reuniões intersetoriais com a rede municipal de saúde, assistência social e educação.

Retomamos os processos de criação do Conselho Municipal de Ananindeua em parceria com a Prefeitura Municipal e o Ministério Público do Estado do Pará. A ação de formação, em

sua primeira etapa, contemplou profissionais da educação (diretores, professores e equipe técnica das escolas).

## **O QUE IREMOS FAZER**

### **• CONFERÊNCIAS REGIONAIS**

Realizar as Conferências Regionais sobre Drogas no Estado do Pará, através das mobilizações regionais, considerando os 12 Núcleos de Regiões de Integração no Estado do Pará: Guajará; Guamá; Rio Caeté; Araguaia; Carajás; Tocantins; Baixo Amazonas; Rio Capim; Xingu; Marajó; Tapajós; Lago Tucuruí, para discussão e elaboração de proposições a respeito da política pública sobre drogas.

### **• MUNICIPALIZAÇÃO DA POLITICA SOBRE DROGAS**

Sensibilizar gestores públicos municipais, promotores, juízes sobre a proposta de implantação dos Conselhos Municipais.

### **• FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES/ÓRGÃOS DA REDE DE PREVENÇÃO E CUIDADOS**

Realizar visitas técnicas fiscalizatórias nos municípios onde se encontram instalados os serviços de acolhimento, prevenção e cuidados.

## **MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS**

Ordem	Município	Quantidades
1	Abaetetuba	02
2	Altamira	02
3	Ananindeua	03
4	Belém /Icoaraci	04
5	Belem /Outeiro	03
6	Belem/Mosqueiro	03
7	Bragança	01
8	Benevides	02
9	Breves	01
10	Canaã dos Carajás	01
11	Castanhal	02
12	Marabá	01
13	Marapanin	01
14	Marituba	02
15	Óbidos	01
16	Paragominas	01

17	Parauapebas	03
18	Redenção	01
19	Rondon do Pará	01
20	Salinópolis	01
21	Santa Isabel do Pará	01
22	Santarém	02
23	São Miguel do Guamá	03
24	Tailândia	01
25	Tucumã	01
26	Tucuruí	01
27	Vigia	01

### **AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS - ODS.**

O CONED se constitui em um fórum democrático de discussão acerca da política sobre drogas, com amplas representações, públicas e da sociedade organizada, de forma paritária, mediado por conhecimentos técnicos, individuais e institucionais, que além de favorecer a troca de experiências, vem se fortalecendo como instrumento de fomento e expansão das ações, junto à rede de prevenção e cuidados, através das reuniões com gestores municipais das áreas da saúde, assistência social e educação, adotadas a partir de 2021.

O Conselho, desse modo, compreende-se como um órgão que necessita expor sua importância enquanto controle social, o que representa, assim como firmar a sua constituição como colegiado paritário, onde poder público e sociedade civil organizada, encontre espaço de embate dialogado na busca do interesse da população paraense. Inicialmente foram impactados 14 municípios em 11 Regiões de Integração.

Nessa perspectiva o CONED incrementou suas ações dentro das Metas 16 e 17.

- Trabalho de parceria com entidades e poder público municipal na perspectiva de informar e orientar gestores municipais, equipe técnica e dirigentes de entidades;
- Promoção da intersetorialidade com outras temáticas, tais como: sexualidade, educação profissional, autoestima, acesso a serviços, trabalho e geração de renda;
- Formação de profissionais sobre a política de drogas;
- Inserção da temática nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho.

## **AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS**

Com grande satisfação a gestão 2019/2021 apresenta suas principais ações. Temos a certeza de que nenhuma dificuldade foi colocada pelos membros do Colegiado que pudesse negligenciar nossas competências e responsabilidades junto à sociedade paraense. Infelizmente o momento vivenciado pelas restrições que nos impôs a pandemia da COVID – 19 diminuiu nosso passo e limitou as realizações. Ainda assim, conseguimos garantir que propostas importantes fossem discutidas e projetos elaborados. As reuniões ainda que em número reduzido de conselheiros não fracassaram na concretização de seus objetivos.

Esperamos ver, em nosso Estado uma união de esforços que possam alcançar a profundidade do texto das leis e das normas legais e técnicas a despeito de nossa parcela de contribuição, quer seja pelo conhecimento ou nível de envolvimento.

Não podemos deixar de registrar a necessidade urgente de que o Estado do Pará tenha seu **Plano Estadual de Políticas sobre Drogas** definindo prioridades, e promovendo a municipalização e intersetorialidade e prevendo recursos dentro do orçamento estadual e captação de recursos federais, sempre no maior interesse da sociedade paraense.

### **3.3 CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS – CEDDD**

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD, órgão colegiado, instituído pela Lei Complementar nº 23, de 23 de março de 1994, vinculado a Secretaria de Estado de Justiça, reger-se-á por este Regimento Interno que consigna normas sobre funcionamento, organização e o exercício de suas atribuições.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD terá como sede o prédio onde estiver instalada a Secretaria de Estado de Justiça.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD tem por finalidade gerir, orientar, deliberar e fiscalizar a aplicação do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – FEDDD, criado pela Lei Complementar nº 23, de 23 de março de 1994.

Compete ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos:

I – Gerir, orientar, deliberar e fiscalizar a aplicação do fundo;

II – aprovar convênios e contratos, a serem firmados com vistas à implementação das metas previstas no inciso anterior;

III – examinar e aprovar projetos de reconstituição de bens lesados;

IV – elaborar o plano de aplicação de recursos oriundos do Fundo, promovendo a respectiva prestação de contas ao final de cada exercício financeiro;

V – promover, por meio de órgão da administração pública e de associações referidas no art. 5º, incisos I e II da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, eventos relativos à educação formal e não-formal do consumidor;

VI – fazer editar, podendo ser em colaboração com órgãos de defesa do consumidor e da concorrência, material informativo sobre as relações do mercado no País;

VII – promover atividades e eventos que contribuam para difusão da cultura de proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à livre concorrência, ao patrimônio histórico, artístico, estético, turístico, paisagístico e a outros interesses difusos;

VIII – alterar a qualquer tempo o seu Regimento.

### **3.4 O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES – PROVITA/PARÁ**

O Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes – Provita/Pará, é o órgão de deliberação colegiada de caráter permanente, autônomo, não jurisdicional, previsto na Lei Federal nº 9.807/13.07.1999 e criado pela Lei Estadual nº 6.325/14.11.2000, e encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento das normas relativas ao Programa de Proteção no Estado no Pará.

A sede do Conselho Deliberativo é o local onde está sediada a Secretaria Executiva de Justiça do Estado do Pará.

O Conselho Deliberativo exercerá sua competência em todo o território do Estado do Pará, competindo-lhe funções e atribuições do Programa Estadual de Proteção, ressalvadas as que sejam de competência exclusiva do Provita Brasil e nos termos deste Regimento Interno.

Norteiam as deliberações e demais atividades do Conselho Deliberativo:

I – justiça e responsabilidade no exercício do poder decisório;

II – imparcialidade, independência e equidade;

III – confidencialidade dos procedimentos e das informações;

IV – comprometimento dos órgãos representados com a política de garantia dos direitos humanos e de cidadania.

Compete ao Conselho Deliberativo:

- I – deliberar sobre ingresso ou exclusão de pessoas no Programa de Proteção;
- II – aprovar e fazer cumprir o Regimento interno;
- III – aprovar as suas resoluções;
- IV – convocar a equipe multidisciplinar para prestar esclarecimentos técnicos sobre assuntos pertinentes ao Programa;
- V – convidar profissionais de outras áreas ou qualquer pessoa a comparecer em suas sessões para prestarem esclarecimentos sobre assuntos ou fatos que estejam relacionados ao exercício das funções do Conselho;
- VI – sugerir medidas aos órgãos federais, estaduais e municipais ligados ao Programa de Proteção, objetivando sua implementação e aprimoramento;
- VII – solicitar às autoridades competentes providências afetas as suas respectivas atribuições para garantir a eficácia da proteção concedida;
- VIII – solicitar que o Ministério Público requiera a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas à eficácia do Programa;
- IX – decidir sobre o afastamento de conselheiros e sobre a perda ou extinção de seus mandatos;
- X – divulgar a Lei Federal nº 9.807/99 e a Lei Estadual nº 6.325/00 e promover a implementação do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas;
- XI – fixar teto para ajuda financeira mensal a ser fornecida aos beneficiários;
- XII – encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente objetivando a mudança do nome no registro civil, bem como, se for o caso, de seus descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro ou dependente, que tenham convivência habitual com a vítima ou a testemunha;
- XIII – encaminhar solicitação do protegido que mudou o nome para alterá-lo para o original;
- XIV – decidir sobre a prorrogação da proteção nos termos da Lei.

Qualquer membro do Conselho poderá requerer ao Presidente do Conselho ou à Entidade Executora informações ou esclarecimentos técnicos necessários para fundamentar seu posicionamento sobre qualquer decisão de competência do Conselho Deliberativo.

É facultado a qualquer membro do Conselho requerer ao Presidente ou à Entidade Executora informações ou esclarecimentos acerca da aplicação dos recursos destinados à execução do Programa.

O requerimento será feito por escrito ou consignado na ata de reuniões do Conselho.

### **3.5 O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM/PA**

O Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM/PA é o órgão colegiado, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, de caráter consultivo, orientador, propositivo e fiscalizador, com a finalidade de elaborar diretrizes para a implementação do Programa, acompanhar e avaliar a sua execução, e decidir sobre providências necessárias ao seu cumprimento.

A sede do Conselho Gestor é o local onde está sediada a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, ou aonde esta designar.

Art.3º – O Conselho Gestor exercerá sua competência em todo o território do Estado do Pará, competindo-lhe funções e atribuições do PPCAAM, ressalvadas as que sejam de competência exclusiva da Coordenação Nacional do Programa ou de outros programas de proteção.

Norteiam as orientações e demais atividades do Conselho Gestor:

- I – Justiça e responsabilidade no exercício do Poder Decisório;
- II – Imparcialidade, independência e equidade;
- III – Confidencialidade dos procedimentos e das informações;
- IV – Comprometimento dos órgãos representados com a Política de garantia dos Direitos Humanos e de Cidadania.

Compete ao Conselho Gestor:

- I – Acompanhar, avaliar e zelar pela qualidade da execução do PPCAAM;
- II – Elaborar diretrizes, instrumentos, normas e prioridades do Programa, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução;
- III – Garantir a continuidade do PPCAAM;
- IV – Zelar pela aplicação do Programa;
- V – Propor ações de atendimento e de inclusão social aos protegidos, por intermédio da cooperação com instituições públicas e privadas responsáveis pela garantia dos direitos previstos na Lei no 8.069, de 1990;
- VI – Colaborar com os órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos para a assistência e proteção a crianças e adolescentes ou jovem até 21 anos egressos do sistema sócio-educativo, sob ameaça de morte, bem como de seus respectivos familiares;
- VII – Acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes, bem como de seus familiares;
- VIII – Acompanhar a elaboração e a execução orçamentária para o PPCAAM/PA, propondo modificações necessárias à sua implementação e à consecução de seus fins;
- IX – Elaborar seu regimento interno, elaborado no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua instalação, dispondo sobre sua organização e funcionamento;
- X – Promover a articulação de políticas públicas com os diversos órgãos de governo, com vistas a garantir os objetivos do Programa, possibilitando o atendimento efetivo a Criança, Adolescente e Famílias incluídas;
- XI – O desligamento do protegido poderá ocorrer, a qualquer tempo;

Parágrafo Único: por decisão do Conselho do PPCAAM em consequência de:

- a) Cessação dos motivos que ensejaram a proteção;
- b) Consolidação da inserção social segura do protegido;
- c) Descumprimento das regras de proteção.

XII – Garantir o sigilo dos dados e informações sobre os protegidos.

Art.6º – Qualquer membro poderá requerer ao presidente do Conselho ou à entidade executora informações ou esclarecimentos técnicos necessários para fundamentar seu posicionamento sobre qualquer decisão de competência do Conselho Gestor.

### **3.6 O CONSELHO DE JUVENTUDE DO ESTADO DO PARÁ –COJUEPA**

O Conselho de Juventude do Estado do Pará –COJUEPA é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador no âmbito do Estado instituído por meio da Lei nº 6.936/2006, onde estabelece:

1. Algumas atribuições do COJUEPA são: a) promover entendimento e intercâmbio com organizações que tenham objetivos comuns; b) propor critérios e promover entendimentos para o emprego de recursos destinados pelo Estado a projetos que visem implementar a realização de programas de real interesse da juventude; c) criar comissões técnicas temporárias e permanentes; d) mobilizar recursos governamentais e não governamentais e apoio a programas e projetos relacionados a juventude; e) convidar entidades governamentais e não governamentais e privadas, bem como , pessoas físicas ou jurídicas, para colaborarem na execução de suas atividades; f) estimular a criação de serviços e campanhas que promovam o bem estar e o desenvolvimento dos jovens, fomentando sua participação no processo social; g) propor projetos a serem executados pelos órgãos ligados direta e indiretamente às questões da juventude; h) cooperar com a Administração Pública Estadual, manifestando-se sobre questões de interesse da juventude e acompanhando a execução de programas de governo no âmbito estadual, nas questões referentes à juventude, com vistas à satisfação de suas necessidades e à defesa dos seus direitos; i) elaborar e aprovar seu regimento interno; j) propor a celebração de convênios; l) cooperar com órgão ou instância indicada pela Administração Pública Estadual responsável pela condução da política estadual de juventude no Estado; m) incentivar a criação e conselhos municipais de juventude; n) buscar o estabelecimento de parcerias globais e específicas com os municípios, com vistas ao melhor desenvolvimento das políticas públicas de juventude no Estado do Pará; o) estabelecer polos de discussão, a fim de

constituir células de atuação no Âmbito regional.

Quanto ao Regimento Interno, para que seja aprovado é necessário que seja primeiramente concluído o processo de regulamentação da Lei de criação do COJUEPA, processo este que no momento se encontra na SEAD.

### **3.7 COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO - COETRAE/PA**

A Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo – COETRAE/PA está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, com atuação em todo território paraense, que constitui órgão colegiado unificado por afinidade dentro das temáticas de erradicação ao trabalho escravo, enfrentamento ao tráfico de pessoas e implementação da política migratória, que tem por função acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas para garantia de direitos daqueles que foram violados ou não, efetuando articulação intersetorial, monitoramento, avaliações, recomendações e proposições para fortalecimento da rede.

### **3.8 CONSELHO ESTADUAL DA DIVERSIDADE SEXUAL - CEDS**

O Conselho Estadual da Diversidade Sexual - CEDS é uma instituição participativa permanente, parte fundamental da estrutura do Estado, e de importância fundamental para a execução de políticas públicas, além da proposição e manutenção das políticas voltadas à População LGBTI. O CEDS, de acordo com o seu decreto de criação, é de natureza consultiva e é o principal instrumento de controle social. Paritário, é constituído pelos membros da Sociedade Civil e órgãos do Poder Executivo Estadual, dentre os quais, Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH; Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC; Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP; Universidade do Estado do Pará; e Secretaria de Estado da Cultura - SECULT.

## **4 DIRETORIA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (DCDH)**

## **4.1 COORDENADORIA DE POLÍTICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS**

A Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Erradicação do Trabalho Escravo e Promoção da Migração Segura - CTETP possui um papel ímpar na questão de articulações das políticas públicas, visando o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Erradicação do Trabalho Escravo e a Promoção da Migração Segura.

Para tal, realiza conjuntamente aos parceiros da Rede de Serviços, as ações, atendimentos e formações voltadas para tais temáticas.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DA CTETP E POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE - PAAHM:**

Reestruturada pela Lei nº 7.029/2007, a Coordenadoria Estadual de Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, tendo por objetivo propor, coordenar e articular políticas públicas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Erradicação ao Trabalho Escravo e, recentemente, a Promoção da Migração Segura.

Norteadas pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, homologada em 2006, na qual está posto “a necessidade de articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas”, a CTETP se propõe a promover e garantir direitos humanos, tendo como eixos centrais a prevenção das violações, a repressão e responsabilização dos agentes violadores e o atendimento humanizado às pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram tais violações, bem como deve denunciar, articular e encaminhar as situações identificadas e, diante da complexidade social, fomentar intervenções mais incisivas e intersetoriais na rede de serviços municipal, estadual e federal. Ressalta-se a importância do compromisso político, ético e técnico dos profissionais que nela atuam e respectivamente das instituições que formam a rede de serviços nas quais ficam mais confirmadas a pertinência de suas ações e atribuições.

Dentre tais ações e equipamentos sociais elencados para a efetivação da referida política pública estão as implantação dos Postos Avançados, ratificados inicialmente pelas Portarias Nº 031 e 041/2009 do Ministério da Justiça e em alguns estados brasileiros por Decretos e/ou Portarias Estaduais. Quanto às atribuições e competências dos Postos

Avançados, uma delas é “implementar e consolidar uma metodologia de serviço de recepção a brasileiros(as) não admitidos ou deportados(as) nos principais pontos de entrada” e, como condicionante, a importância da não estigmatização e revitimização de quem vivencia e/ou vivenciou tais violações de direitos, e reafirmado no Art. 5º que “os Postos Avançados receberão denominações que não os vinculem explicitamente ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, a fim de favorecer o acolhimento das vítimas e evitar serem estigmatizadas”, respeitando as normativas legais e buscando avançar no atendimento e acolhimento às vítimas dessas violações.

No Pará, o referido serviço foi denominado de Posto Avançado de Atendimento aos Viajantes, inaugurado em 09 de julho de 2009, no Aeroporto Internacional de Belém, posteriormente, de acordo com as normativas do Ministério da Justiça, ganhou a nomenclatura dos demais Postos Avançados de Atendimento Humanizado aos Migrantes - PAAHM, presentes em quase todas as unidades da federação.

Esta Coordenadoria promoveu ações e incentivou vários canais de diálogos e informações em torno das temáticas: Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas em distintos espaços. Difundindo informações de temas tão complexos, mas com conteúdo bem acessível e lúdico, objetivando alcançar públicos diversos que vão desde órgãos governamentais e sociedade civil, como os espaços das escolas públicas, possibilitando assim acesso à informação direta com e para adolescentes, jovens e adultos em áreas e comunidades periféricas do município de Belém.

As campanhas e abordagens preventivas e orientativas realizadas em parceria ao longo do ano, são algumas das estratégias de divulgação e disseminação das ações da CTETP, bem como o desenvolvimento do Projeto da Municipalização da Política estabelecida e executada por esta Coordenadoria para firmar responsabilidade junto aos Municípios do estado para atendimento à demanda apresentada.

## **PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2021**

- Abertura do Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante

Inaugurado em 26 de maio de 2021, o Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante se apresenta como uma iniciativa pioneira na Região Norte, que visa garantir a promoção da autonomia, o fortalecimento e a garantia dos direitos humanos à pessoas refugiadas e migrantes presentes no estado do Pará e tem como seu principal objetivo a oferta de um espaço

para promover a difusão de seus direitos, deveres e garantias fundamentais visando ao exercício da cidadania, inclusão social, laboral e produtiva.

O local, implantado pela SEJUDH em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), conta com duas salas: um laboratório de informática para a livre disponibilização de computadores com acesso a internet no intuito de fomentar o empoderamento dos mesmos na gestão de seus processos e solicitações documentais, e uma sala equipada para a realização de capacitações, formações, reuniões, rodas de conversas no intuito da difusão dos direitos e deveres destes refugiados e migrantes.

Tendo realizado diversos atendimentos em sua sede localizada fisicamente na Sede da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, os municípios que obtiveram maior benefício foram os que se encontram na região metropolitana de Belém, mais especificamente Belém, Ananindeua e Marituba. Indo ao encontro da maior densidade de população refugiada e migrante no estado.

Na Região Norte do país, o Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante desponta como o local onde este segmento populacional encontra atendimento humanizado na busca pela garantia de seus direitos humanos, tendo facilitado reconhecimento, a participação e atuação dos refugiados e migrantes como sujeitos de direitos e agentes ativos no seu processo migratório e/ ou deslocamento forçado.

A partir do Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante, foi possibilitado o atendimento a 293 pessoas refugiadas e migrantes terem conhecimento dos direitos, deveres e garantias visando a sua autonomia, inclusão social, laboral e produtiva.

## **PROMOÇÃO DA MIGRAÇÃO SEGURA**

- Estabelecimento de Termo de Cooperação entre Alto Comissariado da ONU para Refugiados e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Este Termo de Cooperação estabelecido em maio de 2021, volta-se à atuação conjunta entre o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) em Belém e a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH) para aprimorar a cooperação e coordenação entre os partícipes e complementar a resposta humanitária que já vem sendo executada desde 2017 pela SEJUDH, diante da chegada de venezuelanos indígenas e não indígenas ao município de Belém. As atividades previstas entre as partes foram

estabelecidas através da aprovação conjunta de um Plano de Trabalho baseado em ações que se encontram em harmonia com as boas práticas brasileiras e de outros países em matéria de acolhimento e proteção à pessoas refugiadas.

O Termo de Cooperação abrange os dois dispositivos do governo para a política migratória e de refúgio: Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante e Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante, bem como o Conselho Estadual de Políticas Indigenistas tendo sido utilizado como guia operacional de trabalho e cooperação entre os representantes das equipes técnicas das duas instituições.

- Formação sobre Migração e Refúgio aos Municípios do Estado do Pará

Nos dias 10, 11 e 18 de maio, em parceria com o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, foi oferecido um ciclo de formação sobre proteção a pessoas refugiadas e migrantes para as Secretarias Municipais de cinco municípios paraenses que vem assistindo e/ou abrigando população indígena Warao. As capacitações tocaram no tema de marco legal nacional e internacional, necessidades específicas de proteção, prevenção e respostas a violência baseada em gênero e características do deslocamento Warao no Brasil, beneficiando 50 profissionais da área da Assistência Social do Estado.

- Capacitação em Migração, Refúgio e Políticas Públicas

No dia 07 de junho, esta Coordenadoria prestou apoio à capacitação realizada pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho do município de Ananindeua em conjunto com a Cáritas Brasil, Cáritas Belém e ONG Só Direitos, atingindo à 60 profissionais.

- Formação sobre Proteção a Pessoas Refugiadas no Estado do Pará

Nos dias 06, 14 e 15 de Outubro, foi ofertado às Secretarias Municipais e Estaduais e parceiros operacionais que desenvolvem atividades com a população refugiada e migrante no Pará, uma formação em parceria com o Alto Comissariado da ONU para Refugiados com o objetivo de apresentar às redes protetivas locais referencial teórico e prático para refletir sobre a situação de refugiados e migrantes, bem como instrumentalizar os profissionais com apoio técnico para a adequada gestão da regularização do processo documental deste segmento populacional, beneficiando 54 profissionais e os municípios de Belém, Ananindeua e Santarém.

- Seminário sobre a Proteção Internacional de Refugiados e Migrantes em Contexto de Fronteira

No dia 19 de Outubro, em parceria com o Ministério Público Federal, Defensoria

Pública da União e Alto Comissariado da ONU para Refugiados, foi ofertado às autoridades aeroportuárias (nível de gestão e técnico) e gerentes de companhias aéreas uma formação para apresentar o marco jurídico relativo à proteção de pessoas refugiadas, o contexto do refúgio no Brasil e as melhores práticas de identificação, atendimento e encaminhamento de pessoas com necessidades de proteção internacional em aeroportos brasileiros.

Também se oportunizou discutir e encaminhar proposta de construção de fluxo para identificação, proteção e assistência a migrantes internacionais que cheguem a Belém pelo Aeroporto Internacional de Val-de-Cans e que tenham necessidades específicas de proteção (incluindo pessoas solicitantes da condição de refugiado, vítimas de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes). Como resultado foi instaurado um Grupo de Trabalho para Construção de Fluxo de Atendimento à Estrangeiros com Necessidades Específicas de Proteção composto por INFRAERO, Polícia Federal, DPU, MPF, ACNUR e SEJUDH.

- Realização de Mutirões de documentação Warao

Entre fevereiro a setembro foram realizados diversos mutirões com o objetivo de promover a regularizaçãodocumental dos indígenas Warao presentes em Belém e Ananindeua. Estes multirões contavam com a parceria da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil.

- Projeto de Proteção de Base Comunitária

Desde maio, esta Coordenadoria, através do Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante tem prestado apoio ao Projeto de Proteção de Base Comunitária desenvolvido pela equipe do Aldeias Infantis SOS Brasil em Belém e Ananindeua. Este projeto visa o fortalecimento familiar e comunitário das famílias indígenas Warao através de uma metodologia participativa através de mobilizadores comunitários.

- I Encontro de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante

Nos dias 19 e 20 de agosto, foi realizado em Guarulhos / São Paulo, o I Encontro de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante que contou com a presença dos estados do Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Este encontro teve como objetivo a possibilidade de troca de boas práticas, ferramentas de trabalho e experiências para o fortalecimento das ações e promoção de construções de políticas públicas relativas à pessoas com necessidade de proteção internacional.

## **ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO**

- **Webinário: Pelas Lentes do Tráfico de Pessoas na Atualidade**

Nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2021 foi efetivada a I Semana Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Pará, por meio da exibição de um Webinário cujo tema "Pelas lentes do Tráfico de Pessoas na atualidade" reuniu vários profissionais especialistas, técnicos da CTETP, membros da COETRAE e parceiros da rede de serviços que expuseram sobre as temáticas "Enfrentando o Tráfico de Pessoas (TP) no momento atual; TP e Migração: desafios para proteção de Migrantes e Refugiados; TP e Narcotráfico; TP e Crimes Cibernéticos; TP e Trabalho Doméstico: desafios na pandemia". O Webinário foi muito dinâmico e participativo, atingindo 748 visualizações nos três dias de exibição do evento.

## **ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS**

- **Cine Fórum sobre Tráfico de Pessoas**

Nos dias 04 e 05 de agosto ocorreu, respectivamente, a exibição e debate sobre o premiado Filme Pureza, do Diretor Renato Barbieri, evento em alusão ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (30 de julho).

Tal atividade foi detalhadamente discutida com o Pleno da COETRAE e parceiros para distribuição de senha-convite para assistir ao filme que retrata fatos reais ocorridos no Brasil sobre um caso de trabalho escravo em fazenda no interior do Pará. A transmissão atingiu 72 pessoas.

## **POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE-PAAHM.**

O PAAHM em funcionamento no Aeroporto Internacional de Belém realizou 105 atendimentos em 2021 de pessoas migrantes em trânsito por Belém, de origem venezuelana e haitiana. Tais atendimentos requisitaram além da escuta qualificada, a articulação com a rede de serviços locais, governamentais e não-governamentais (FUNPAPA, SEASTER, SESPA, Igrejas evangélicas e católicas), visando garantir proteção social dos atendidos, bem como, articulação com o sistema de garantia de direitos (MPU, DPU, PF e PC) e organismos internacionais (ACNUR).

Considerando a necessidade de aprimorar a atuação do PAAHM e o fortalecimento da política de proteção às pessoas refugiadas e à migração segura, o Posto de Belém em parceria com ACNUR participou do I Encontro dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante: Proteção Internacional a Refugiados e Migrantes em Aeroportos ocorrido em Guarulhos-SP, visando a troca de experiências entre os Postos do Belém, Rio de Janeiro e Guarulhos.

Participamos também do Seminário sobre a Proteção Internacional de Refugiados e Migrantes em contexto de fronteiras ocorrido no Aeroporto Internacional de Belém, visando apresentar às autoridades aeroportuárias o marco jurídico relativo à proteção de pessoas refugiadas, o contexto do refúgio no Brasil, assim como propor a construção de fluxo para identificação, proteção e assistência a migrantes que cheguem a Belém pelo Aeroporto Internacional e que apresentem necessidades específicas de proteção (incluindo pessoas solicitantes da condição de refugiados, vítimas de tráfico e contrabando). O Grupo de Trabalho formado pela SEJUDH, DPU, MPF, PF-DELEMIG, INFRAERO e ACNUR já realizou a primeira reunião na primeira quinzena de novembro de 2021.

Como resultados das ações efetivadas em 2021 destaca-se o fortalecimento da parceria com a INFRAERO e ACNUR para o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelo Posto. A INFRAERO acenou compromisso de cessão de um espaço maior e mais bem localizado no Aeroporto Internacional de Belém e a ACNUR se disponibilizará a doar o mobiliário necessário ao funcionamento do Posto nesse novo espaço.

Diante dos avanços acima destacados cabe a ressalva de que em nível de Governo Estadual, a SEJUDH necessita concentrar esforços, no sentido de garantir contratação de recursos humanos, afim de suprir a lacuna de corpo técnico e administrativo no PAAHM, que atualmente dispõe de apenas um (01) técnico para a execução do atendimento, fato este que limita em vários aspectos a realização das atividades propostas ao Posto.

## **COMISSÃO DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO-COETRAE/PA**

A Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo- COETRAE/PA é uma instância colegiada de caráter consultiva, deliberativa e propositiva, formada por representantes do governo estadual, governo federal, sociedade civil organizada e observadores de organizações internacionais, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará-SEJUDH/PA, com atuação no Estado do Pará e tem por

competência o acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas a questão migratória, tráfico de pessoas e trabalho em condição análoga a de escravo; acompanhar os trabalhos legislativos referentes às temáticas, assim como propor normas jurídicas, propor e apoiar a elaboração de estudos, pesquisas e incentivar a realização de campanhas e ações integradas voltadas à erradicação do trabalho escravo, enfrentamento ao tráfico de pessoas e política migratória; apoiar a criação de comitês ou comissões assemelhadas nas esferas regional e municipal para o monitoramento e a avaliação das ações locais, assim como fomentar e acompanhar o processo de municipalização e regionalização da política migratória, de enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo; promover a articulação interinstitucional entre os órgãos públicos e sociedade civil que atuam na promoção e garantia dos direitos migratórios, no enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo e expedir recomendações ou outras providências administrativas para instituições públicas e privadas referentes às temáticas e articular suas atividades com as dos Comitês e Conselhos Estaduais de Políticas Públicas que tenham interface com a migração, o enfrentamento do tráfico de pessoas e o trabalho escravo, promovendo a intersectorialidade destas políticas.

No ano de 2021 entre os meses de janeiro a novembro foram realizadas foram realizadas 7 (sete) reuniões ordinárias; 4 (quatro) reuniões do GT Eleitoral e 2 (duas) reuniões específicas para tratativas do FUNTRAD, reunindo 168 pessoas/instituições, com deliberações e encaminhamentos relevantes para a efetividades das políticas públicas relacionadas a Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, tais como continuidade do processo eleitoral do Colegiado e do processo de criação do FUNTRAD.

É importante frisar que não tivemos reunião em janeiro por conta da troca de gestão na Secretaria, em março em respeito às perdas de familiares e adoecimento de servidores para a Covid19 e em maio em razão de tratamento médico da Secretária Executiva. As reuniões foram virtuais e no período vespertino, 14 às 17h. Em decorrência das reuniões serem virtuais, tivemos a participação de pessoas da região metropolitana de Belém, assim como da região de Carajás.

As atividades do Colegiado da COETRAE/PA são de grande relevância no contexto da nossa sociedade, pois impacta na participação de organizações que prestam serviços para o público alvo da Política Estadual, corroborando para o fortalecimento do Estado democrático e de direito.

A COETRAE realizou atividade alusiva ao dia internacional de enfrentamento ao

tráfico de pessoas com apresentação do filme “Pureza”, seguido de debate de forma online.

Vejamos tabela explicativa abaixo:

<b>AÇÃO</b>	<b>PESSOAS/ INSTITUIÇÃO</b>	<b>DELIBERAÇÕES</b>
Reunião Ordinária de Fevereiro	12	1-Reencaminhar para todas as instituições as resoluções COETRAE/PA nº 01 e nº 02/2021 (referentes ao GT de Fluxo e Comissão Eleitoral temporária para alternância da Presidência da COETRAE; 2-Responder por e-mail até 17/02/2021 sobre interesse em participar da Comissão Eleitoral Temporária; 3-Os planos de ação de cada órgão/entidade serão apresentados na reunião de abril/2021
Reunião Ordinária de Abril	21	1 - Socialização dos Planos Estaduais, avaliação dos membros para que retorne na próxima reunião (maio). 2- Apresentação do Projeto Liberdade no Ar, para a pessoa responsável do MPT. 3- Criação do Grupo de Whatsapp da Comissão Eleitoral Temporária e no dia 19/04/2021 a reunião. 4- A criação de um Grupo de Whatsapp do GT de Fluxo para discussão de data da próxima reunião. 5- Criação de um Grupo de Whatsapp entre Lorena, Andrea e Angélica, com auxílio dos técnicos, para que possam fazer o planejamento da Semana Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e na semana seguinte a socialização do que fora construído com os demais membros da COETRAE.
Reunião tratativas	5	Localizar o processo do FUNTRAD para tramitação

FUNTRAD		
Reunião do GT Eleitoral em Abril	07	Elaborar um edital simples, ou uma composição colegiada para as eleições da presidência da COETRAE/PA.
Reunião Ordinária de junho	22	<p>1. Envio de Ofício para as prefeituras solicitando informações obre as ações de enfrentamento ao trabalho escravo, apresentando o plano e estabelecendo prazo de resposta para poderem planejar o agendamento de reuniões com os municípios para levantamento diagnóstico e posteriormente capacitação para elaboração dos planos. 2. Encaminhar duas possíveis datas para apresentação do Projeto Liberdade no ar. 3. Mandar para o grupo de WhatsApp as representações da COETRAE. 4. Incluir o Sr. Vinícius no Grupo de WhatsApp da COETRAE. 5. Definir que foi eleito o modelo 1 de presidência única, para que a Comissão eleitoral, pudesse se reunir para definir as estratégias da eleição. 6. Que todo processo eleitoral tivesse o acompanhamento do Ministério Público. 7. Que fosse encaminhado no grupo de Whatsapp da COETRAE, as regras de participação do mesmo, bem como suas representações oficializadas. 8. Encaminhar Ofício para Azul e Brasil Bem solicitando informações sobre o ocorrido com os 25 Venezuelanos que se encontravam em Belém.</p>
Reunião Ordinária de Julho	11	<p>1-Divulgar o projeto liberdade no ar, além de aeroportos, nos terminais hidroviários e rodoviários; 2- Incluir o Sr. Felipe na Comissão Eleitoral Temporária; 3-Trazer de volta o pedido das apresentações das ações do Plano Estadual, para que pudessem discutir em conjunto na próxima reunião; 4- Reativar do GT de</p>

		Monitoramento dos Planos Estaduais e incluir no referido GT a OAB e Movimento Emaús;5- Reativar do GT de Fluxo, com a inclusão do Sr. Vinícius.
Reunião do GT Eleitoral de Julho	07	Debate e eleição das propostas e sugestão de inclusão de novos membros.
Atividade alusiva ao enfrentamento ao tráfico de pessoas no início do mês de agosto	33	Apresentação do filme “pureza”, seguido de debate.
Reunião Ordinária de Agosto	14	1-Encaminhar Ofício ao MPE dando ciência do início do processo eleitoral, com a possibilidade de previsão de data para o dia 10/11/2021, juntamente com a programação que seria elaborada na reunião da Comissão Eleitoral;2-Agendar reunião da Comissão Eleitoral para o dia 25/08/2021 às 14h30;3-Criar um GT de ações formativas com: SEDUC, CPT, CJP, OAB, MPT E EMAÚS;  4-Compartilhar as ações de cada instituição com o Pleno no Whatsapp e E-mail;5-Propor a possibilidade de criação de um novo Projeto de Lei relacionado ao FUNTRAD, bem como a cobrança para Casa Civil referente ao Ofício enviado solicitando informações de tramitação do PL antigo.
Reunião do GT Eleitoral em Agosto	7	Foram apresentadas duas propostas para serem aprovadas do Pleno.
Reunião do	7	Criar o regimento Eleitoral

GT Eleitoral em Setembro		
Reunião Ordinária de Setembro	10	1-Alterar o Regimento interno para flexibilização da participação da sociedade civil;2-Consultar outros Conselhos da SEJUDH (CEDS) com outros formatos;3-Deliberar a inserção nominal das representações da sociedade Civil no Regimento Interno e Decreto da COETRAE;4-Realizar levantamento das Instituições públicas que fazem parte do Decreto e Regimento Interno da COETRAE, se querem ou não participar ou permanecer no Colegiado;5-As próximas reuniões serão no formato semipresenciais.
Reunião Ordinária de Outubro	07	1-Encaminhar para todos os membros da COETRAE, a minuta do Projeto de Lei do FUNTRAD, estipulando o prazo de até 21 de outubro para o recebimento de manifestações;2-Continuidade do Decreto para que pudessem seguir com o FUNTRAD e Municipalização das políticas de acordo com o 1º e 2º tópicos do Plano Estadual;3-Solicitar a socialização do parecer realizado pela OAB em relação ao Decreto, para que pudessem planejar os próximos passos. Alterar o Regimento interno para flexibilização da participação da sociedade civil.
Reunião tratativas FUNTRAD	5	Realizar alterações no texto do projeto de lei para tramitar.

#### DEMAIS REUNIÕES

- 04.02.21: Reapresentação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho

Escravo - CONATRAE, sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo;

- 24.02.21: Reunião da CONATRAE;
- 05.03: Reunião do Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente - FPETIPA;
- 30.03: Reunião de Equipe CTETP;
- 13.04: Reunião sobre o Filme PUREZA;
- 20.04: Reunião de Equipe;
- 26.04: Reunião CONATRAE;
- 27.04: Reunião sobre o Espaço do Migrante e Refugiado;
- 17.05: Reunião FPETIPA;
- 25.05: I Reunião com o Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST e Parceiros para Alinhamento das Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Infantil;
- 25.05: Reunião com UNODC para levantamento de informações a respeito da situação de trabalho escravo nos grandes projetos de mineração no Pará;
- 31.05: Reunião Equipe CTETP
- 02.06: Oficina virtual sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo com CONATRAE e COETRAE-PA;
- 08.06: Reunião de Equipe sobre o Espaço do Refugiado;
- 09.06: Reunião CTETP;
- 11.06: Participação virtual na Audiência Pública do FPETIPA;
- 14.06: Reunião Equipe COETRAE;
- 25.06: Reunião Extraordinária CONATRAE sobre a elaboração do Regimento Interno da Comissão Nacional;
- 28.06: Reunião Ordinária CONATRAE;
- 29.06: II Reunião CEREST e Parceiros para Alinhamentos de Políticas Públicas;
- 02.07: Reunião Equipe COETRAE;

ALINHAMENTO DESTAS REALIZAÇÕES COM AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)

Nos objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, esta coordenadoria por meio de suas ações, esteve atendendo o objetivo nº 01, o qual especifica “Promover os direitos humanos”.

Dentro do Objetivo ODS Promover os Direitos Humanos, estivemos realizando ação nº07 que remete à Capacitação em Direitos Humanos, o que por meio de nossas ações citadas no tópico anterior se resume à planilha de capacitações abaixo relacionada e atende ao seguinte objetivo ODS:

- Nº 10.2. Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Dentro do Objetivo ODS Promover os Direitos Humanos, também estivemos realizando a ação nº 15, que cita a Promoção de Direitos a Pessoas em Situação de Migração, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, o que vai de encontro com os objetivos:

- Nº 5.2. Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

- Nº 8.7. Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.

- Nº 8.8. Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

- Nº 10.7. Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.

- Nº 16.3. Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

## **VALOR APLICADO E META FÍSICA ALCANÇADA**

A CTETP tem como ação principal a Promoção de direitos à pessoa em situação

de migração, trabalho escravo e tráfico de pessoas, porém, se faz presente na ação de Capacitação em Direitos Humanos que é geral para todas as Coordenadorias e Gerências da SEJUDH.

A CTETP estabeleceu como meta para 2021 o quantitativo de 100 pessoas atendidas, sendo que a meta já foi alcançada em mais de 100%, totalizando 277 atendimentos realizadas.

Abaixo, temos o gráfico com as duas ações e os valores aplicados e atualizados até o dia 16/11/2021.

<b>AÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>EMPE.</b>	<b>LÍQUID.</b>	<b>% DE EXECUÇÃO</b>	<b>SALDO</b>
Promoção de direitos a pessoas em situação de migração, trabalho escravo e tráfico de pessoas	75.000,00	73.800,00	12.662,00	12.662,00	17	61.138,00
Capacitação em direitos humanos	100.000,00	90.623,49	48.477,45	48.477,45	53	42.146,04

Algumas considerações são importantes para serem relatadas para uma melhor compreensão do quadro citado, tais como, a dotação orçamentária é insuficiente para a execução e articulação de três (03) Políticas Públicas que estão sob responsabilidade da CTETP.

A leitura da tabela pode-se inferir interpretações equivocadas, tais como, baixa execução financeira.

Porém, é importante agregar a essa informação orçamentária outras informações, tais como ausência de concursos públicos para provimento de servidores efetivos para execução das atividades fins e meios da SEJUDH; alternância de gestores em curto espaço de tempo, sem continuidade das ações, o que ocasionou dificuldades na gestão da pasta; o espaço físico de trabalho é inadequado, insalubre e perigoso, em total desrespeito às normas sanitárias e trabalhistas, necessitando de um outro espaço de trabalho; e por último a COVID-19 que ocasionou a paralisação de algumas atividades, o adoecimento e afastamento laboral de alguns

servidores.

É importante ainda, que fique registrado que as atividades da COETRAE/PA não estão especificadas e detalhadas no PPA, LDO e LOA, sendo urgente a atenção para esse Colegiado que exerce função de controle social de grande relevância para efetividade das Políticas Públicas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de todas as dificuldades existentes na CTETP e a pandemia da COVID-19, pode-se inferir que houve avanços, principalmente com a instalação de novos serviços como o Espaço do Refugiado e Migrante, agregando serviços numa época de desconstrução de espaços públicos, assim como o funcionamento do Posto Avançado do Aeroporto de Belém e o funcionamento da COETRA/PA, onde foram realizadas reuniões sistemáticas durante o ano de 2021.

#### **4.2 COORDENADORIA DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E REDUÇÃO DE DANOS DE CONSUMO DE DROGAS.**

A Coordenadoria de Prevenção, Tratamento, Redução de Danos do Consumo de Drogas \_ CENPREN, integra a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, criada pela Lei nº 5.737 de 12 de fevereiro de 1993 e a Lei nº 7.029 de 30 de julho de 2007 que altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organofuncional da SEJUDH.

É responsável pela Coordenação da Política Pública sobre Drogas em nível estadual, propondo, coordenando e executando ações pautadas nas Diretrizes da Política Nacional e Estadual sobre Drogas, através de atividades voltadas à prevenção do consumo drogas.

O CENPREN tem por objetivo a promoção de políticas públicas voltadas à prevenção do consumo de drogas, competindo-lhe o planejamento e execução de ações voltadas à educação, fomento de campanhas estaduais, capacitação de agentes multiplicadores, oficinas e atividades culturais, técnicas e desportivas.

**PROGRAMA:** Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

**Ação:** Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas Sobre Drogas.

ATIVIDADES	LOCAL	PERÍODO	PÚBLICO	Nº DE AÇÕES
Live realizada no dia 24/06 com participação de 64 pessoas. Em alusão a Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas com o tema: "Estratégias de prevenção ao Uso de Drogas por jovens e adolescentes". A transmissão ocorreu através do canal do YouTube da SEJUDH.	Belém	Junho	Servidores: Educação, Assistência e Saúde.	01
Evento Intersectorial realizado no IESPES - Instituto Esperança do Ensino Superior, no dia 24/09, com 11 participantes.	Santarém	Setembro	Servidores: Educação, Assistência e Saúde.	01
Ocorrido no IESPES - Instituto Esperança do Ensino Superior, no dia 24/09, com 04 participantes.	Itaituba	Setembro	Servidores: Educação, Assistência e Saúde.	01
<b>Total de ações</b>				<b>03</b>

PROGRAMA: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

Ação: Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas Sobre Drogas.

Atividades	Local	PERÍODO	Nº de ações
Participação na Caravana de Cidadania e Direitos Humanos, ocorrido na E.E.E.F.M, sito à Rua Antônio Teixeira Gueiros, s/n, Distrito Industrial, na data de 12/06/2021.	Ananindeua	Junho	01
Mesa Redonda de forma on-line através da plataforma Google Meet, com tema voltado para a Prevenção ao uso de Drogas, Participação da E.E.E.F.M, Jornalista Rômulo Maiorana, Ministérios PJJ e Promoção Humana da Comunidade Sharom. Ocorrido no dia 22/06/2021.	Ananindeua	Junho	01
Participação na Caravana de Cidadania e Direitos Humanos, ocorrido nas dependências do Santuário de Nossa Senhora do Perpetuo do Socorro, localizado no bairro do Telegrafo, na data de 01/06/2021	Belém	Junho	01
Realização de Ação denominada <b>I Encontro Com Lideranças Comunitárias do Bairro do Telegrafo</b> . O referido encontro dividiu-se em turmas nos dias 2, 7, 10 e 14 de junho, onde 104 pessoas receberam um feedback sobre seus questionamentos e agregaram conhecimentos e orientações sobre Prevenção ao uso e abuso do consumo de drogas.	Belém	Junho	01

Realização da Campanha Educativa Verão 2021 com slogan “Verão Pai D’Égua, Sem Droga Nenhuma!”. Esta, contempla o PPA da CENPREN. A campanha visa disseminar a prevenção ao uso de drogas por meio da sensibilização dos veranistas e comunidade local para atenção aos cuidados com a saúde. Ocorrida nos dias 08, 09, 15, 16, 22 e 23.	Belém	Julho	01
Realização da Campanha Educativa Verão 2021 com slogan “Verão Pai D’Égua, Sem Droga Nenhuma!”. Esta, contempla o PPA da CENPREN. A campanha visa disseminar a prevenção ao uso de drogas por meio da sensibilização dos veranistas e comunidade local para atenção aos cuidados com a saúde. Ocorrida nos dias 15, 16 e 17/07.	Bragança	Julho	01
Realização da Campanha Educativa Verão 2021 com slogan “Verão Pai D’Égua, Sem Droga Nenhuma!”. Esta, contempla o PPA da CENPREN. A campanha visa disseminar a prevenção ao uso de drogas por meio da sensibilização dos veranistas e comunidade local para atenção aos cuidados com a saúde. Ocorrida nos dias 08, 09 e 10/07.	Salinópolis	Julho	01
Participação no Ter Cidadania, realizado no território pela paz Icuí Guajará, na Escola Maria de Nazaré Marques Rios em 27/08. Na ocasião, realizamos abordagem educativa com o público presente e distribuição de material informativo sobre a rede de serviços.	Ananindeua	Agosto	01
Participação na Ação Cidadania, realizada na Escola Ruth Passarinho, no bairro Curio Utinga, em 21/08. Na ocasião, realizamos abordagem educativa com o público presente e distribuição de material informativo sobre a rede de serviços.	Belém	Agosto	01
<b>Total de ações</b>			<b>09</b>

Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.

Ação: Capacitação em Direitos Humanos

CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS				
REGIÃO DE INTERGRAÇÃO	MUNICÍPIO	META ORÇ.	META REAL.	INFORMAÇÕES QUALITATIVAS
Guajará	Ananindeua	00	13	Realizada a capacitação de 13 pessoas por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
	Belém	00	135	>Realizada a capacitação de 104 pessoas por meio do <b>I Encontro com Lideranças Comunitárias</b> do Bairro do Telégrafo.  >Realizada a capacitação de 31 pessoas por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas

	Marituba	00	07	Realizada a capacitação de 07 pessoas por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
Guamá	Castanhal	30	01	Realizada a capacitação de 01 pessoa por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
	Santa Izabel do Pará	00	01	Realizada a capacitação de 01 pessoa por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
	Vigia	00	01	Realizada a capacitação de 01 pessoa por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
Rio Caeté	Bragança	30	25	Capacitação realizada no CAPS Bragança em 10/09 e contou com 25 pessoas capacitada
	Capanema	30	15	Capacitação realizada no CREAS do município em 08/09 e contou com 15 pessoas capacitadas.
	Salinópolis	30	08	Realizada a capacitação de 08 pessoas por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas
Tocantins	Mocajuba	00	01	Realizada a capacitação de 01 pessoa por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
Lago do Tucuruí	Nova Ipixuna	00	01	Realizada a capacitação de 01 pessoa por meio da Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas.
				As capacitações em Direitos Humanos – Prevenção ao uso de
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	30	11	drogas, ocorrido na data de 07/10 de 9H às 12H, na Secretaria municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários - SEASPAC, sito à Rua Ubá, quadra 04, lote 02 bairro Amapá, onde foram capacitadas 11 pessoas.
	Marabá	80	15	As capacitações em Direitos Humanos – Prevenção ao uso de drogas, ocorrido na Secretaria municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários - SEASPAC, sito à Rua Ubá, quadra 04, lote 02 bairro Amapá, na data de 07/10, onde foram capacitadas 15 pessoas

	S.Domingos do Araguaia	30	08	As capacitações em Direitos Humanos – Prevenção ao uso de drogas, ocorrido na Secretaria municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários - SEASPAC, sito à Rua Ubá, quadra 04, lote 02 bairro Amapá, na data de 07/10, onde foram capacitadas 08 pessoas
Baixo Amazonas	Santarém	00	71	Ocorrido no Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, com 71 pessoas capacitadas entre os dias 20 a 23/09/2021 de 09 h às 12 horas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de execução orçamentária em relação ao programado no ano de 2021, tinha **uma meta financeira prevista de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)**, porém **foram utilizados somente 23.000,00 (vinte e três mil reais)**, levado em consideração que das algumas das ações que seriam realizadas no primeiro semestre tiveram que ser canceladas ou realocadas para o segundo semestre por motivo da Pandemia do Corona Vírus, também vale ressaltar, que a coordenação atual tomou posse em fevereiro e que foi necessária também haver uma reorganização interna no CENPREN (Seguem em anexos as portarias de nomeações).

Ao total de 12 ações que foram realizadas pelo Estado, conseguimos atingir sete das regiões de integração, entre os municípios de Ananindeua, Belém, Marituba, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Vigia, Bragança, Capanema, Salinópolis, Mocajuba, Nova Ipixuna, Bom Jesus do Tocantins, Marabá, São Domingos do Araguaia, Santarém, com um total de 313 pessoas capacitadas em Direitos Humanos.

Importante ressaltar, que em meio a pandemia conseguimos nos reinventar e utilizar dos meios da tecnologia como o uso de lives nas plataformas digitais, e que com isso conseguimos alcançar municípios que não estavam em primeiro momento no planejamento do PPA, mas que também as ações presenciais foram de suma importância para a formação de lideranças, como as realizadas no bairro do Telégrafo em Belém.

Destaca-se a importância em contribuir com as ações das demais pastas desta DCDH – Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos, assim como, no Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes – CDCA e no Conselho Estadual Sobre Drogas – CONED, como conselheira suplente.

## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Carnaval CENPREN 19/02 em Ananindeua.



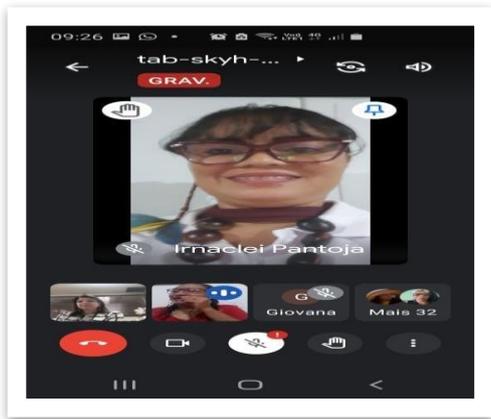
Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, 07/04 Ananindeua.



Recebendo representantes da ALEPA em 08/04.



Visita do secretário José Francisco, em 15/04



**Reunião on-line CEDCA em 06/05 .**



**Reunião NUPLAN em 26/05 SEJUDH/Belém.**





Ação Cidadania 1ª dama Daniela Barbalho em 01/06

I Encontro com lideranças comunit./Telegráfo, em 02/06 em Belém.



II Encontro com lideranças comunitárias/Telegráfo em 07/06 em Belém.



III Encontro com lideranças comunitárias/Telegráfo em 10/06 Belém.



**IV Encontro com lideranças comunitárias/Telégrafo em 14/06 Belém.**



**Visita de servidores da SESAN e SEURB em 11/06.**



Ação Cidadania em 12/06 em Icuí Ananindeua



Ação Cidadania em 12/06 em Icuí Ananindeua



Representação da CENPREN "Todos Juntos Contra o Trabalho Infantil", ocorrido nas dependências da Paróquia N. S. P. Socorro, em 15/06 Belém.



**Precursão em Salinas21/06**

**Podagem em 22/06**

**Limpeza do espaço externo da CENPREN em 23/06**

**Trabalhadores SESAN em 23/06**



Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas, em 24/06.





**Live Semana Paraense de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas, em 24/06.**

**Reunião da coordenação CENPREN em 03/07**

**Verão Pai D'Égua em Salinas**



**Verão Pai D'Égua em Ajuruteua**



**Verão Pai D'Égua em Mosqueiro**



**Verão Pai D'Égua em Icoaraci**



**Verão Pai D'Égua em Terminal Hidroviário**



**Verão Pai D'Égua em Bragança, 17/07**

**Verão Pai D'Égua Terminal Rodoviário Belém, em 22/07.**

**Educação Entre Pares, 12/08 em Belém – nas dependências da SEDUC.**



**23/08Semana de luta da pessoa com deficiência intelectual e múltipla**



**Ação Cidadania, Ananindeua, em 27/08.**



Capanema, 08/09



23/09 – Evento Intersectorial Marabá e Itaituba

24/09 - Evento I





**Intersectorial Marabá e Itaituba  
Exposição da Polícia Militar, Santarém em 25/09**



**MPPA, Educação Entre Pares 28/09 Daniela Barbalho, Belém**

**Território Pela Paz - Belém 30/09**



**Formação em Direitos Humanos, Marabá, com participação dos munic. de Bom Jesus do Tocantins, S. D. do Araguaia e Jacundá. Data 07/10.**





27/10 – Audiência Pública Promotoria Criminal de Ananindeua

Formação ao GMB, Ananindeua 05/11



Webnário Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas. 09/11 em Ananindeua

### 4.3 COORDENADORIA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

#### COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS NO DE 2021.

Considerando a missão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, determinada no Decreto nº 1.602/2009, no sentido de formular, coordenar e executar as políticas públicas de promoção, proteção e reparação dos direitos humanos, assim como de articular e promover parcerias na elaboração e execução de suas políticas com os demais

entes da federação, entidades internacionais, organizações não-governamentais, empresas privadas e movimentos sociais.

Considerando que a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos tem a competência de coordenar a execução de programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte, de acordo com o Decreto nº 1.178/2008 (PPCAAM), Lei nº 6.325/2000 (PROVITA) e Lei 8.444/2016 (PPDDH), que, em nível de atuação programática, fica sob a responsabilidade da Coordenação de Proteção a Vítimas – CPV, prezando pelo sigilo das informações destes programas.

Considerando que os programas são executados diretamente por Entidades Executoras da Sociedade Civil, cuja atuação foi estabelecida por meio de convênios estaduais, ao que a evolução dos atendimentos é realizada, a nível quantitativo e qualitativo, por meio de relatórios periódicos.

Considerando a necessidade de apresentação, pela SEJUDH, de Relatório Circunstanciado de Gestão referente ao exercício do ano de 2021, consolidando a atuação de todos os setores desta Secretaria, apesar do exíguo prazo concedido para que os setores apresentassem as informações de forma qualitativa.

Considerando a necessidade de alto sigilo com relação às informações dos Programas de Proteção, o que limita as possibilidades de concessão de informações do atendimento dos casos, por via de relatórios públicos, como é o presente expediente.

Considerando que os 3 Programas se encontram em fases diferentes, tendo, também, diferentes níveis de sigilo, sendo os Programas PPCAAM e PROVITA os mais restritos com relação à natureza de informações possíveis de concessão.

Apresenta-se o Relatório de Atividades desta Coordenação de Proteção a Vítimas, trazendo informações indicativas do histórico e da atualidade da execução dos Programas de Proteção instalados no Estado do Pará. Nota-se, no entanto, que os indicativos são diferentes entre os programas, o que se dá em vista às diferenças substanciais de estágio de execução, forma de atuação e os diferentes indicativos de sigilo, na forma da lei.

#### Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA

##### 1.1. Breve apresentação do PROVITA

O histórico da instalação do presente Programa remonta a década de 1990, período profundamente marcado pelas chacinas da Candelária e de Vigário Geral. A partir destes tristes fatos, verificou-se a necessidade de discutir com maior amplitude questões relacionadas à violência no Brasil.

Assim, transcorreu a elaboração do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, tendo por base e fundamento mecanismos internacionais e brasileiros de proteção dos Direitos Humanos, a exemplo da Declaração Universal de 1948, a Constituição Federal de 1988 e o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH de 1996. Desta forma, o Programa é criado em 1999 pela Lei nº 9.807/99 e passando a ser instalado nos anos posteriores.

No momento de sua formulação verificou-se que boa parte das violações de direitos humanos, as quais seriam parte da competência do Programa de Proteção, advinham de Agentes do Estado Brasileiro. Portanto, identificando-se óbice a que o próprio Estado realize diretamente a proteção nestes casos, estabeleceu-se que seriam firmadas parcerias com entidades da sociedade civil organizada que fossem comprometidas com a defesa de Direitos Humanos. Estas sendo responsáveis pela execução direta do PROVITA.

No Estado do Pará, o Programa Estadual de Proteção foi estabelecido no ano de 2000, por meio da Lei nº 6.325/2000, tendo por fato motivador o triste massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, no qual foram assassinados dezenove trabalhadoras e trabalhadores rurais, integrantes do MST, em uma ação policial. À época da instalação do Programa, coube primeiro à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, entidade da sociedade civil organizada, a execução do PROVITA no Estado.

Posteriormente, em 2015, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH retira-se da execução do Programa, de modo que, em dezembro do mesmo ano, o Conselho Deliberativo do PROVITA – CONDEL/PROVITA<sup>(1)</sup> elege o Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB como entidade executora. O GMB, também alinhado à defesa de Direitos Humanos, figura como a entidade responsável pela execução do Programa até os momentos atuais.

Dito isto, tem-se que o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA tem como objetivo geral a proteção de Testemunhas e Vítimas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça, em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, conforme estabelecido pela Lei nº 9.807/99 e Lei estadual nº 6.325/00. Ademais, o Programa tem como objetivos específicos:

(1) Contribuir para o enfrentamento às graves violações de direitos humanos, por meio do depoimento da Testemunha/Vítima junto ao Sistema de Justiça, bem como ao

combate efetivo à impunidade; (2) Promover a segurança e o bem-estar da pessoa protegida; (3) Garantir a integridade física e psicológica de Testemunha/Vítima e de familiares na proteção; (4) Proporcionar à pessoa protegida reinserção social em novo espaço territorial diverso do local da ameaça; (5) Promover apoio ao exercício das obrigações civis e administrativas que exigirem comparecimento pessoal; e (6) Promover de forma segura, o acesso a direitos, inclusive à convivência familiar e comunitária.

#### **Dados consolidados do PROVITA**

Os dados referentes ao PROVITA se encontram disponíveis de modo completo, tendo em vista a consolidação efetivada no Relatório Final de Cumprimento de Objeto do Convênio, de modo que a seguir se encontram os quantitativos referentes aos campos dispostos no Plano de Trabalho.

Registra-se que grande parte das metas foi superada, de modo que foram realizadas muito mais atividades do que as quantidades previstas. Tal dado indica a existência de uma demanda muito maior por proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas de morte do que aquela inicialmente planejada, sendo necessário o reforço à estrutura do programa.

#### **Metas Previstas e Realizadas no Período de 2016 a 2020 PROVITA**

<b>Especificações/etapas</b>	<b>Metas previstas 2016 a 2020</b>	<b>Atividades realizadas 2016 a 2020</b>
A- Pré-triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e familiares	110	132
B- Apresentação dos casos ao Conselho Deliberativo. CONDEL.	60	25
C- Triagem de vítimas e testemunhas ameaçadas e familiares	59	30
1.2.A- Relatório consolidado	59	83

trimestral de sujeitos em promoção (ingresso)		
1.2.B- Plano de atendimento aos sujeitos em proteção	59	37
1.2. C. Acompanhamento aos sujeitos em proteção	247	1.032
1.2. D- Relatórios em encontro familiar	17	07
1.3. A – Relatórios de audiência	40	25
1.3. B – Relatórios sobre inquéritos ou processo judicial	60	50
2.1. A – Participação efetiva da Equipe Técnica e Entidade Executora nas Reuniões mensais do CONDEL/PA	60	25
2.1. B – Reunião de apresentação do Programa com os atores diretamente envolvidos com a política de proteção em três municípios polos	15	10
2.3. A – Confecção de Material institucional	1.000	1.000
2.4. A – Relatório de Monitoramento Financeiro e Técnico	15	23
2.4. B – Relatório de prestação de contas (Financeiro e Técnico)	01	02
2.5. A – Termos de	15	00

parcerias/Acordos de cooperação		
<b>Total</b>	<b>1.817</b>	<b>2.481</b>

Fonte: Relatório Final de Cumprimento do Objeto do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA/PA – Janeiro de 2016 a Dezembro de 2020.

Acerca do ano de 2021, tem-se que não há a mesma sorte de dados consolidados para serem concedidos, tendo em vista que o Plano de Trabalho prevê a elaboração e entrega do relatório anual para o mês de janeiro posterior ao ano de exercício. Ainda assim, tem-se que o Programa continua em nível médio de execução, tendo realizado **no ano de 2021 a pré-triagem de 19 casos, totalizando 57 pessoas atendidas diretamente**. Com relação à efetiva inclusão, tem-se que esta ocorreu em somente 4 casos, nestes, no entanto, com o ingresso de 27 pessoas.

Para além dos casos novos que ingressaram no ano de 2021, há, ainda, a continuidade do atendimento dos casos que já vinham sendo acompanhados pelo PROVITA nos anos anteriores.

Total de casos	Total de pessoas	Total de mulheres	Total de homens
19	<b>57</b>	<b>31</b>	<b>26</b>

Total de casos que ingressaram	Total de pessoas que Ingressaram	Homens	Mulheres
04	<b>27 pessoas</b>	<b>16</b>	<b>11</b>

### REPASSES REALIZADOS AO PROVITA NO ANO DE 2021

OP	DATA	UG	GESTÃO	DOCUMENTO	VALOR	BCO	CONTA	SIT
<b>01</b>	<b>05/04/21</b>	<b>18/01/01</b>	<b>00001</b>	<b>2021OB00211</b>	<b>117.705,05</b>	<b>001</b>	<b>128732</b>	<b>EV</b>
<b>02</b>	<b>03/02/21</b>	<b>18/01/01</b>	<b>00001</b>	<b>2021OB00272</b>	<b>759.401,99</b>	<b>001</b>	<b>128732</b>	<b>EV</b>

<b>03</b>	<b>23/07/21</b>	<b>18/01/01</b>	<b>00001</b>	<b>2021OB00803</b>	<b>759.401,077</b>	<b>001</b>	<b>128732</b>	<b>EV</b>
<b>04</b>	<b>20/09/21</b>	<b>18/01/01</b>	<b>0001</b>	<b>2021OB01070</b>	<b>759.401,07</b>	<b>001</b>	<b>128732</b>	<b>EV</b>

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

**CONCEDENTE R\$ 4.430.144,48**

Repassse		Mês/Ano	Mês/Ano	Mês/Ano	Total
Ano 1	Custeio	Dez/2019 562.000,00	Abril/2020 272.766,56	Out/2020 272.766,56	R\$ 1.107.533,12
	Capital				
Repassse					
Ano 2	Custeio		Abril/2021 553.766,56	Out/2021 553.766,56	R\$ 1.107.533,12
	Capital				
Repassse					
Ano 3	Custeio		Abril/2022 553.766,56	Out/2022 553.766,56	R\$ 1.107.533,12
	Capital				
Repassse					
Ano 4	Custeio		Abril/2022 553.766,56	Out/2022 553.766,56	R\$ 1.107.533,12
	Capital				

**PROPONENTE R\$ 6.292.698,19**

Repassse		Mês/Ano	Mês/Ano	Mês/Ano	Total
Ano 1	Custeio	Dez/2019	Jun/2020	Set/2020	R\$ 1.159.525,00
	Capital	Fev/2020 60.633,64			
Repassse					

Ano 2	Custeio	Fev/2021	Jun/2021	Set/2021	R\$ 1.567.057,73
	Capital	Fev/2021 36.728,91			
Repasse					
Ano 3	Custeio	Fev/2022	Jun/2022	Set/2022	R\$ 1.107.533,12
	Capital	Fev/2022 36.728,91			
Repasse					
Ano 4	Custeio	Fev/2023	Jun/2023	Set/2023	R\$ 1.107.533,12
	Capital	Fev/2023 36.728,91			R\$ 1.107.533,12

### **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM**

Segundo o Atlas da Violência<sup>(2)</sup>, os homicídios são a principal causa de mortalidade entre os jovens, em especial da juventude masculina, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 e anos, ou seja, as vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria. No Estado do Pará, a taxa de homicídios jovens por grupo de 100 mil, foi em 2018, de 103,2, ocupando a 7º posição no ranking nacional, enquanto a média nacional foi de 60,4. Observando especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 191,2 somente em 2018.

É nesse cenário que surge o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Seu processo de instalação se inicia no ano de 2007, consolidando-se a partir da promulgação do Decreto nº 1.178/2008. A partir disso, o Movimento República de Emaús - MRE, por meio de seu Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/MRE passa a figurar como entidade responsável pela execução direta do Programa, iniciando suas atividades oficialmente no ano de 2008.

No primeiro período de execução do PPCAAM (2008-2012), além do acompanhamento direto de quase 150 pessoas em risco real de morte, o Programa empreendeu esforços formativos junto às Portas de Entradas em todas as cidades do Estado. Contudo, conforme as estatísticas correlacionadas, a violência letal contra crianças e adolescentes continuou a crescer no Estado do Pará, sendo que em 2015, o Relatório da CPI das Milícias,

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

realizado pela Assembleia Legislativa do Estado – ALEPA<sup>(3)</sup>, apontou o fortalecimento institucional dos Programas de Proteção como uma importante estratégia para enfrentamento da letalidade e da impunidade neste território.

Nos últimos 5 anos, as ações do PPCAAM no Pará foram CEDECA/MRE a pedido do Conselho Gestor Estadual e da SEJUDH, sendo que no período foram acompanhados 73 casos, num total de 193 pessoas protegidas/acompanhadas pela equipe multiprofissional. Significativa mudança no período se observa com o crescente número de casos acompanhados sem retaguarda familiar, chegando a quase 40% dos casos acompanhados no período. Tais acompanhamentos evidenciaram a necessidade de investir na aproximação educativa com os serviços socioassistenciais, especialmente com os ligados às modalidades de acolhimento.

Ademais, o Programa tem como objetivo geral manter a execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado do Pará, com o intuito de preservar a vida de crianças, adolescentes e jovens (de até 21 anos, se egressos de medida socioeducativa), sob ameaça iminente de morte, bem como seus familiares, na perspectiva da proteção integral e do direito à convivência familiar e comunitária. Por sua vez, tem-se que os objetivos específicos são:

(1) Promover a articulação do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de proteção, mobilizando e sensibilizando os parceiros governamentais e não governamentais em suas diversas esferas, com vistas à efetiva proteção das crianças, dos adolescentes e dos familiares;

(2) Incentivar a convivência familiar e comunitária no local de proteção;

(3) Proporcionar atendimento assistencial, jurídico, psicológico e a proteção necessária a Crianças, Adolescentes e Jovens (até 21 anos de idade, se egressos do sistema socioeducativo), que estejam ameaçados de morte;

(4) Garantir o acesso dos (as) usuários (as) aos serviços de assistência à saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e todas as políticas necessárias para a inserção social segura no local de proteção;

(5) Fortalecer institucionalmente o PPCAAM no Estado do Pará;

(6) Disseminar conteúdo sobre o PPCAAM e sua incidência como política pública;

(7) Contribuir com o enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes por meio das ações de proteção no caso a caso e de ações que deem visibilidade ao tema.

---

3 Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/relatorios>

## Dados consolidados do PPCAAM

Os dados referentes ao PPCAAM não se encontram disponíveis de modo completo, tendo em vista que o Programa se encontra em fase de prestação de contas, ou seja, deve entregar dados consolidados em um futuro próximo. De qualquer forma, é possível verificar a mesma situação indicada com relação ao PROVITA, acerca da demanda que excede o quantitativo indicado como metas inicialmente. Acerca disso, tem-se o seguinte:

Especificação	Meta	Atividades realizadas
<b>Proteção e acompanhamento dos casos</b>	Atender 120 (cento e vinte) pessoas equivalentes a 60 (sessenta) casos de crianças, adolescentes e jovens de até 21 (vinte e um) anos de idade em situação de ameaça de morte e suas respectivas famílias através do PPCAAM	67 casos e 105 familiares, totalizando 192 pessoas durante a vigência desse projeto no período entre 2015 – 2020.

**Fonte: Relatório de Execução Financeira e Técnico do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM – 2020**

No ano de 2021 o Programa teve a finalização do Convênio Federal, razão pela qual houve uma diminuição da quantidade de casos novos incluídos, em geral mantendo a proteção de casos que já se encontravam sob proteção do PPCAAM. Desta forma, atualmente se encontram sob proteção 23 pessoas distribuídas em 7 casos.

Repasses realizados ao PPCAAM no ano de 2021

Como já adiantado, no ano de 2021 o Programa teve a finalização de seu Convênio Federal, o qual se encontram em vias de renovação. Em razão disso, não houve repasse federal

neste exercício, assim como somente houve um repasse, direcionado para a manutenção das atividades do PPCAAM.

OP	DATA	UG	GESTÃO	DOCUMENTO	VALOR	BCO	CONTA	SIT
01	10/08/21	18/01/01	00001	2021OB00861	865.997,22	037	UNICA	EV

### Cronograma de desembolso

Repasse		Jan /21	Fev / 21	Mar / 21	Abr/ 21	Mai/ 21	Jun/ 21	Jul/ 21	Ago/ 21	Set/ 21	Out/ 21	Nov/ 21	Dez/ 21
2021	Custeio				865.997,22				865.997,22				
	Capital												

### PROGRAMA DE PROTEÇÃO A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARÁ - PPDDH

O Estado do Pará é o segundo maior estado do país, com extensão territorial de 1.247.955,238 km<sup>2</sup>, população de cerca de 7.581.051 habitantes, segundo o censo de 2010, estimada pelo IBGE em 8.366.628 no ano de 2017. Tais números são acompanhados de baixos índices de desenvolvimento humano (0,646), além dos conflitos agroambientais, do desrespeito a povos tradicionais, da exploração do trabalho em situação análoga a escravo, da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Neste cenário destacam-se os conflitos agrários como importante ponto focal das situações de vulnerabilidade social que é possível identificar por todo o Estado. Ademais, tem-se que a própria intervenção dos órgãos competentes é, muitas vezes, dificultosa em face às dinâmicas de grupos dominantes econômica ou politicamente, além de organizações criminosas atualmente em atividade. Tais questões sociais criam um quadro de grande fragilidade social para boa parte da população do Estado.

Em razão disso, diversas organizações da sociedade civil lutam pela garantia de direitos, constituindo suas próprias lideranças sociais e políticas na busca por direitos. Há que se considerar, no entanto, tais movimentos sociais enfrentam profundas dificuldades em suas atuações, dentre as quais um processo contínuo de criminalização, onde suas atividades são interpeladas por ações, em boa parte ilegais e ilegítimas, que tem o intuito de impedir a

continuidade destas lutas.

A criminalização destes movimentos envolve, em última instância, ameaças e, inclusive, atentados contra a integridade física e a vida de seus integrantes. Tal processo, portanto, acaba por tornar vulneráveis as lideranças e as próprias organizações sociais, sendo expostos ao risco contínuo de vitimização por atos violentos. Neste sentido, são registrados inúmeros casos de lideranças e movimentos sociais que foram alvo de ações de hostilidade, de violação de domicílio, de ingerências arbitrárias ou abusivas, ameaças e atentados contra a vida e integridade pessoal - apesar da missão destas organizações ser a defesa de Direitos Humanos.

Assim, identificando tal problemática e seguindo o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, foi criado, no ano de 2005, o Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, trabalhando conjuntamente com a sociedade civil e o governo federal para o fortalecimento da política pública de proteção, bem como garantir a defesa da vida dos integrantes de movimentos sociais e lideranças na defesa de direitos humanos.

O Programa foi primeiro implementado no ano de 2008, por meio de convênio firmado entre o Estado do Pará e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. No entanto, no ano de 2012 ocorreu a descontinuidade do convênio, fato que resultou na redução das atividades do Programa, ficando a proteção dos defensores sob responsabilidade direta da SDH da Presidência da República, enquanto o Estado do Pará realizava o papel de colaborador.

Posteriormente o dossiê "Vidas em Luta: Criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil", organizado pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, apontou que, somente no ano de 2016, foram assassinados 6 defensores de Direitos Humanos no Estado do Pará. Todos casos registrados nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado. Ademais, tem-se que somente no primeiro semestre de 2017 foram registrados 12 assassinatos de defensores de Direitos Humanos, além da ocorrência da Chacina de Pau D'Arco, que vitimou 10 trabalhadores rurais envolvidos com a causa agrária.

Buscando remediar a situação de altos conflitos identificada no território paraense, especialmente no tocante à violência contra Defensores de Direitos Humanos, o PPDDH foi retomado, tendo sido sancionada a Lei Estadual nº 8.444/2006. No mesmo ato, foi instituído o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, órgão colegiado responsável pelo direcionamento das atividades do Programa. A partir disso, a entidade Sociedade, Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos – SOMECDH foi

selecionada como responsável pela execução direta do Programa no Estado do Pará, em atividade até o presente momento.

#### Dados consolidados do PPDDH

Com relação ao PPDDH, tem-se que os dados também não se encontram disponíveis de modo completo e consolidado, tendo em vista este ser o mais recente dos programas, não tendo, ainda, finalizado o ciclo de seu primeiro convênio.

Apesar disso, os dados de atendimento já indicam o mesmo cenário dos demais programas: de alto nível de demanda que excede o planejado. É o que indica a planilha a seguir, dispondo que a meta prevista para dezembro de 2018 a novembro de 2022 foi excedida no período de setembro a dezembro de 2020:

#### Meta de plano de Trabalho PPDDH;

Especificação	Unidade	Quantidade	Início	Término
3.1 Atendimento/acompanhamento/monitoramento da situação dos defensores ameaçados, demandados ao Programa	Relatórios/Prontuários	90	Dez/2018	Nov/2022

#### Quantitativo dos monitoramentos realizados dos casos em análise e incluídos

Monitoramento dos casos em análise e incluídos	Mês	Casos em análise	Casos incluídos
E-mails	Setembro	02	02
	Outubro	00	00

	Novembro	00	00
	Dezembro	00	00
Contatos telefônicos	Setembro	108	238
	Outubro	291	236
	Novembro	172	96
	Dezembro	225	85
Atendimento Presencial	Setembro	00	00
	Outubro	00	00
	Novembro	04	02
	Dezembro	04	02
Articulações com os órgãos públicos e privados e organizações não governamentais	Setembro	26	30
	Outubro	34	41
	Novembro	26	28
	Dezembro	21	32
<b>Total</b>		<b>913</b>	<b>729</b>

Meta de monitoramentos prevista (2018-2022)	Atividades de monitoramento realizadas (jan-jul/2021) entre casos em análise e incluídos
<b>90</b>	1642

**Fonte: Relatório Parcial de Cumprimento do Objeto do Programa de Defesa a Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará – PPDDH – jan- jul/2021**

Tais foram os dados de casos analisados durante o ano de 2021. Acerca de medidas protetivas, é possível identificar o seguinte:

<b>Medidas Protetivas</b>	<b>jan/21</b>	<b>fev/21</b>	<b>mar/21</b>	<b>abr/21</b>	<b>mai/21</b>	<b>jun/21</b>	<b>jul/21</b>
I - realização de visitas no local de atuação para análise do caso e da situação de risco/ameaça	0	0	0	0	0	0	0
II - realização de audiências públicas, mesas de diálogo, reuniões e outras ações que possam contribuir para sanar ou diminuir os riscos e ameaças	1	2	1	2	1	0	0
III - articulação de ações de visibilidade das atividades dos defensores na promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos	0	0	0	0	0	0	0
IV - articulação de ações para adoção de providências com quaisquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	23	51	52	30	18	36	19
V - articulação com outros órgãos e entidades de quaisquer das esferas federativas	9	4	1	8	3	1	0
VI - acompanhamento de inquéritos, denúncias e processos judiciais e administrativos em que o defensor figure como parte e que tenha relação com sua atuação	4	3	28	8	16	3	4
VII - monitoramento periódico da atuação do defensor para verificar a permanência do risco e da situação de ameaça	27	34	33	19	32	23	23
VIII - solicitação de proteção aos órgãos de segurança pública, em caso de grave ameaça	30	46	52	62	45	29	24
IX - Acolhimento provisório	3	4	4	4	4	3	2

### **REPASSES REALIZADOS AO PPDDH NO ANO DE 2021**

A seguir, primeiramente segue o cronograma de desembolso disposto no Convênio firmado com o Governo Federal. Tal cronograma serve como referência para a quantidade de recursos que é prevista a ser encaminhada em cada mês disposto. Em razão de atrasos na apresentação de relatórios ou por mudanças no planejamento dos Programas, é possível que os repasses não sejam realizados no mês estabelecido no cronograma, razão pela qual é possível que se verifique diferenças entre o que define o cronograma e a efetiva data do repasse. Ademais, segue o demonstrativo de repasses realizados aos Programas, contendo os valores e o mês em que fora encaminhado. Registra-se que, no caso do PPDDH, somente um repasse é proveniente de recurso federal, sendo o primeiro, do exercício de 11/06. os demais são de origem estadual.

**CONCEDENTE (Governo Federal) R\$1.577.810,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e dez reais)**

<b>Ano 2017</b>	<b>Dezembro/2017</b>		
	253.021,00		
<b>Ano 2018</b>	Março/2018	Mês	Mês
	376.405,00		
<b>Ano 2019</b>	Março	Mês	Mês
	300.000,00		
<b>Ano 2020</b>	Março	Mês	Mês
	300.000,00		
<b>Ano 2021</b>	Março	Mês	Mês
	300.000,00		

PROPONENTE (Contrapartida) – R\$5.921.876,59 (Cinco Milhões, novecentos e vinte um mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

<b>Ano 2017</b>	<b>Dezembro/2017</b>		
	300.000,06		
<b>Ano 2018</b>	Março/2018	Junho	Setembro
	468.203,19	468.515,75	468.514,80
<b>Ano 2019</b>	Março	Junho	Setembro
	468,515,76	468.515,75	468.514,80
<b>Ano 2020</b>	Março	Junho	Setembro
	468,515,76	468.515,75	468.514,80
<b>Ano 2021</b>	Março	Junho	Setembro
	468,515,76	468.515,75	468.514,80

<b>OP</b>	<b>DATA</b>	<b>UG</b>	<b>GESTAO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>VALOR</b>	<b>BCO</b>	<b>CONT A</b>	<b>SIT</b>
<b>01</b>	11/06	180101	00001	2021OB00480	300.000,00	001	126926	EV
<b>02</b>	16/06	180101	00001	2021OB00510	468.515,76	001	126926	EV
<b>03</b>	05/07	180101	00001	2021OB00668	468.515,75	001	126926	EV
<b>04</b>	24/09	180101	00001	2021OB01111	468.514,80	001	126926	EV

## **ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS**

A Coordenação de Proteção a Vítimas, como setor responsável pela condução destes

Programas, tem como foco principal a articulação das demandas do PPCAAM, do PROVITA e do PPDDH para com as demais instâncias da Administração Pública no Poder Executivo, mas também para com entes dos Poderes Legislativo e Judiciário, entes do Sistema de Justiça, a exemplo do Ministério Público e Defensoria Pública, assim como entes da sociedade civil organizada.

Verifica-se, portanto, que no ano de 2021 foram despachados cerca de 260 expedientes neste sentido, entre ofícios e demais comunicações, com o sentido de articular ações com outros entes, atendendo a demandas de Pessoas em Proteção. Tais envios se deram principalmente via Processo Administrativo Eletrônico – PAE e via email. Em parte dos casos foi necessária a realização de reuniões ou encontros com os gestores, viabilizando a prestação dos serviços necessários, atividade que foi realizada oficialmente num total de 26 vezes durante o ano de 2021.

Ademais, tem-se que esta Coordenação tradicionalmente ocupa a posição de suplente da posição de Conselheiro, legalmente atribuída ao Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos. A posição do representante da SEJUDH nestes Conselhos é, também, de presidente, de modo que a CPV eventualmente preside reuniões dos CONDEL. Portanto, a CPV, juntamente à Secretaria de Conselhos, setor vinculado ao gabinete, articula as atividades dos Conselhos Deliberativos, constituindo suas pautas, encaminhando as convocatórias, mobilizando os Conselheiros, presidindo as reuniões deliberativas e, posteriormente, constituindo suas atas. Tal atividade foi realizada um total de 15 vezes no ano de 2021.

Por fim, registra-se que esta Coordenação, em razão do caráter altamente sigiloso de seu objeto, realizou poucas atividades que necessitassem de viagem. O único momento em que houve deslocamento da Coordenação ocorreu no mês de julho, com a vinda de Comitiva do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de modo que o Coordenador, juntamente à Equipe Técnica do PPCAAM, acompanharam a comitiva para realização de atividades no município de Breves, na Ilha do Marajó. Na ocasião, foi realizada a pré-triagem de casos identificados na região, assim como foi realizada reunião em conjunto com entidades da sociedade civil organizada, entes da rede socio-assistencial, do sistema de justiça e de segurança da região.

A CPV não realizou gastos de nenhuma natureza, excetuando-se a concessão de 1,5 diárias e 2 passagens para o Coordenador na referida viagem a Breves.

#### **4.4 COORDENADORIA DE PROMOÇÃO A CIDADANIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

A realização das Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos nos municípios do Estado foram desenvolvidas no período de junho a novembro de 2021, em função do distanciamento social imposto pela Covid-19. Com equipes integradas por diversas instituições, o projeto das caravanas consiste na disponibilização às populações locais, de serviços descentralizados referentes à emissão de documentos (carteiras de trabalho, identificação civil, entre outros), além da realização de capacitações em direitos humanos para agentes do sistema e público alvo, por meio de palestras e reuniões.

Dos 144 municípios, executamos ações com emissão de documentos, em 31,94%, do nosso território, ou seja, em 45 municípios, o serviço e cidadania e direitos humanos esteve presente, através da SEJUDH.

Dentre as regiões do nosso Estado, estivemos presentes na **Região do Xingu**, em dois municípios, incluindo ação em área quilombola (Assurini), em Altamira, sendo que dos documentos emitidos, 32% foi destinado a esta população.

Na **Região do Baixo Amazonas**, estivemos presentes em 4 municípios: Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos e Prainha, que corresponde há uma cobertura de 34% da área, onde cabe destacar que temos um Núcleo em Santarém, que realiza atendimentos diariamente a população. Já na **Região do Carajás**, a cobertura foi de 30% com a realização de Caravana em três municípios: Bom Jesus do Tocantins, Marabá e São Geraldo do Araguaia.

Na **Região do Guamá**, realizamos Caravana em São Miguel do Guamá e Castanhal, com cobertura de 11% na emissão de documentos. É importante salientar que a SEJUDH ainda realizará Caravanas na primeira quinzena de dezembro nesta Região com o intuito de aumentar de 2 para 7, os municípios contemplados com os serviços de cidadania, e desta forma possa ter a cobertura de 42% em municípios atendimentos.

Na **Região do Lago do Tucuruí** estamos com a cobertura de 43% de municípios atendidos (Itupiranga, Jacundá e Nova Ipixuna), é importante frisar que ainda há Caravanas sendo realizadas nesta região. O que trará maior área de cobertura de atendimentos dos serviços ofertados.

Na Ilha do **Marajó**, conseguimos ofertar os serviços em 75% dos municípios, incluindo a área quilombola em Gurupá. Ou seja, dos 16 municípios que compõem a Ilha, estivemos presentes em 12, com a emissão de 8.000 documentos.

Na **Região do Rio Caeté** atendemos 34% dos municípios, que foram Augusto Correa, Bragança, Santa Luzia do Pará, São João de Pirabas e Viseu. E ainda há previsão de Caravana para a primeira quinzena de dezembro. Até o momento foram realizados a emissão de 3.300 documentos

A **Região do Rio Capim**, possui um Núcleo da SEJUDH que realiza atendimento diariamente, de Cidadania e Direitos Humanos, no município de Paragominas. Além disto também realizamos caravanas em 4 municípios que compreende a uma área de cobertura de 25%

Na **Região do Tapajós** alcançamos a cobertura de 50% dos municípios, estivemos em Aveiro e adjacências, Itaituba e Rurópolis. E foram emitidos aproximadamente 3.000 documentos.

Na **Região do Tocantins** estivemos presentes em 72% dos municípios que a compõem. E ainda podemos estar presentes em três áreas de quilombos, com ação de Cidadania e Direitos Humanos, nos municípios de Baião (Araquembaua), Moju (Nossa Senhora Maria das Graças) e Mocajuba (São José do Icatu), sendo que em cada município deste 45% dos atendimentos foram destinados aos quilombolas.

Na **Região do Guajará** estivemos presentes em Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides. Na Capital do nosso Estado mantemos atendimento diário na sede da SEJUDH, assim como também realizamos inúmeras ações em Bairros. Dos documentos emitidos em Belém, que totalizam quase 20.000 carteiras de identidade, 27% foram realizadas através das ações em bairros de Belém. Realizamos também Ação em área indígena no Distrito do Mosqueiro, onde foi realizada uma ampla atividade com emissão de documentos, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, no mês de julho/2021.

As ações da Caravana de Cidadania e Direitos Humanos realizaram a emissão de 37 mil documentos nas mais diversas regiões do Estado

Até a presente data realizamos aproximadamente 60.000 emissões de documentos (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho Digital e Certidão de Nascimento). Sendo que 30% foi destinado ao público de idosos, onde não observamos grande diferença numérica entre homens e mulheres, a faixa etária de 16 a 59 anos, corresponde a 60% da população que foi atendida, sendo que 37% corresponde ao sexo feminino. E na faixa etária de 0 a 15 anos tivemos 10% de atendimentos.

Para o ano de 2022, temos o compromisso de Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 5 municípios da Região Araguaia. Assim como também programada para a

Região do Baixo Amazonas de 6 municípios e na Região do Carajás em mais 5 municípios. Contemplou-se o compromisso de realizar Caravanas na Região do Marajó, onde ultrapassamos o que foi pactuado e para o próximo ano, temos como meta cobrir os 4 municípios que ainda não foram contemplados. Na Região do Guamá manteremos a meta de 5 municípios e na Região do Lago do Tucuruí de 3 municípios. Já na Região do Rio Caeté e do Rio Capim e Rio Xingu programamos 4 municípios em cada região. E temos execução programada também para a Região do Tapajós e Tocantins de 2 municípios, em cada área.

**Plano Plurianual 2020-2021:**

<b>Município Atendido</b>	<b>RG</b>	<b>CTPS/ Digital</b>	<b>C. Nasciment o (2ª via)</b>	<b>Auxilio Jurídico</b>	<b>Quantidade total</b>
Belém (Sede)	14.473	1.635	655	235	<b>16.998</b>
Belém (Ações de Bairro)	4.870	670			<b>5.540</b>
Abacetuba	524	135	145		<b>804</b>
Altamira	1.915	285	353		<b>2.553</b>
Ananindeua	1.368				<b>1.368</b>
Augusto Correa	603	90	286		<b>979</b>
Aveiro	1.300	285	545		<b>2.130</b>
Baião	438	125	55		<b>618</b>
Bagre	590		87		<b>590</b>
Belterra	148		65		<b>213</b>
Benevides	484		89		<b>573</b>
Bom Jesus	390		132		<b>522</b>
Bragança	772	145	175		<b>1.092</b>

Breves	1.320	150	133		<b>1.603</b>
Cachoeira do Arari	445		121		<b>566</b>
Cametá	1.100	200	222		<b>1.522</b>
Castanhal	387				<b>387</b>
Currálinho	584		129		<b>713</b>
Garrafão do Norte	275		154		<b>429</b>
Gurupá	485		98		<b>583</b>
Igarapé-Miri	770	175	145		<b>1.090</b>
Itaituba	160				<b>160</b>
Itupiranga	604				<b>604</b>
Irituia	427		156		<b>583</b>
Juruti	399		231		<b>630</b>
Marabá	965		236		<b>1.201</b>
Marituba	280		110		<b>390</b>
Medicilândia	305	115	98		<b>518</b>
Melgaço	488	70	143		<b>701</b>
Mojui dos Campos	410		143		<b>553</b>
Muaná	609	96	86		<b>791</b>
Nova Esperança do Piriá	338	124	146		<b>608</b>
Núcleo Regional Paragominas	1.594				<b>1.594</b>
Núcleo Regional Santarém	1.498				<b>1.498</b>
Ourém	463		141		<b>606</b>
Oeiras do Pará	658		93		<b>751</b>
Ponta de Pedras	592	35	126		<b>753</b>

Portel	635	110	222		<b>967</b>
Prainha	465				<b>465</b>
Rurópolis	535				<b>535</b>
Salvaterra	298	40		56	<b>394</b>
Santa Luzia do Pará	838	161	232		<b>1.231</b>
São Geraldo do Araguaia	444		239		<b>683</b>
São João de Pirabas	294	75	47		<b>416</b>
São Miguel do Guamá	291		155		<b>446</b>
São Sebastião da Boa Vista	520		126		<b>646</b>
Soure	338	120	176	90	<b>724</b>
Tailândia	1.564	225	320		<b>2.109</b>
Viseu	797	105	42		<b>944</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.050</b>	<b>5.171</b>	<b>1.337</b>	<b>381</b>	<b>62.374</b>

<b>Ação Cidadania em Parceria com a defensoria pública e Seaster</b>	
<b>Produto: 2ª Via Certidão de Nascimento</b>	
<b>Municípios Atendidos</b>	<b>Quantidades</b>
Aveiro	545
Muaná	86
Portel	222
São Joao de Pirabas	47
Tailândia	320
Viseu	42

**Agenda de Eventos\*:**

<b>Evento/Atividade</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Responsável</b>
-------------------------	-------------	--------------	--------------------

Ação Itinerante (mutirão pela cidadania) com expedição de R.G. ,C.T.P.S., Certidão de Nascimento	24/11 a 06/12/2021	Moju Vigia Santo Antônio do Tauá Colares	Giselle Borges
Ação Itinerante (mutirão pela cidadania) com expedição de R.G. ,C.T.P.S., Certidão de Nascimento	03 a 14/12/2021	Parauapebas São Félix do Xingu Curionópolis	Giselle Borges
Ação Itinerante (mutirão pela cidadania) com expedição de R.G. ,C.T.P.S., Certidão de Nascimento.	6 a 15/12/2021	Cumaru Pau d'arco Vila Cruzeiro (Marabá)	Giselle Borges
Ação Itinerante (mutirão pela cidadania) com expedição de R.G. ,C.T.P.S., Certidão de Nascimento.	4 a 15/12/2021	Capanema Santarém Novo Maracanã Curuçá	Giselle Borges

*\*Relacionar as demandas espontâneas para o mês subsequente. Não incluir ações do planejamento estratégico*

\*

<b>Programa:</b> Para Paz por um território de paz	
<b>Ação:</b> ParaPaz	
<b>Objetivo:</b> Promover ação de cidadania	
<b>Produto:</b> Documento expedido	
<b>Município e ou Bairro Atendido</b>	<b>Carteira de Identidade</b>
	220
ICUÍ GUAJARA	237
Marituba	205
Guanabara	208
Tenoné	302
<b>TOTAL</b>	<b>1.172</b>

Anexos:



**AÇÃO DE CIDADANIA EM ALTAMIRA**



**AÇÃO DE CIDADANIA NO DIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA / CENTUR**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM CURUÇAMBABA / CAMETÁ**



**AÇÃO DE CIDADANIA AVEIRO**



**AÇÃO DE CIDADANIA SUDESTE DO PARÁ**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM MARACÚ DO CARMO**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM CAMETÁ**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM MEDICILÂNDIA**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM CAMETÁ**



**AÇÃO DE CIDADANIA NO BAIRRO DO JURUNAS – BELÉM**



**AÇÃO DE CIDADANIA EM ASSURINI / ALTAMIRA**



**AÇÃO DE CIDADANIA NO CENTUR / BELÉM**



### **AÇÃO DE CIDADANIA TERPAZ**

#### **4.4.1.1 GERÊNCIA DE PROTEÇÃO À LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL – GLOS**

A Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual (GLOS) é responsável pelo acolhimento às vítimas de violência LGBTifóbica e articulação com a rede de apoio para resguardo dos direitos violados. Atua na promoção e controle das Políticas Públicas voltadas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Intersexuais (LGBTI+).

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as principais ações realizadas pela GLOS, no período de janeiro a outubro de 2021, objetivando demonstrar os resultados alcançados em face os objetivos e metas estabelecidas para o ano 2021.

Promover o atendimento das demandas da População LGBTI+ do Estado do Pará, além de trabalhar em parceria com o Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS), instituições e entidades representativas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais para desenvolver eventos, debates e campanhas educativas junto às instituições governamentais e entidades não governamentais, visando o fomento de políticas públicas voltadas à políticas afirmativas para a proteção dos direitos da população LGBTI+ paraense.

## PRINCIPAIS DESTAQUES 2019/2020

<b>Eventos apoiados e/ou realizados</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Resultados</b>
Reuniões (internas e externas)	97	Distribuição de 739 cestas básicas para LGBTI+. Encaminhamentos para emissão de RG.
Roda de conversas/Oficinas	7	Ações realizadas com acadêmicos, servidores e agentes de segurança pública com a finalidade de sensibilizar os atendimentos ofertados para a população LGBTI+.
Seminários/Lives	6	Formações realizadas com acadêmicos, servidores e agentes de segurança pública com a finalidade de sensibilizar os atendimentos ofertados para a população LGBTI+.
Eventos do Orgulho LGBTI apoiados	7	5 Paradas do Orgulho LGBTI+, 1 Cine debate e 1 Feira de Empreendedores LGBTI+
Atos e eventos sobre Direitos Humanos	24	Incentivo a cultura, a participação popular e a liberdade de expressão
Visitas Institucionais	2	Articulação e intersetorialidade para transversalizar as pautas de Sexualidade e Gênero na melhora do atendimento de saúde, exemplo, Ambulatório do Processo Transexualizador.
Participação em Pesquisas acadêmicas	2	Publicações de artigos científicos com os dados e informações da Gerência
Entrevistas concedidas à TV	2	Sensibilização do público para as demandas sociais e de Direitos Humanos para a População LGBTI+
Projetos desenvolvidos e aprovados	2	<p>1. Uma Instituição de acolhimento e abrigamento transitório com cursos permanentes de formação profissional, suporte à escolarização básica, apoio social e psicoterápico – Edital: Promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos. Público-alvo: pessoas LGBTI+ acima dos 18 anos. Valor Global de R\$ 4.008.277.29 (Quatro milhões, Oito mil, Duzentos e Setenta e Sete Reais e Vinte e nove Centavos);</p> <p>2. Projeto Emprega LGBTI – Edital</p>

		promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Objetivo: Profissionalizar para (re)inserção no Mercado de Trabalho e Empoderamento para enfrentamento das discriminações no Ambiente de Trabalho. Valor Global de R\$219.985,61 (Duzentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos).
<b>TOTAL DE SERVIÇOS:</b>	150	----

Fonte: Relatório de gestão 2019/2020 da GLOS.

## DENÚNCIAS DO DISQUE 100

No que diz respeito às denúncias recebidas por meio do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), cabe a esta Gerência, diligências no sentido de acompanhar e monitorar os casos recebidos, auxiliando as instâncias governamentais para a responsabilização dos agressores e auxiliando as vítimas na reparação e resguardo de direitos, em conformidade com a rede de apoio e as diretrizes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH. De acordo com último levantamento realizado das denúncias recebidas por esse meio no ano de 2019, foram registrados 05 (cinco) casos de violações de direitos, evidenciando a necessidade de fomento no que diz respeito à divulgação deste canal como instrumento de enfrentamento ao fenômeno da LGBTIfobia. Destas denúncias, 02 (duas) se referem a violências ocorridas na capital de Belém, 01 (uma) em Abaetetuba, 01 (uma) em Canãa dos Carajás e 01 (uma) em Rondon do Pará. Os atos discriminatórios concernem, principalmente, a despeito da Orientação Sexual e Identidade de Gênero das vítimas, sendo elas cometidas via denúncias de Agressões Psicológicas (02), de Agressões Físicas e Psicológicas (02) e de Agressão Psicológica e verbal (01).

Em 2020 foram registrados por meio desse canal 04 (quatro) casos de violações de direitos. Destas denúncias, 03 (três) se referem a violências ocorridas na capital Belém e 01 (uma) cometida em município situado na região do Rio Caeté no Estado do Pará. Os atos discriminatórios concernem, principalmente, a despeito da Orientação Sexual e Identidade de Gênero das vítimas, sendo elas cometidas via injúria (03), difamação (01), assédio moral (01), violência verbal (02), violência psicológica (03) e em não raros casos a violência física. Destes, não há relatos de violência física. É necessário acordar que um caso de discriminação pode

englobar várias tipificações de violências.

## **DESENVOLVIMENTO E APROVAÇÃO DE PROJETOS**

Em 2019 foram desenvolvidos e aprovados alguns projetos, mas por questões burocráticas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos não se efetivaram.

Em 2020 foram desenvolvidos e aprovados 02 (dois) projetos para a população LGBTI, são eles:

Uma Instituição de acolhimento e abrigamento transitório com cursos permanentes de formação profissional, suporte à escolarização básica, apoio social e psicoterápico – Edital: Promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos. O público-alvo são pessoas LGBTI e demais identidades de gêneros e/ou orientações sexuais; com idade mínima de dezoito anos completos; em quaisquer graus de escolarização; sem meios para autossustentação; de quaisquer das classes sociais; em situação de rua em quaisquer dos municípios da Região Norte; com vínculos familiares e comunitários rompidos ou extremamente fragilizados; totalizando trinta pessoas em sua capacidade máxima, variando de acordo com o período temporário de convivência na instituição. O público-alvo são pessoas LGBTI+ e demais identidades de gêneros e/ou orientações sexuais; com idade mínima de dezoito anos completos;

Emprega LGBTI – Projeto promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Profissionalizar para (re) inserção no Mercado de Trabalho e Empoderamento para enfrentamento das discriminações no Ambiente de Trabalho. Tendo como objetivo Promover ações de formação e disseminação do conhecimento sobre Direitos Humanos, Cidadania e Inclusão no Mercado de Trabalho de Pessoas LGBTI, sobretudo de travestis e transexuais, para quinhentos Servidores Públicos e; Empreendedorismo, Educação Financeira, Gestão de Negócios, Cooperativismo e Economia Solidária, além dos instrumentos para o controle social de políticas públicas, para quinhentos LGBTI+ em 25 municípios do estado do Pará, a fim de fomentar a inserção, permanência e enfrentamento às discriminações desses sujeitos no ambiente de trabalho formal de organizações públicas e privadas e instrumentalizá-los para o empreendedorismo. Sendo o projeto no Valor Global de R\$219.985,61 (Duzentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

No ano de 2020, houve também a Coordenação no PROJETO MOVIMENTO DH –

Empoderamento para a garantia dos Direitos Humanos e acesso à Cidadania - BELÉM (PA), com o objetivo de Instrumentalizar os participantes do público-alvo para a compreensão sobre conceitos, termos, fenômenos, atribuições das gerências e coordenadorias responsáveis por políticas públicas de promoção, proteção e enfrentamento às violências e violações de direitos das Populações LGBTI, Quilombolas, Pessoas Negras, Indígenas, Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas, Mulheres, Crianças, Adolescentes, Testemunhas e familiares de Testemunhas para o correto atendimento humanizado, acolhimento, encaminhamento e demais medidas de resguardo dos Direitos Humanos e acesso à Cidadania desses sujeitos. Sendo o Ensino à Distância por meio da Plataforma Google Class Room, com envio de referenciais teóricos sobre os temas em PDF e vídeoaulas assíncronas. Avaliação única ao final do módulo com perguntas fechadas e estruturadas. O projeto refere-se ao Módulo I – Básico com carga horária de 80 horas.

### PRINCIPAIS DESTAQUES 2021

<b>Entos apoiados e/ou realizados</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Resultados</b>
Reuniões (internas e externas realizadas para articulações intersectoriais com órgãos públicos e privados, bem como, com as OSC LGBTI+).	60	100 atendimentos de saúde em parceria com a SESPA em ações da GLOS, 50 encaminhamentos para emissão de 2ª via de certidão de nascimento pela SEASTER, 200 cestas básicas doadas pelo Parápaz a famílias LGBTI+, 50 cestas básicas doadas a GLOS pelo Coletivo Sapato Preto, Doação da Casa Mangueirosa -Insumos de prevenção: 76 caixas com 144 unidades de preservativos/cada, Finalização do Plano Estadual de Combate à LGBTIfobia.
Palestras/Lives/Webinários	5	200 pessoas alcançadas e sensibilizadas sobre a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero como, por exemplo, acadêmicos de psicologia, assis-

		tência social, servidores públicos, agentes de segurança pública e da saúde.
Roda de conversas/Oficinas	20	80 pessoas formadas e empoderadas sobre os Direitos Humanos e Políticas públicas estaduais e municipais para a população LGBTI+ no Pará.
Eventos do Orgulho LGBTI+ apoiados	8	Paradas do Orgulho LGBTI+ realizadas, 6ª Edição da Feira de Empreendedores LGBTI+ e realização da 43ª Festa das Filhas da Chiquita.
Atos e eventos sobre Direitos Humanos	10	Divulgação e propagação do trabalho desenvolvido e a função institucional da GLOS nos atos e manifestação em que a Gerência esteve presente.
Visitas Institucionais/Técnicas	3	Espaços disponibilizados para realizações dos eventos do Orgulho LGBTI+. Participação da Gerência em 1 projeto do município de Belém “Olhar Noturno”.
Entrevistas	6	Divulgação das ações e serviços ofertados pela GLOS e propagação de informação sobre os Direitos e Políticas públicas no estado para LGBTI+.
Distribuição de Cestas básicas doadas à GLOS	50	50 famílias de pessoas LGBTI+ contempladas com cestas básicas doadas pelo Coletivo Sapato Preto.
Dispensação de Insumos de prevenção doados à GLOS	720	5 instituições LGBTI+ contempladas com os insumos para trabalhar prevenção as IST.
Encaminhamento para emissão de Carteira de Identidade/RG	700	700 pessoas atendidas nas ações de Cidadania e Direitos Humanos nos eventos LGBTI+ e/ou encaminhadas pela GLOS para atendimento na sede da SEJUDH.
Encaminhamento para atendi-		5 famílias LGBTI+ atendidas

mento na CMDV	5	em situação de vulnerabilidade social.
Orientações e encaminhamento para a Defensoria Pública	10	10 Pessoas trans e travestis encaminhadas para o atendimento no NDDH para iniciar o processo de alteração civil no registro de nascimento.
Capacitação em Direitos Humanos (pessoas)	96	96 pessoas formadas sobre a Diversidade Sexual e de Gênero, Cidadania e Políticas LGBTI+.
Projetos aprovados/classificados para execução	2	<p>1. Uma Instituição de acolhimento e abrigamento transitório com cursos permanentes de formação profissional, suporte à escolarização básica, apoio social e psicoterápico – Edital: Promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos. Público-alvo: pessoas LGBTI+ acima dos 18 anos. Valor Global de R\$ 4.008.277.29 (Quatro milhões, Oito mil, Duzentos e Setenta e Sete Reais e Vinte e nove Centavos);</p> <p>2. Projeto Emprega LGBTI – Edital promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Objetivo: Profissionalizar para (re)inserção no Mercado de Trabalho e Empoderamento para enfrentamento das discriminações no Ambiente de Trabalho. Valor Global de R\$189.281,97 (Cento e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos).</p>
TOTAL DE SERVIÇOS:	1.695	---

## AÇÕES E EVENTOS DIRECIONADOS PARA A POPULAÇÃO LGBTI+



Imagem 1

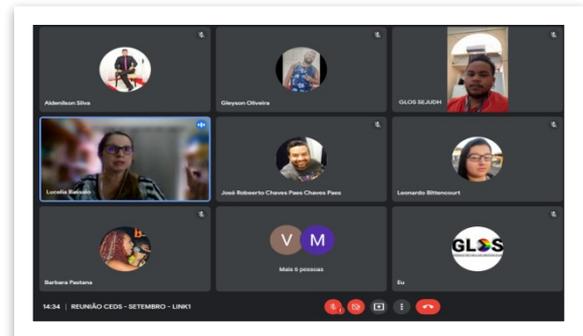


Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8



Imagem 9



Imagem 10



Imagem 11



Imagem 12



Imagem 13



Imagem 14



Imagem 15



Imagem 16



Imagem 17



Imagem 18



Imagem 18



Imagem 19



Imagem 20



Imagem 21



Imagem 22



Imagem 23



Imagem 24



Imagem 25



Imagem 26



Imagem 27



Imagem 28



Imagem 29



Imagem 30



Imagem 31



Imagem 32



Imagem 33

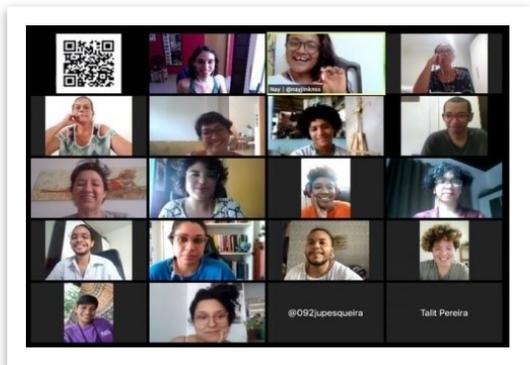


Imagem 34



Imagem 35



Imagem 36



Imagem 37



Imagem 38



Imagem 39

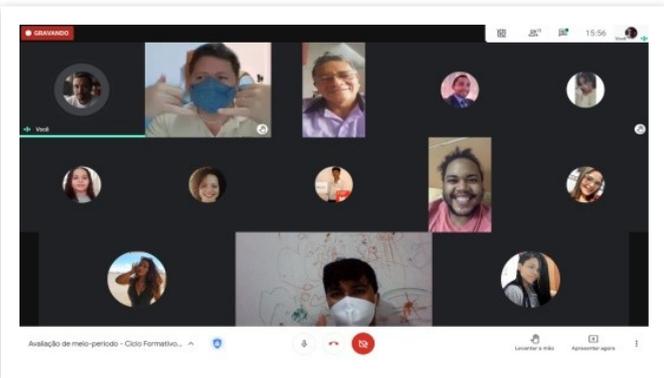


Imagem 40



Imagem 41



Imagem 42

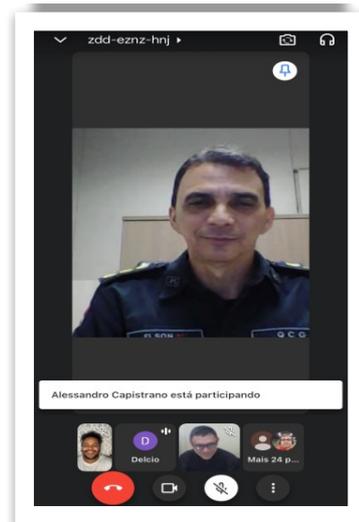


Imagem 43

- Imagem 1: Live “Mulheridades: vivências, desafios e perspectivas futuras);
- Imagem 2 e 3: Reunião Ordinário do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS);
- Imagem 4: Reunião com a Ouvidoria de Segurança Pública do Estado;
- Imagem 5 e 6: Formação com servidores de saúde do município de Belém sobre acolhimento e saúde de pessoas Transmasculines;
- Imagem 7: Roda de Conversa com os servidores do Hospital Barros Barreto sobre Acolhimento e saúde integral da população LGBTI+;
- Imagem 8: Participação na Ação conjunta entre Fundação PARÁPAZ é SEJUDH - Entrega de Cestas básicas no Guamá;
- Imagem 9: Roda de conversa com grupo de jovens do bairro do Jurunas sobre violações de Direitos Humanos e a população LGBTI+;
- Imagem 10: Roda de Conversa no I Encontro da Diversidade LGBTI+ em Abaetetuba - mês de outubro;
- Imagem 11: Ação do Dia do Orgulho LGBTI+, 28 de junho, em Abaetetuba;
- Imagem 12: 6ª Edição da Feira de Empreendedores LGBTI+ no CENTUR com 150 expositores;
- Imagem 13 e 14: Roda de conversa sobre prevenção à Violência LGBTIfóbica na programação da Chiquita 2021;
- Imagem 15: Reunião com mulheres trans e travestis que fazem parte do Projeto Olhar Noturno;
- Imagem 16: Participação no Encontro de Avaliação do Projeto Viva Melhor Sabendo Jovem do UNICEF e Instituto Peabiru;

Imagens 17 e 18: Reunião de articulação sobre implementação da Coordenadoria da Diversidade Sexual de Breves e Programação da Semana contra a LGBTIfobia em Breves.

Imagens 19, 20 e 21: Participação na Ação de Cidadania e Direitos Humanos no município de Cametá;

Imagem 22 e 23: Atendimento ao público LGBTI+ no município de Igarapé-miri durante a Caravana de Cidadania e Direitos Humanos;

Imagem 24: Roda de Conversa com membros filiados as instituições LGBTI+ “Empodere-se” e “TRANSer” de Marabá;

Imagens 25 e 26: Roda de Conversa sobre o Envelhecimento da Mulher Lésbica durante o III Encontro de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Marituba;

Imagens 27, 28 e 29: Formação para os servidores públicos de Parauapebas sobre Direitos da População LGBTI+: conhecer para respeitar;

Imagem 30: Reunião de articulação com o Prefeito de Parauapebas para dialogar a implementação da Coordenadoria da Diversidade Sexual;

Imagem 31: Participação na Parada do Orgulho LGBTI+ em Tailândia;

Imagens 32 e 33: Roda de conversa em Ananindeua com servidores da DEAM e representantes da Instituição AFRONTA e ALESSA sobre Envelhecimento LGBTI+: o tempo de nossas vidas;

Imagem 34: Reunião de articulação com a Rede Trans Brasil sobre o Projeto Oportunizar que visa empregabilidade para pessoas trans e travestis;

Imagem 35: Oficina sobre Direitos Humanos e políticas públicas no Estado do Pará para a população LGBTI+;

Imagem 36: Reunião do Comitê de Enfrentamento a LGBTIfobia (CONSEP/SEGUP);

Imagem 37: Apoio na realização da 43ª Festa das Filhas da Chiquita em Belém;

Imagem 38: Reunião com o Grupo da Diversidade de Cachoeira do Arari;

Imagem 39: Acolhimento de jovens LGBTI na ação de Cidadania e Direitos Humanos em Ananindeua, GLOS e GPDJ/SEJUDH.

Imagem 40: Formação com profissionais da assistência social e outras especialidades médicas do Hospital Jean Bitar;

Imagem 41: Reunião de Diagnóstico das formações do Projeto Viva Melhor Sabendo Jovem com as juventudes, inclusive, a LGBTI+;

Imagem 42: Reunião com a Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos de Belém e Coordenadoria da Diversidade Sexual para parcerias em ações de Cidadania e Direitos

Humanos para LGBTI+ da capital;

Imagem 43: Participação da GLOS no Lançamento da Campanha de Nome social para Pessoas Trans e Travestis do TRE/PA

Imagem 44: Oficina sobre atendimento e acolhimento da população LGBTI+ nas abordagens da Segurança Pública durante o Curso de Formação em Direitos Humanos da Academia Militar para Coronéis, Tenentes e Bombeiros militares.

#### O QUE FIZEMOS EM 2021:

O presente relatório refere-se as atividades desenvolvidas pela Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual (GLOS), no período de janeiro a outubro de 2021, como forma de prestar contas e demonstrar transparência à população quanto as ações executadas e os seus respectivos resultados diante os objetivos e metas traçadas em atividades planejadas das políticas sociais voltadas à sociedade paraense, organizadas administrativamente e territorialmente em Regiões de Integração e seus respectivos municípios do Estado do Pará. A GLOS especificamente desenvolve suas ações e serviços com foco na População LGBTI+.

Nossas intervenções e atuações estão descritas neste documento, com base nas ações prioritárias definidas enquanto metas do Plano Plurianual do Estado e sua respectiva dotação orçamentária para o ano vigente. Portanto, nossas atividades estão ligadas a Cidadania, Justiça e Direitos Humanos (sejam eles individuais ou coletivos), nós temos como ações prioritárias da Gerência:

Ações de Apoio a Eventos Direcionados à População LGBTI+ (produto: eventos do orgulho LGBTI+ apoiados);

Capacitação em Direitos Humanos (produto: pessoas capacitadas);

Apoio ao Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS – representativo da Sociedade Civil (produto: conselho apoiado) e 4) Ações de Articulação com instituições públicas, privadas e sociedade civil.

Diante das ações e atividades exercidas na Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual (GLOS) e seu papel institucional e efeitos sociais nas políticas públicas e Direitos Humanos da população LGBTI+, descrevemos aqui que elas estão alinhadas aos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e metas:

Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com

raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

10.2 até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

16.9. Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBTI+.

Durante todo o primeiro semestre de 2021 as ações Da GLOS foram desenvolvidas com muitas limitações, pois além da permanência do cenário pandêmico. No Pará, o Governo do Estado, gradualmente foi flexibilizando as atividades, conforme os indicativos de melhora do controle sanitário da pandemia, e o avanço da vacinação, principalmente, começou a nos trazer estabilidade. O trabalho remoto foi a principal estratégia adotada para desenvolver o trabalho da Gerência, quando possível, pois nem toda instituição ou representante do movimento LGBTI+ apresentava o acesso à internet, ou nem mesmo ao telefone móvel ou notebook. Conforme a flexibilização de atividades coletivas pelas autoridades sanitárias competentes ocorriam nos municípios e no estado, foi possível colocar em prática atividades do nosso planejamento.

#### Ações de apoio a eventos direcionados a População LGBTI+ em 2021

Nesse tópico apresentamos as ações e eventos direcionados para a população LGBTI+, executadas pelo GLOS, momentos focais e prioritários da gerência. No período retratado nesse relatório foram apoiadas as seguintes ações e eventos:

AÇÃO	PRODUTO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	META ORÇADA 2021	QTD REAL	DESCRIÇÃO
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Guamá	Castanhal	0	1	Participação da GLOS no Projeto Caravanas da Cidadania e Direitos Humanos no município de Castanhal, cuja a finalidade foi a de promover o acesso das pessoas, principalmente as mais vulnerabilizadas, aos documentos essenciais ao exercício da Cidadania como, por exemplo, o Documento de Identidade Civil - RG.
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Guajará	Belém	3	5	<p>1.Apoio e participação da GLOS na Live do dia 17/03/2021 da SEJUDH. Ação conjunta com a Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude e a Coordenadoria do Programa Raízes. Tema - Femicídio em debate sob a ótica de mulheres jovens: Visões da diversidade.</p> <p>2.Apoio da GLOS na ação do Dia 17 de maio – Dia Internacional ao Combate a LGBTIFobia. Realizado no CENTUR contou com a colaboração e participação de diversos Órgãos do Estado e da Sociedade Civil. Os serviços ofertados para a população LGBTI+ foram: emissão de RG, orientações jurídicas sobre a alteração civil de nome e gênero para pessoas trans e sobre como registrar uma violência LGBTIfóbica, testagem rápidas de IST e COVID-19, distribuição de cestas básicas, performances artísticas e cinedebate.Público:</p>

					<p>média de 300 pessoas durante toda a programação do evento.</p> <p>3. Evento alusivo ao dia 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. Realizado no dia 27 de junho (domingo) no Teatro Estação Gasômetro, das 09 às 17hs, contou com a colaboração e participação de diversos Órgãos do Estado, da Sociedade Civil e do Conselho Estadual da Diversidade Sexual. Os serviços ofertados para a população LGBTI+ foram: 100 emissões de RG, encaminhamento de emissão da 2ª via da certidão de nascimento e óbito, atendimentos médicos (clínico geral e ginecologista), testagens rápidas de IST, palestras informativas sobre saúde bucal, do homem e da mulher, feirinha de empreendedores LGBTI+, distribuição de 50 cestas básicas e performances artísticas. Por volta de 300 pessoas participaram do evento.</p> <p>4. Apoio com estrutura de sonorização, iluminação e palco da 43ª Festa das Filhas da Chiquita: Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos, dia 09.10, no Memorial dos Povos. Assim como, a GLOS junto ao Conselho da Diversidade Sexual facilitaram a roda de conversa sobre a prevenção da LGBTI+fobia com base no “Manual para evitar</p>
--	--	--	--	--	--

						<p>a violência LGBTI+fóbica” no dia 25.09.</p> <p>5. Apoio com a articulação intersetorial para os serviços ofertados pelo Governo do Estado na 6ª Edição da Feira de Empreendedores LGBTI+ e participação no evento.</p>
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Guajará	Ananindeua	2	2	<p>1. Roda de conversa sobre “Direitos Humanos, Cidadania e violações de Direitos da População LGBTI+”. A gerência, o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, GPDJ e Programa Raízes fizeram a interação com o público por meio de uma dinâmica de “jogo da memória” e “tarjeta”, ao qual as pessoas iriam identificar o que ali era uma violação de direitos e o que era um direito conquistado, quais termos mais adequados ou não a se usar para se referir a população LGBTI+. E a partir dessa metodologia, muitas reflexões foram feitas, e muitas informações compartilhadas sobre sexualidade, controle social e a Gerência. Também foi feito um momento de fala para a comunidade em geral, visto que essa dinâmica da GLOS foi realizada na Caravana de Cidadania e Direitos Humanos, no Distrito Industrial, no dia 12 de junho.</p> <p>2. Apoio na facilitação da roda de conversa denominada “O tempo de nossas vidas, Saúde, Bem estar e Envelhecimento na perspectiva da comunidade LGBTI+ no Brasil”, promovida em parceria com a Gerência de Proteção à Pessoa Idosa. A ação teve como</p>

						<p>objetivo tratar do Envelhecimento da População LGBTI, e a Inserção desse público nas Políticas Estaduais das Pessoas Idosas. Essa atividade contempla a solicitação feita pelo Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS. Na ocasião também disponibilizamos 20 lanches como parte do apoio à roda. A ação foi realizada no dia 19.08.2021 no NAEM PARAPAZ de Ananindeua.</p>
<p>Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+</p>	<p>Evento apoiado</p>	<p>Tocantins</p>	<p>Abaetetuba</p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p>1. Evento no dia 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. Realizado na Escola Municipal Vicente Maués, das 08 às 20hs. Os serviços ofertados para a população LGBTI+ de forma simultânea foram a 30 emissões de RG pela SEJUDH para pessoas trans e travestis e uma roda de conversa “Direitos Humanos da População LGBTI+ e as políticas públicas existentes no Pará”. O público-alvo foram as lideranças do grupo Coletivo LesbiTrans de Abaetetuba, assim como, os representantes da secretaria municipal de saúde e educação. Participaram desse momento de formação 28 pessoas.</p> <p>2. Roda de conversa sobre “Direitos Humanos, Cidadania e violações de Direitos da População LGBTI+, e Prevenção à LGBTI+fobia” no I Encontro da Diversidade LGBTI+ (24.10.2021). A gerência e o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, a fizemos por meio de uma dinâmica com “tarjetas” cheias de perguntas que os</p>

						participantes deveriam responder como evitar agressões por conta de sua sexualidade ou identidade de gênero. E a partir dessa metodologia, muitas reflexões foram feitas, e muitas informações compartilhadas sobre sexualidade, controle social e a Gerência. Também foi feito um momento de fala para a comunidade em geral, visto que essa dinâmica da GLOS foi realizada junto à Caravana de Cidadania e Direitos Humanos.
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Marajó	Cachoeira do Arari	0	1	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reuniu-se com as lideranças LGBTI+ locais organizadas para apresentação do novo gestor da GLOS;</li> <li>2. Apresentou-se o orçamento para apoio a eventos no ano de 2021, e para quais municípios e informou-se os materiais e serviços que poderão ser contratados para cada evento até o limite estabelecido pela Lei Orçamentária Anual do ano corrente. Também se informou sobre os prazos e procedimentos;</li> <li>3. Participação da GLOS na Ação de Cidadania e Direitos Humanos no município, a qual algumas pessoas da população LGBTI+ emitiram documentações como RG e Carteira de trabalho digital.</li> </ol>
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Marajó	Breves	1	3	Participação na reunião ampliada com participação da GLOS, Conselho Estadual da Diversidade Sexual, Ministério Público (promotoria de Breves), Prefeitura de Breves, Secretária municipal de cultura e movimento social LGBTI+ local

						<p>para debater a importância da Secretária de Cidadania e Direitos Humanos em Breves para que assim haja uma Coordenadoria municipal para cada público vulnerabilizado socioeconomicamente, tal como, LGBTI+, negres, indígenas, quilombolas, entre outros; 2. Roda de conversa com representantes LGBTI+ do município de Breves sobre Direitos Humanos e políticas públicas no estado do Pará para a população LGBTI+ com apresentação do orçamento para apoio a eventos no ano de 2021 disponíveis para os municípios; 3. Apresentação do Projeto Emprega LGBTI que foi aprovado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2020 e tem sua execução programada para o ano de 2021; 4. Distribuição do material gráfico com informações sobre a Gerência e os direitos da população LGBTI+ no Pará (15/07/2021) junto com o Movimento social e Conselho da diversidade para os jovens que frequentaram o espaço cultural e Praça CEO. 4. Apoio a Semana Contra a LGBTIfobia (03 a 07.11.2021).</p>
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Marajó	Salvaterra	1	1	<p>1. Roda de conversa sobre os Direitos e Políticas públicas para população LGBTI+ no Pará; 2. Apresentação do orçamento para apoio à eventos no ano</p>

						<p>de 2021 às lideranças LGBTI+, valor disponível para o município e informação dos materiais e serviços que poderão ser contratados para cada evento até o limite estabelecido pela Lei Orçamentária Anual do ano corrente. Também informmos os prazos e procedimentos;</p> <p>3. Apresentação do Projeto Emprega LGBTI+ que foi aprovado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2020. Na ocasião, articulou-se a mobilização dos LGBTI+, sobretudo Travestis e Transexuais, para participação no projeto cujas oficinas estão previstas para iniciarem no semestre corrente;</p> <p>4. Realização de palestra sobre Direitos Humanos da População LGBTI+ como foco na implantação nas temáticas que perpassam pelas vivências desses sujeitos e;</p> <p>45. Participação da GLOS na Ação de Cidadania e Direitos Humanos no município, a qual pessoas da população LGBTI+ emitiram documentações como RG e Carteira de trabalho digital.</p>
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Marajó	Soure	1	1	<p>1. Apresentação do orçamento para apoio à eventos no ano de 2021 para as lideranças LGBTI+, disponível para o município e informação dos materiais e</p>

						<p>serviços que poderão ser contratados para cada evento até o limite estabelecido pela Lei Orçamentária Anual do ano corrente. Também se informou sobre os prazos e procedimentos;</p> <p>2. Apresentação do Projeto Emprega LGBTI+ que foi aprovado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2020. Na ocasião, articulou-se a mobilização dos LGBTI+, sobretudo Travestis e Transexuais, para participação no projeto cujas oficinas estão previstas para iniciarem no semestre corrente;</p> <p>3. Realização de palestra sobre Direitos Humanos da População LGBTI+ como foco na implantação nas temáticas que perpassam pelas vivências desses sujeitos e;</p> <p>4. Participação da GLOS na Ação de Cidadania e Direitos Humanos no município, a qual pessoas da população LGBTI+ emitiram documentações como RG e Carteira de trabalho digital.</p>
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Guajará	Marituba	1	1	<p>Apoio ao III encontro de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Marituba, ação conjunta com a Gerência de Proteção à Pessoa Idosa, pois além do apoio com lanches, almoço e camisa. A SEJUDH levou a emissão de RG, a GLOS e a GPI realizaram a roda de conversa com o tema: O</p>

						<p>Envelhecimento da Mulher Lésbica e Seus Direitos é o Bem Estar. Além disso, esta Gerência tratará do Envelhecimento da População LGBTI, e a Inserção desse público nas Políticas Estaduais das Pessoas Idosas, atendendo as demandas estas solicitadas pelo Grupo Social 100 Preconceito de Marituba, por meio do Ofício n. 001/2021 de 30.07.2021, anexo. Ação está que aconteceu no dia 20.08.2021, no Residencial Viver Melhor – Quadra esportiva do Residencial)</p>
<p>Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+</p>	<p>Evento apoiado</p>	<p>Carajás</p>	<p>Parauapebas</p>	<p>2</p>	<p>2</p>	<p>Apoio técnico na facilitação de Capacitação em Direitos Humanos da Comunidade LGBTI+ para Servidores Públicos de Parauapebas, evento promovido pelo Coletivo Unificado LGBTI+ no dia 10/09/21 durante a “III Semana da Diversidade”. A ação teve como objetivo sensibilizar a gestão local sobre como ter um atendimento mais humanizado e acolhedor para a população LGBTI+ e quais são seus direitos.</p> <p>No dia 11/09/21 foi realizado uma roda de conversa sobre “Cidadania, Políticas públicas e Direitos Humanos LGBTI+” com as instituições LGBTI+ de Parauapebas. Dia 12/09/21 participamos da 14ª Parada do Orgulho LGBTI+ de Parauapebas. E dia 13/09/21, tivemos</p>

						reunião com os gestores municipais e prefeitura de Parauapebas para dialogar sobre a implementação da Coordenadoria municipal da Diversidade Sexual.
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Carajás	Marabá	1	1	No dia 14/09/2021 foi realizado em Marabá a <b>roda de conversa</b> com o Grupo Empodere-se sobre “Direitos Humanos da População LGBTI: Sexo, Gênero, Expressão de Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Formação para implantação do Tripé da Cidadania LGBTI no município: <i>Advocay</i> como estratégia de diálogo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo; Apresentação do Projeto Emprega LGBTI; Discussão sobre a implantação da Secretaria Municipal de Direitos humanos; IV Conferência Estadual LGBTI+”.
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado	Tocantis	Igarapé-miri	1	1	Roda de conversa sobre “Direitos Humanos, Cidadania e violações de Direitos da População LGBTI+, e Prevenção à LGBTI+fobia”. A gerência, o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, a fizemos por meio de uma dinâmica com “tarjetas” cheias de perguntas que os participantes deveriam responder como evitar agressões por conta de sua sexualidade ou identidade de gênero. E a partir dessa metodologia, muitas reflexões foram feitas, e muitas informações compartilhadas sobre sexualidade, controle social e a Gerência. Também foi feito um

						momento de fala para a comunidade em geral, visto que essa dinâmica da GLOS foi realizada junto à Caravana de Cidadania e Direitos Humanos.
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado		Santa Izabel do Pará	1	0	Sem registros referentes a esse período
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI+	Evento apoiado		Santarém	2	0	Sem registros referentes a esse período
TOTAL:				17	19	---

Buscou-se ao longo do ano ainda, construir um diálogo pautado na construção de políticas públicas voltadas para e pela população LGBTI+, seja por meio de apoio aos eventos do Orgulho LGBTI+ realizados pelos movimentos sociais, seja com a realização de capacitação em direitos humanos. Tais realizações só foram possíveis e construídas mediante a parceria e colaboração dos movimentos e participação ativa do Conselho Estadual da Diversidade Sexual nas atividades da Gerência.

No que se refere a aplicabilidade do recurso, conforme previsão orçamentária voltada as Ações de Apoio aos Eventos Direcionados a População LGBTI+ para o ano vigente, estava previsto o valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais). De janeiro a outubro de 2021, período de descrição deste relatório, já foram utilizados o valor de R\$14.395,62 de acordo com dados do relatório do Sistema Integrado de Planejamento-SIGPLAN-SEPLAD. Ainda temos metas estabelecidas para a GLOS, que estão previstas a serem executadas até o período final desse exercício de 2021.

### **3.2 EMISSÃO DE DOCUMENTOS**

Essa Gerência realizou diversos atendimentos de emissão de documentos, de Identidade Civil – RG, sobretudo de pessoas Travestis e Transexuais, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a fim de facilitar o processo de alteração de nome e gênero iniciado nos cartórios de registro civil. Dos 166 atendimentos agendados diretamente na GLOS, desconsiderando os documentos emitidos em ações específicas fora da sede, se observou por

meio do formulário de solicitação de agendamento do documento as seguintes informações das pessoas que beneficiadas com o serviço:

<b>GÊNERO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EM %</b>
<b>Feminino</b>	77	46,3%
<b>Masculino</b>	75	45,1%
<b>Não-binária</b>	14	8,4%
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Em %</b>
<b>Ananindeua</b>	23	13,8%
<b>Belém</b>	149	89%
<b>Marituba</b>	2	1,2%
<b>Castanhal</b>	2	1,2%
<b>Igarapé-miri</b>	1	0,6%
<b>Bragança</b>	2	1,2%
<b>Benevides</b>	2	1,2%
<b>Ponta de Pedras</b>	1	0,6%
<b>Pará</b>	4	2,4%
<b>IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	
<b>Transgênero</b>	91	54,8%
<b>Travesti</b>	11	6,6%
<b>Cisgênero</b>	75	45%
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Em %</b>
<b>Homossexual</b>	43	25%
<b>Assexual</b>	3	1,8%
<b>Bissexual</b>	30	18%
<b>Pansexual</b>	25	15%
<b>Lésbica</b>	3	1,8%
<b>Heterossexual</b>	67	40%
<b>Outra</b>	18	10%
<b>ETNIA/COR</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Em%</b>
<b>Preta</b>	42	25,3%
<b>Pardo</b>	76	45,7%
<b>Branca</b>	41	24,6%
<b>Amarela</b>	3	1,8%
<b>Indígena</b>	4	2,4%

## Capacitação em Direitos Humanos:

A Ação de Capacitação em Direitos Humanos é extremamente relevante, pois demonstra estar diretamente incluída na missão institucional da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). E a Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual compreende que esta ação ganha uma denotação ainda mais importante por possibilitar uma aproximação de representações sociais, que possuem toda uma especificidade, que precisa ser conhecida e dialogada com toda a população paraense. Visando a mudança social por meio da desconstrução de preconceitos e discriminações. Confira algumas das principais ações de capacitação realizadas:

AÇÃO	BENEFICIÁDES	REGIÃO	MUNICÍPIO	IMPACTO
<b>Formação em Direitos Humanos da População LGBTI+.</b>	10 Militantes LGBTI+ e 10 Servidores da DEAM	Guajará	Ananindeua	Pessoas LGBTI+ multiplicadoras em suas instituições de base
<b>Formação sobre atendimento humanizado e acolhimento para Homens Trans.</b>	15 servidores públicos de saúde do Hospital da Mulher de Belém	Guajará	Belém	Melhora no atendimento de Homens Trans no cadastrados no serviço.
<b>Roda de Conversa: “Envelhecimento da Mulher Lésbicas” no III Encontro de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Marituba.</b>	30 Mulheres lésbicas e bissexuais das seguintes instituições: Grupo Sem Preconceito, Lesbitrans e Empodera mulher lésbica, empodera.	Guajará	Marituba	Mulheres lésbicas e bissexuais formadas sobre o processo de envelhecimento de seus corpos e autocuidado.
<b>Formação sobre atendimento humanizado e as especificidades da população LGBTI+.</b>	75 Tenentes-coronéis da Polícia Militar do Pará e Bombeiros Militares	Guajará	Belém	Profissionais qualificados para o acolhimento do público LGBTI+, sobretudo pessoas trans e travestis, diante as suas especificidades.
<b>Roda de Conversa sobre Saúde Integral da População Trans e Travesti</b>	15 Servidores do Hospital Barros Barreto e Hospital Jean Bitar	Guajará	Belém	Profissionais da saúde mais sensibilizados para atender as pessoas trans e travestis inscritas no Ambulatório do Processo Transexualizador.
<b>Formação sobre políticas públicas e direitos da</b>	80 Servidores públicos da Prefeitura de Parauapebas	Carajás	Parauapebas	Profissionais das áreas da segurança pública,

<b>População LGBTI+</b>				saúde, assistência social e educação informados sobre os direitos da população LGBTI+ e a importância do atendimento humanizado.
<b>Roda de Conversa sobre Prevenção à Violência LGBTI+fóbica</b>	15 militantes da ONG Lesbitrans de Abaetetuba, servidores públicos e vereadores.	Tocantins	Abaetetuba	Conscientização das estratégias de proteção diante situações de risco.

## O QUE FAREMOS EM 2022

Considerando a meta da Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual e interligando-as aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, que como objetivo 10.2 empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Nesta perspectiva, as ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2022 pela Gerência têm como foco de intervenções ações que possam contribuir com a redução das desigualdades sociais e econômicas. Com, por exemplo, por meio Projeto Emprega LGBTI+ que fará a formação de servidores públicos e de pessoas LGBTI+ da sociedade civil sobre as temáticas de Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e qualificação profissional, entre outras temáticas. Também daremos prioridade nas atividades de enfrentamento a discriminação e preconceito LGBTIfóbico, enquanto uma estratégia contra a LGBTIfobia Estrutural e Institucional imposta na sociedade, fato este que contribui consideravelmente para o processo de exclusão social, cultural, econômica e política dessa população no Estado do Pará.

Dessa forma, também seguiremos investindo na atuação e colaboração do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS) junto às intervenções da GLOS com as prefeituras municipais do Estado do Pará, investir no diálogo e articulação com os órgãos federais e estaduais para tratar da temática da Diversidade Sexual e de Gênero, que precisa ser tirada da invisibilidade, pois a população LGBTI+ possui direitos resguardados na Constituição Federal de 1988, como todos os brasileiros desse país, portanto, precisamos que esses compromissos sejam cumpridos na prática e tirados do papel, a fim de que possamos melhorar a relação entre Estado e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais.

## 5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GERÊNCIA

Ao avaliar o desempenho da GLOS no exercício de 2021 faz-se necessário considerar aspectos relevantes que possivelmente impactaram diretamente na execução de suas metas, resultados e desenvolvimento. Segue abaixo esses fatores:

O ano de 2021 adentrou uma realidade que expôs o Brasil ao aumento de diversas dificuldades, e dentro da sociedade brasileira, as populações vulneráveis foram as mais afetadas, visto que, tiveram suas crises sociais potencializadas. Crise sanitária, desemprego e aumento dos valores de itens básicos para a sobrevivência são as particularidades negativas num contexto de pandemia. Desta forma, pode-se considerar que o cenário pandêmico ainda é um importante aspecto a ser considerando quando pensamos em prejuízos do trabalho desenvolvido pela GLOS, que lida com público muito específico e eventos de grande público.

Déficit do quadro de pessoal da Gerência, que conta atualmente com: 01 gerente e 01 assistente administrativa. Tal déficit limitam o trabalho a ser desenvolvido em todo o Estado.

Insuficiência de recursos materiais e tecnológico para uso contínuo durante as atividades, como: material de expediente e didático, data show, caixa de som, microfones e Notebook.

Importante destacar nesse documento os três processos de transição ocorridos no cargo de Secretário de Justiça e Direitos Humanos, no período de maio de 2020 a março de 2021. Desta forma, esse processo de alternância dos cargos tem ocasionado, instabilidade e descontinuidade das ações dos setores, e não seria diferente com as ações que estão sob a coordenação direta da Gerência.

Diante das dificuldades apresentadas acima, é possível considerar que o desempenho da Gerência poderia ser mais efetivo se os obstáculos descritos pudessem ser superados a nível institucional. Todavia, mesmo diante das adversidades, a GLOS tem conseguido suas metas de apoio a eventos de ações direcionadas a População LGBTI+, e ainda há ações previstas em planejamento para serem executados até o final do exercício de 2021.

#### **4.4.1.2 GERÊNCIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO**

A Gerência de Proteção a Pessoa Idosa – GPI é responsável pelo acolhimento às vítimas de violência contra a População de Pessoas Idosas e articulação com a rede de apoio para resguardo dos direitos violados desses sujeitos. Atua na promoção e controle das Políticas Públicas e no apoio a entidades da Sociedade Civil que realizem atividades de controle social sobre as ações governamentais em prol dessa população. Além disso, atua como membro ativo do Conselho Estadual da População Idosa no sentido de contribuir para a o protagonismo e participação popular das pessoas idosas nos diversos espaços nos quais estão inseridos.

A GPI desde fevereiro de 2021 tem como gestor o Sr. Antônio Soares Filho, atualmente a gerência não possui equipe técnica, conta apenas com o apoio técnico de uma Assistente Social e uma estagiária do curso de Serviço Social.

### PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2021

Em junho de 2021 a GPI realizou em Belém e Ananindeua a Campanha educativa alusiva ao Dia Mundial de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa (15 de junho), com o Tema: O Respeito Não Envelhece! a temática foi trabalhada através da linguagem teatral, com participação do Coletivo CLÃ., fez parte da campanha a Capacitação para as/os recepcionistas do BRT, com a participação de 135 funcionários, também ocorreu a Blitz Educativa, na Avenida Presidente Vargas e Gama Abreu abordagem educativa com entrega de 800 panfletos para os transeuntes, motoristas de coletivos públicos e carros particulares. A ação teve parceria da SEMOB, BRT, Ministério Público Estadual/AÇÃO CIDADANIA, Delegacia do idoso, DETRAN, Pastoral do Idoso da Arquidiocese de Belém.

No mês de agosto, em comemoração ao dia nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), a gerência realizou 02 Rodas de Conversa uma sobre O Envelhecimento da Mulher Lésbica e Seus Direitos e o Bem-estar, no município de Ananindeua e outra sobre o Envelhecimento na perspectiva da comunidade LGBTI+, em Marituba.

Em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa Idosa (01 de outubro) a GPI realizou um Café de Cidadania, com doação de alimentos, café da manhã, emissão de RG e 2 vias de certidão de Nascimento para Idosos e cuidadores abrigados na Instituição Missão Belém, no

município de Benevides, ainda em outubro foi realizada uma formação para pessoas idosas atendidas pelo CRAS do município de Capanema.

### O QUE FIZEMOS EM 2021

A Gerência conseguiu realizar 07 eventos que abrangeram 02 regiões, duas visitas institucionais em Casa Asilares; Missão Belém/Benevides e Santo Antônio/Capanema, participou em eventos promovidos por outras gerências e coordenações da SEJUDH e eventos externos como convidada (audiência pública para elaboração do plano de ação voltado as pessoas com deficiência e as pessoas idosas. e 5ª Semana do Idoso, no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania/Belém – CIIC).

A GPI participou de reuniões de articulação para estabelecer parcerias com instituições públicas, sociedade civil organizada, movimentos sociais. Nos eventos realizados pela GPI foram beneficiadas diretamente 1.270 pessoas conforme tabela abaixo. Essas ações beneficiaram indiretamente 5.080 pessoas que, de alguma forma estão ligadas a esses sujeitos como parentes, vizinhos, conhecidos de outros espaços e instituições e amigos.

Em outubro a gerência atendeu uma idosa que foi encaminhada pelo Disque 100, foi realizado o atendimento, estudo de caso e está sendo realizado os encaminhamentos para os órgãos competentes para que consigamos da melhor forma ser resolutivos na demanda apresentada.

Com isso, tem-se que as ações alcançaram por volta de 05 municípios, ou seja, chegaram às regiões do Guajará (Ananindeua, Belém, Benevides e Marituba) e a do Caeté (Capanema). Para isso, utilizou-se recursos próprios da GPI, mas também se estabeleceu parcerias com outras Gerências e Coordenações da própria SEJUDH, incluindo o Projeto Cidadania que permitiu além do alcance das ações, a ampliação do público-alvo para outros recortes como Pessoas Idosas LGBTI+, com Deficiência, Quilombolas e outros.

Desta forma, as ações não somente oportunizaram o acesso à cidadania desses sujeitos, mas formação robusta para a vida cidadã que permitiu o seu empoderamento para o enfrentamento de diversas formas de violências e violações de direitos bem como o acesso aos mecanismos e instrumentos de denúncias.

### AÇÕES REALIZADAS

PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.

AÇÃO: PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.  
 PRODUTO: EVENTO REALIZADO ANO: 2021

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	META DA GPI POR REGIÃO	META REALIZADA	PESSOAS ALCANÇADAS DIRETAMENTE
GUAJARÁ	ANANINDEUA	02 EVENTOS	100%	<b>120 PESSOAS</b>
	BELÉM	02 EVENTOS	100%	<b>935 PESSOAS</b>
	BENEVIDES	01 EVENTOS	100%	<b>90 PESSOAS</b>
	MARITUBA	01 EVENTOS	100%	<b>35 PESSOAS</b>
CAETÉ	CAPANEMA	01 EVENTOS	100%	<b>90 PESSOAS</b>
GUAMÁ	SANTO ANTONIO DO TAUÁ	01 EVENTOS	PROGRAMADA PARA 05/12/2021	_____
<b>REGIÕES ALCANÇADAS 02</b>	<b>MUNICÍPIOS VISITADOS: 05</b>	<b>META GERAL: 08 EVENTOS</b>	<b>EVENTOS REALIZADOS: 07</b>	<b>TOTAL: 1.270 PESSOAS</b>

Evento/Atividade	MÊS	PUBLICO ALVO	PARCEIROS/OUTROS
<b>Abordagem Educativa sobre o combate à violência contra a pessoa idosa.</b>	Junho	Comunidade Geral	EEEFM Antônio Teixeira Gueiros;/SEDUC; Projeto Cidadania/SEJUDH.
<b>Capacitação sobre Direitos da Pessoa Idosa no Transporte Público</b>	junho	repcionistas do BRT	SEMOB; BRT; DETRAN; Coletivo CLÃ. Ministério Público Estadual/CAO CIDADANIA, Delegacia do Idoso, Pastoral do Idoso da Arquidiocese de Belém.
<b>Blitz Educativa no Trânsito</b>	junho	transeuntes, motoristas de coletivos públicos e carros particulares	SEMOB; Coletivo CLÃ. Delegacia do Idoso, Pastoral do Idoso da Arquidiocese de Belém.
<b>Rodas de Conversa</b>	agosto	comunidade LGBTI	Conselho Estadual da Diversidade; GLOS/SEJUDH; DEAM/Ananindeua, Grupo AFRONTA/Movimento Social.
<b>Roda de conversa</b>	agosto	comunidade LGBTI	Conselho Estadual da Diversidade; GLOS/SEJUDH
<b>Café com</b>	outubro	Idosos e seus	Missão Belém, Projeto

<b>Cidadania</b>		cuidadores	Cidadania/SEJUDH.
<b>Formação sobre os Direitos das Pessoas Idosas</b>	outubro	peças idosas atendidas pelo CRAS	Prefeitura de Capanema, Secretaria Municipal de Assistência Social.
<b>Atendimento e acompanhamento a Idosa encaminhada pelo disque 100</b>	outubro	idosa	Caso em andamento
<b>Reuniões no Conselho Estadual da Pessoa Idosa</b>	Mensal	Conselheiros	_____

FONTE: GPI/2021

## O QUE FAREMOS

Para o ano de 2022, além das ações/metras previstas no atual Plano Plurianual, pretende-se ampliar as parcerias com outras instituições públicas e privadas, a exemplo, o Ministério Público do Estado que já desenvolve diversas ações de enfrentamento aos diversos tipos de discriminações e violências contra populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio dos Centros de Apoio Operacionais Constitucional e de Direitos Humanos.

Ainda, serão implementados cursos de formação permanente para os membros das comunidades nas quais estão inseridas ou serão implementadas Usinas da Paz, em parceria com o Programa Ter Paz, a fim de que se fomente a formação continuada de profissionais ou não que, em alguma medida, atuem na vida de pessoas idosas. Nesse sentido, o foco estará na formação dos pares a fim de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Isso significa formar pessoas idosas para a construção do conhecimento sobre seus próprios direitos e cidadania, oportunizando o protagonismo desses sujeitos.

Por fim, objetiva-se ampliar a participação do Conselho Estadual da Pessoa Idosa oportunizando a participação dos Conselheiros e Conselheiras pertencentes à Sociedade Civil nas ações a serem planejadas e executadas pela GPI.

A RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS.

O ODS que Gerência de Proteção aos direitos da Pessoa Idosa tem como meta é o ODS 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Nesse sentido, a GPI em 2021 nas suas ações trabalhou Campanhas Educativas e de Sensibilização para a Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa e o Combate a Violência contra esse grupo, ação de cidadania com emissão de RG para idosos, formação sobre os direitos das pessoas idosas com a rede de serviços públicos (BRT e CRAS), comunidade em geral e pessoas idosas, com intuito de contribuir para a cidadania e inclusão da pessoa idosa.

As ações foram realizadas em cinco municípios (Ananindeua, Belém, Benevides, Capanema, Marituba) abrangendo duas regiões (Guajará/Caeté), que alcançou diretamente 1.270 pessoas e beneficiaram indiretamente 5.080 pessoas. O recurso utilizado foram os RS 20.000,00 inicialmente previstos no PPA e recentemente a GPI teve RS 5.000,00 de complementação.

A GPI teve como meta para 2021 a realização de 08 eventos em 06 municípios e 03 regiões, que será atingida no dia 05/12/2021 com a realização do Evento no Município de Santo Antônio do Tauá, em parceria com a prefeitura e a secretaria municipal de Assistência Social.

## CONSIDERAÇÕES

A GPI nas gestão dos anos de 2019 e 2020 infelizmente não desenvolveu suas ações por ausência de um gerente comprometido com a missão da GPI e conseqüentemente com a da SEJUDH, somando a isso ainda existe a falta de recursos humanos, já que GPI não possui uma equipe técnica para realizar as atividades, atualmente tem somente o apoio de uma Assistente Social, também não possui infraestrutura adequada, pois divide uma sala com mais duas gerencias (Juventude e Pessoa com Deficiência), na qual nem todos os computadores tem acesso a internet, não existe um espaço adequado realizar atendimento aos usuários que buscam atendimento.

Quanto ao recurso orçamentário da gerência, considera-se insuficiente, porque com um valor de RS 20.000,00 anual não se consegue se realizar um trabalho de promoção e proteção dos direitos das pessoas idosas nos 144 municípios paraenses, pois desse valor além dos pagamentos de diárias aos servidores, tem o custo com matérias de divulgação, cartilhas,

camisas, custo para realizar o evento, que no ano de 2021 a GPI teve dificuldade para sermos atendidos.

Também necessitamos de maior divulgação, nas redes sociais da SEJDH e do governo, das ações da gerência e do trabalho que é desenvolvido, assim como precisamos ter reuniões com a gestão e demais setores da Secretaria para que possamos realizar de fato um planejamento integrado das ações e construirmos uma gestão mais transparente.

Diante do exposto, é necessária e urgente a ampliação de recursos humanos e financeiros para darmos continuidade as ações de PPA em 2022.

## ANEXOS – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES 2021

Campanha alusiva ao dia de Combate a Violência contra a Pessoa Idosa – Ananindeua: 12/06/2021

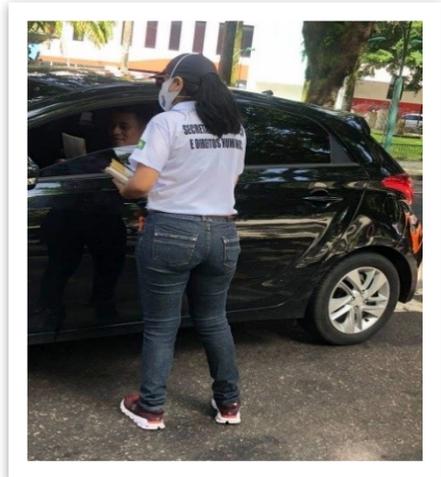


Formação com os recepcionistas do BRT – Campanha alusiva ao dia de Combate a Violência contra a Pessoa Idosa – Belém: 14/06/2021





Bliz Educativa no transito – Campanha alusiva ao dia de Combate a Violência contra a Pessoa Idosa – Belém: 15/06/2021



Rodas de Conversa: O Envelhecimento na perspectiva da comunidade LGBTI+, Ananindeua: 19/08/2021





Rodas de Conversa: O Envelhecimento da Mulher Lésbica e Seus Direitos e o Bem-estar, Ananindeua: 20/08/2021





Café com Cidadania em comemoração ao dia Mundial da Pessoa Idosa, Casa de acolhimento de Idosos Missão Belém, Benevides: 01/10/2021



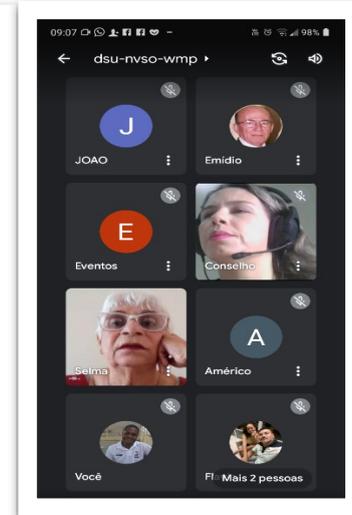
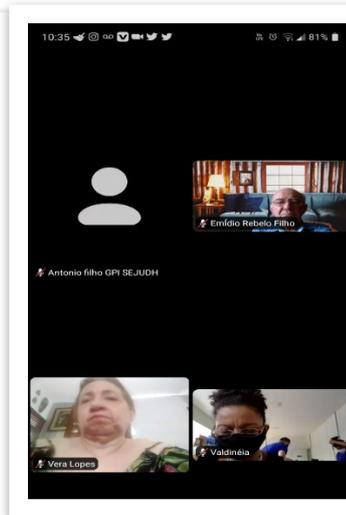
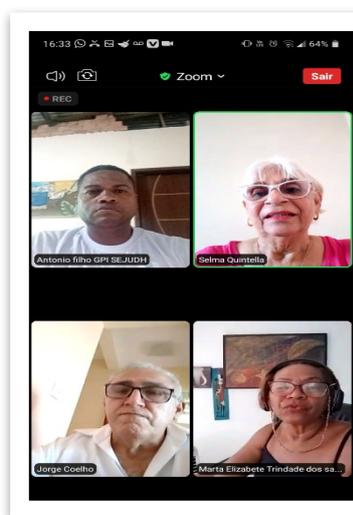
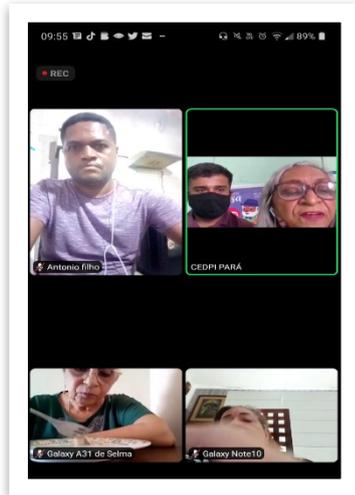


Formação sobre os Direitos das Pessoas Idosas em comemoração ao dia Mundial da Pessoa Idosa, Capanema: 25/10/2021





### Reuniões mensais do Conselho Estadual da Pessoa Idosa - 2021



### 4.4.1.3 GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DO DIREITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Gerência de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência- GPDPD está vinculada à Coordenadoria de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos na estrutura da Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos. Tem como objetivo atuar na promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações transversais de Direitos Humanos.

As ações são definidas em articulação e parceria - com os três setores da sociedade, por meio de formulação e implementação de projetos, seminários, encontros, oficinas, workshops, palestras, rodas de conversas, dentre outras, visando a disseminação dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, acompanha as ações desenvolvidas pelo Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

Esse relatório se refere as ações desenvolvidas no período de 2019 a 2021. Ressaltando que a GPDPD não tem orçamento disponível no PPA 2020-2023.

## PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021

ANO 2019

### ARTICULAÇÃO COM A REDE DE SERVIÇOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Neste primeiro momento foi necessário conhecer a rede de atenção e garantia de direitos da pessoa com deficiência, pública e da sociedade civil, com objetivo de articulação e desenvolvimento e alianças intersetoriais pra implementação de ações voltadas as pessoas com deficiência.

Foi realizado o mapeamento da rede , a fim de conhecer seu funcionamento, protocolos etc...

Entre as Instituições visitadas estão a Promotoria de Defesa do Direitos da Pessoa com Deficiência, Idoso e de Acidentes de Trabalho do MPPA. Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB/PA, Coordenadoria de Educação Especial COESS da SEDUC, Defensoria Pública do Pará, Núcleo Acessar da Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA, Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação/CIIR, Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Pará /UEPA e APAE/BELÉM.

### APOIO NA REALIZAÇÃO DA CAMINHADA PELA SEMANA DA SÍNDROME DE DOWN

O dia 21 março é dedicado a conscientização da síndrome de Down, a GPDPD participou das atividades junto com o Núcleo Acessar da UFRA e com APAE/Belém. Sensibilizar a sociedade para a inclusão da pessoa com síndrome de Down

## APOIO NA REALIZAÇÃO DA CAMINHADA PELO DIA DA PESSOA AUTISTA

O dia 02 de Abril é dedicado a conscientização para causa da pessoa com transtorno do espectro autista, foi realizada uma caminhada para sensibilização da sociedade para a inclusão da PCD.

## APOIO NO ATO PÚBLICO #E SE FOSSE SEU FILHO?

No município de Castanhal aconteceu um caso de violência contra uma criança autista numa Instituição especializada do município, este caso teve grande repercussão na mídia do Estado, causando revolta na população e em especial nas famílias com PCD. No dia 03 de junho foi realizado um ato público com o nome #esefosseseu filho? organizado pela sociedade civil do município. A GPDPD visitou a família, gravou um vídeo sobre o caso, com entrevistas de mães e de profissionais da rede de atenção com objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a não violência contra PCD.

## PROJETO QUEBRANDO BARREIRAS

O Projeto foi elaborado pela equipe técnica da GPDPD com objetivo de sensibilizar estudantes das séries finais do ensino fundamental e ensino médio da rede pública e privada de ensino para a causa das pessoas com deficiência, através da compreensão da Lei brasileira de Inclusão e da vivência dos jovens com deficiência o que contribui para derrubar barreiras, principalmente as de atitude, que impedem a PCD desenvolver seu potencial como igual na sociedade. Construir um novo olhar do estudante sobre a Pessoa com Deficiência, o que contribuirá para a inclusão, respeito e autonomia das PCDS nas Escolas e na sociedade. Os protagonistas do projeto serão jovens com deficiência, que relatarão através de suas histórias de vida, as dificuldades, enfrentamento e superação às barreiras que impedem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, como iguais na sociedade.

A parceria é com Ministério Público do Pará e Secretaria de Educação e Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação- CIIR

## PRÊMIO FRIDA KHALO Á ARTISTAS PCD

A GPDPD foi parceira do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Pará na realização da programação do Prêmio Frida Kahlo dedicado à artistas com deficiência, no qual concorrem artistas de todo o Estado do Pará. O objetivo da premiação é valorizar os artistas com deficiência nas mais diversas expressões artísticas. A programação foi no dia 03 de dezembro.

SEMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA TEMA CENTRAL: “IGUAIS EM NOSSAS DIFERENÇAS”

O dia 3 de Dezembro foi instituído pela ONU, em 14 de outubro de 1992 como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. A data tem o objetivo de estimular a conscientização social sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilizar para defesa da dignidade, dos direitos e o bem – estar das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida política, social, econômica e cultural. A GPDPD foi parceira na organização da Semana da Pessoa com deficiência. A data é de grande significado, pois promove a reflexão, manifestação, esclarecimento e mobilização para diversas ações referentes aos Direitos das Pessoas com Deficiência em todo o mundo. A GPDPD foi parceria na organização da semana que aconteceu em diversos espaços de Belém e realizou o Projeto Quebrando Barreiras no dia 06 de dezembro.

### ANO 2020

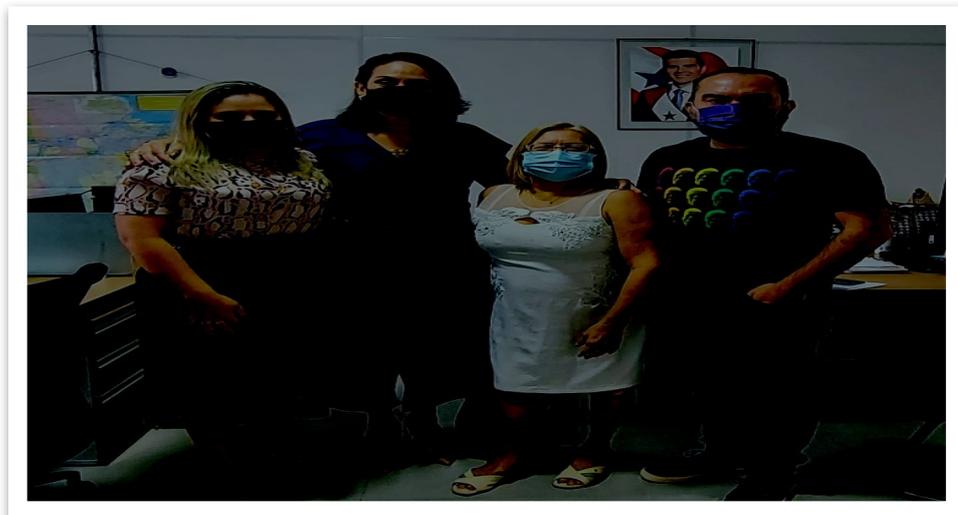
O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus que mudou radicalmente a forma de trabalho no mundo inteiro. A GPDPD participou de programações online organizadas por outros Entes, mas não realizou nenhuma atividade nessa modalidade.

### ANO 2021

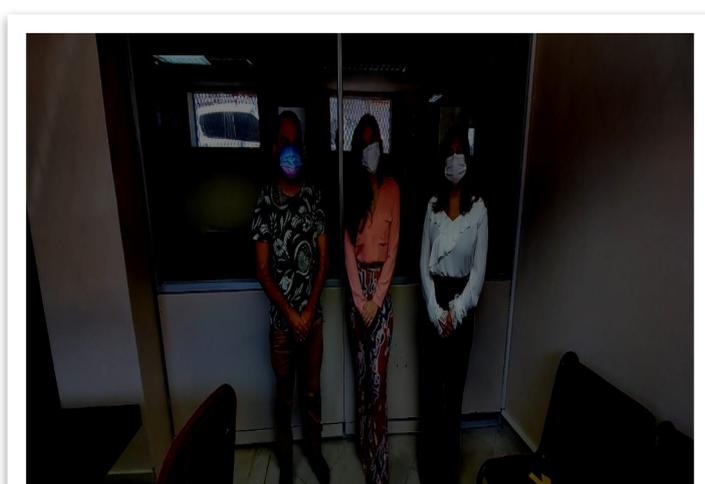
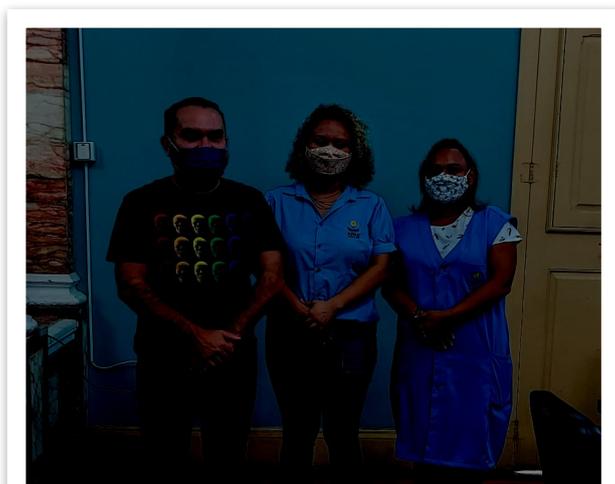
#### ARTICULAÇÃO COM A REDE A TENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No ano de 2021, ainda sobre cenário pandêmico, mas com retorno gradual das atividades presenciais, a GPDPD, agora sob nova gestão, retomou as suas ações articulando os Órgãos governamentais e não governamentais das políticas de saúde, educação, assistência

social, de defesa e de garantia de direitos para realização de parcerias em prol da Pessoa com Deficiência.



Reunião com Coordenação da Pessoa com Deficiência da SESP



## FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO QUEBRANDO BARREIRAS.

O projeto Quebrando Barreiras será objeto de um termo de cooperação técnica entre SEJUDH Ministério Público do Pará e SEDUC a fim de garantir maior efetividade e alcançar um número maior de estudantes da rede de ensino, alcançando as Usinas da Paz, inclusive. Pretende-se alcançar 3.000 estudantes na região metropolitana de Belém.

O Termo está nas tratativas finais para assinatura entre as partes.

## PROGRAMA BPC NA ESCOLA

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – PROGRAMA BPC NA ESCOLA foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, envolvendo ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O Programa tem como objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiências beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, bem como o acompanhamento de seus estudos por meio da articulação intersetorial e da gestão compartilhada nas três esferas de governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos favorecendo o desenvolvimento dos beneficiários. Foi formado um Grupo gestor por representantes das políticas de educação, saúde, assistência social e de direitos humanos., nas três esferas de governo: Federal, estadual e municipal. A GPDPD representa a política de Direitos Humanos no grupo de gestores intersetoriais na esfera estadual, nesse sentido está organizando uma formação para os integrantes do grupo gestor do 144 municípios do Pará. Nesse sentido, além das reuniões, tiveram duas atividades:

Reunião dos representantes do grupo gestor estadual, Ministério da Cidadania, que hoje substituiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS com o Grupo Gestor da região do Marajó.

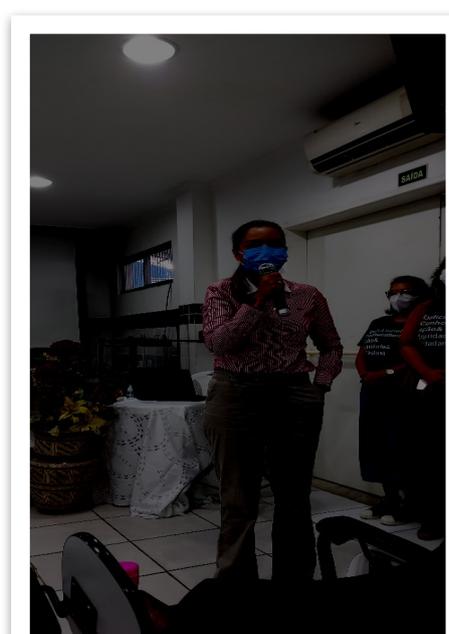
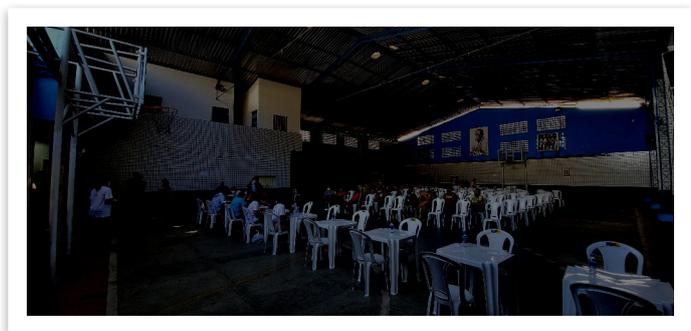
Mobilização dos grupos gestores dos 144 municípios do Pará para a Formação Intersetorial para Gestores Estaduais e municipais do Programa BPC na Escola.

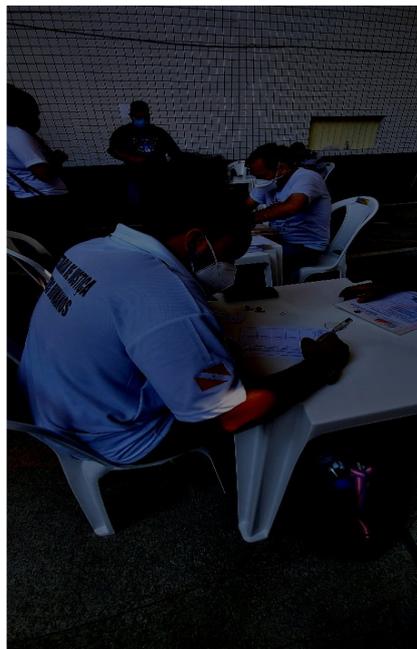


Reunião do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola

## APOIO NA PROGRAMAÇÃO DO DIA NACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

A GPDPD apoiou na realização da programação pelo Dia Nacional das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla realizada pela APAE /Secção Belém no dia 23 de agosto. Foi um evento com palestras sobre direitos, atividades culturais e emissão de documentos.





Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla-APAE/Belém

## **DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – DIA 21 DE SETEMBRO**

A GPDPD realizou articulação com Órgãos governamentais e não governamentais das diversas políticas storiais voltadas à pessoa com deficiência, como saúde, cidadania, educação, habitação, cultura, esporte e lazer para a programação em comemoração pelo dia Nacional de

Luta da Pessoa com Deficiência, que acontece no dia 21 de setembro.

O evento aconteceu na Praça do Povo da Fundação Cultural do Pará - CENTUR com vários serviços voltados para a pessoa com deficiência.



### **OFICINA SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA**

Aconteceu no município de Capanema oficina sobre direitos da Pessoa com deficiência, visita ao abrigo de pessoas idosas e articulação com, a rede socioassistencial do município. A oficina foi realizada de forma transversal com a gerência da pessoa idosa da SEJUDH.





Oficina sobre direitos

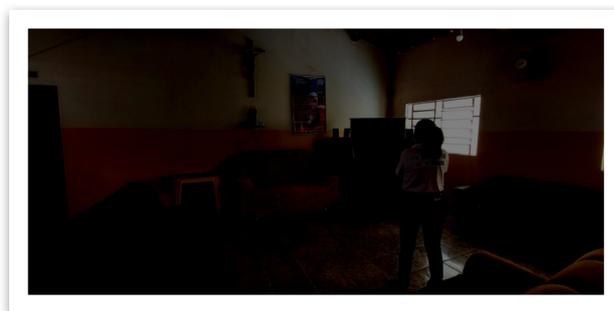
com deficiência e direitos da pessoa idosa em Capanema/PA

da pessoa



Visita

à Unidade de acolhimento à pessoa idosa e com  
deficiência Santo Antônio em Capanema /PA



## O QUE FIZEMOS EM 2021

O PROGRAMA BPC NA ESCOLA tem o objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiências beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, bem como o acompanhamento de seus estudos por meio da articulação intersetorial e da gestão

compartilhada nas três esferas de governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos, favorecendo o desenvolvimento dos beneficiários. Foi criado grupos gestores na União, Estados e Municípios, formados por representantes dessas políticas.

O Programa BPC na Escola tem possibilitado ampliar a discussão sobre as barreiras sociais existentes em relação às pessoas com deficiência e construir alternativas para avançar na concepção e na implantação de um ambiente social mais inclusivo, que favoreça não só os beneficiários do BPC, mas a todas as pessoas. Sendo assim, a implementação do Programa em questão, pelos municípios e pelo Distrito Federal, traz significativos benefícios para a comunidade local. Isto porque, não somente amplia a possibilidade de que os entes participantes fortaleçam os processos de elaboração do diagnóstico da situação dos beneficiários e da situação da rede de atendimento em seus territórios, como também realizem o acompanhamento dos beneficiários e de suas famílias com base nesses diagnósticos e integrem as ações da Assistência Social com as de outras políticas públicas, como Saúde, Educação, Direitos Humanos, dentre outras.

A política de direitos humanos no Grupo Gestor Estadual é representada pela GPDPD. Em todas as regiões do Estado do Pará existe um número significativo de crianças e adolescentes com deficiência, beneficiárias do BPC e que estão fora da Escola. Para tanto, no ano de 2021, propõe-se formação Intersetorial para Gestores Estaduais no Programa BPC na Escola, com objetivo de apresentar e orientar as gestões municipais sobre o Programa e a operacionalização do seu sistema, visando capacitar os gestores envolvidos no acompanhamento e monitoramento do acesso à escola dos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos com deficiência. São 587 representantes. A GPDPD está mobilizando os representantes da política de direitos humanos no município para a inscrição na formação, participou de reunião com Grupo Gestor do Marajó, assim como, sensibilizando os gestores municipais para a importância do Programa e ter representante dos direitos humanos.

Para maior efetividade e eficácia do Projeto Quebrando Barreiras, que tem como finalidade sensibilizar estudantes das séries finais do ensino fundamental e médio da rede pública e privada de ensino para causa da pessoa com deficiência, a GPDPD propôs a formalização de um Termo de Cooperação Técnica entre os parceiros do Projeto, que são Ministério Público do Pará, através de sua Promotoria de Direitos da Pessoa com Deficiência, Idoso e de Acidentes de Trabalho, da Secretaria de Estado de Educação, através da sua Coordenadoria de Educação Especial, encontra-se em fase de assinatura. O projeto foi lançado no fim de 2019, e alcançou cerca de 500 estudantes da rede pública estadual, tendo projeção

de alcançar 3.000 estudantes no ano de 2022.

A importância da articulação e de ações integradas entre os setores da sociedade em prol da efetivação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, foi demonstrada no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, quando a GPDPD realizou na Praça do Povo da Fundação Cultural do Pará, uma ação de cidadania e de inclusão da PcD, com vários serviços, tais como: Emissão de carteira de Identidade, de carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Emissão de Passe Livre Intermunicipal, testes de COVID, glicemia, entrega de cadeiras de rodas de pessoas previamente cadastradas na rede de saúde, de cheques do Programa Minha Casa, entre outros. Os parceiros nessa ação: SESPA, CIIR, COHAB, FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ, SEDUC, APAE/BELÉM. A ação beneficiou cerca de 300 pessoas com deficiência da região metropolitana.

Na perspectiva da transversalidade, foi realizada oficina junto com a Gerência da Pessoa Idosa da SEJUDH, no município de Capanema com foco nos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, assim como, visita à Instituição de acolhimento de pessoas idosas e com deficiência no município. Participaram 68 pessoas idosas e com deficiência na oficina. .

A GPDPD segue em 2021 apoiando ações de outros entes em prol da pessoa com deficiência, assim foi na realização da programação pelo Dia Nacional das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla realizada pela APAE /Secção Belém no dia 23 de agosto. Foi um evento com palestras sobre direitos, atividades culturais e emissão de documentos. Assim como, apoio à Associação de Ostomizados do Pará, que a GPDPD junto com o Núcleo de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Pará faz a intermediação junto aos órgãos competentes pra buscar soluções pra problemas que violam direitos dessas pessoas. E ainda, acompanha os casos de denúncias de violência contra pessoas com deficiência que chegam através do DISK 100, da Ouvidoria e de demanda espontânea.

Em 2021 a GPDPD segue fazendo articulação com os órgãos governamentais e da sociedade civil, a fim de fomentar parcerias e ações integradas com proposição de políticas públicas com mais eficiência, otimização de recursos e de eficácia, que leve dignidade, garantia de direitos, autonomia, inclusão da pessoa com deficiência no estado do Pará.

O QUE IREMOS FAZER

Em 2022 a GPDPD, pretende realizar e efetivar ações através de políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos desta população, porém os desafios são enormes, entre eles, pode-se citar a falta de equipe e sobretudo recursos financeiros específicos, alocados na GPDPD para a realização de eventos e ações no ano de 2022.

O foco da GPDPD será na formação em Direitos Humanos e Educação, Cidadania, apoio a eventos e Gestão de conhecimentos. Desta forma, descreve-se abaixo as ações planejadas e respectivamente o valor necessário para realização.

#### Direitos Humanos e Educação.

Realizar 6 rodas de conversas com pessoas PCD sobre direitos da pessoa com deficiência, em 6 Municípios: Capanema, Santarém, Marabá, Soure e Castanhal.

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 13.000,00

#### Cidadania

Realizar caravana de cidadania com cadastro de pessoas PCD para receberem cadeiras de rodas, emissão de documento de identificação como: RG, Carteira de passe fácil intermunicipal e carteira do altista. Propomos 2 municípios: Santarém e Capanema, pretendemos atingir em torno de 200 pessoas em cada ação.

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 10.000,00

#### Apoio a eventos

Dia internacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla (Dia ...

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 2.000,00

Dia nacional da pessoa com deficiência (Dia ...

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 8.000,00

Campanha estadual para incentivar a empregabilidade de pessoas PCD.

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 8.000,00

#### Gestão de conhecimentos.

Compra de livros com a temática voltado para a cidadania de pessoas PCD.

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 4.500,00

Confecção de vídeo documentário sobre a luta das pessoas com deficiência.

Valor sugerido para atingir a meta: R\$ 4.500,00

## AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS

### PROJETO QUEBRANDO BARREIRAS

A redução de desigualdades constitui um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 10). As pessoas com deficiência enfrentam limites físicos e atitudinais, estão em desvantagem em relação às pessoas que não têm deficiência. É necessário quebrar as barreiras da exclusão. Mudar o olhar. Por isso, acredita-se que o Projeto Quebrando Barreiras está alinhado ao ODS 10 da ONU. O Projeto desenvolvido nas escolas, onde jovens com deficiência são protagonistas, que relatam suas vivências, dificuldades, enfrentamento ao preconceito e superação e ao mesmo tempo se fala sobre a Lei Brasileira de Inclusão para estudantes sem deficiência e também para a comunidade escolar, tem causado um impacto extremamente positivo na perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar e na sociedade. O Projeto em 2019 alcançou em torno de 500 estudantes, mas será ampliado, com a formalização do Termo de Cooperação Técnica entre Ministério Público do Estado e Secretaria de Estado de Educação com perspectiva de alcançar 3.000 estudantes no ano de 2022.

### ARTICULAÇÃO E ALIANÇAS SETORIAIS

Essa ação também encontra-se alinhada com o ODS 10 da ONU, por redução de desigualdade. A articulação e a formação de parcerias entre os três setores da sociedade em prol de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. As parcerias permitem potencializar as ações, resultados e otimizar recursos, com maior qualidade e interação com o beneficiário dos serviços contribuindo para inclusão e cidadania.

alar da pessoa com deficiência é discorrer sobre a inclusão, cuja temática perpassa

todas as políticas públicas, assim torna imprescindível uma visão transversal com claras definições enquanto diretriz de governo: romper as barreiras que as impede de competir com igualdade de condições na sociedade é compromisso permanente do estado. Para definição de prioridades, os órgãos precisam de ferramentas e instrumentais a fim de acompanhar as determinações da legislação, possibilitar inovações tecnológicas, implementar as políticas públicas, participar e oferecer capacitação permanente. Requer o estabelecimento de diretrizes e garantia operacional para as conquistas. Assim, o Plano Existir se coloca como o espaço de referência para que, além da visibilidade e fortalecimento das ações possa crescer o compromisso com adesão de novos parceiros institucionais ou não.

## AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

A GPDPD não tem recursos orçamentários no PPA 2020 -2023.



### **4.4.1.4** GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

A Gerência de promoção aos Direitos da Juventude/GPDJ desenvolve ações voltadas

para a política de promoção e garantia de direitos humanos do público juvenil, buscando ampliar as alternativas de inclusão social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral, desde outubro de 2020 tem como seu gestor Flávio Moreira de Paula e como apoio técnico uma Assistente Social e um estagiário de Serviço Social.

## PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2021

No ano de 2021 iniciou-se o processo de reativação do Conselho Estadual da Juventude/COJUEPA, principal meio de controle social e fomentador de políticas públicas para as juventudes, além de fiscalizador dos direitos garantidos no estatuto estão sendo respeitados, em outubro foi publicada a portaria da comissão eleitoral para escolha das entidades da sociedade civil que irão compor o referido conselho, até o final de 2021 a expectativa é que o conselho seja reativado com a posse dos novos conselheiros.

Outra ação que podemos destacar foi a participação e o apoio a eventos da Juventude, como os fóruns das juventudes do Baixo Amazonas, ocorrido em Santarém e o de Rondon do Pará, o segundo campeonato de skate de Marituba. Também a GPDJ conseguiu o apoio de uma emenda parlamentar que vai atender 8 projetos das juventudes, dos mais diversos eixos, da educação ao esporte, onde 7 municípios serão contemplados.

Ressaltamos a parceria da GPDJ/SEJUDH com o Conselho Nacional da Juventude/CONJUVE que proporcionou cursos online para os juventude paraense, como juventude empreendedora, ofertado pela maior empresa de marketing e tecnologia do País. Bem como o trabalho de divulgação e orientação da Gerência sobre os programas voltados para juventudes como da GPDJ/SEJUDH, programas como Horizontes; o ID JOVEM, programa este que o nosso estado detinha o menor índice de adesão, após o início do desse trabalho o Pará já subiu 33% de adesão de jovens ao a ID Jovem (segundo a Secretaria Nacional de Juventude), atualmente a GPDJ/SEJUDH está em via de concretizar uma parceria junto ao Banpará para criar uma linha de crédito específica para as juventudes.

A mobilização da gerência junto a juventude contribuiu para a participação na maior pesquisa já realizada no Brasil e no Pará sobre essa parcela da população, quase 4 mil jovens do nosso estado responderam os questionários, o que no futuro nos darão subsídios para construção de políticas públicas para juventudes.

As visitas e capacitações nos 16 municípios do estado fomentou a criação de conselhos e de coordenadorias de juventudes, a exemplo do conselho do município de Ponta de Pedras, a coordenadoria da juventude de Breves, como um resultado desse trabalho a GPDJ/SEJUH recebeu uma homenagem na terceira semana de juventude do estado pela comissão antidrogas da ALEPA no dia 04/11/201.

#### O QUE FIZEMOS EM 2021:

A GPDJ no ano de 2021 realizou ações em 08 regiões de integração, alcançando 16 municípios do estado com capacitação/formação em Direitos Humanos e da Juventude, reuniões com diversas juventudes, gestores municipais e estaduais, visitas em projetos sociais que atende jovens em vulnerabilidade, fomentou a criação de Conselhos e coordenadorias da Juventude, conforme tabela abaixo.

<b>PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS –</b>				
<b>JANEIRO A OUTUBRO DE 2021</b>				
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DO PARAJOVEM				
PRODUTO: JOVEM ATENDIDOS				
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICIPIOS	META POR REGIÃO	META REALIZADA	JOVENS ALCANÇADOS DIRETAMENTE
<b>GUAJARÁ</b>	ANANINDEUA	60	100%	88
	BELÉM	—		56
	MARITUBA	60	100%	84
AÇÃO: CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS*				
PRODUTO: PESSOA CAPACITADA				
<b>MARAJÓ</b>	BREVES	90	100%	159
	PONTA DE PEDRAS	60	100%	82
	BAGRE	30		22
	CURRALINHO	30		17
<b>LAGO TUCURUÍ</b>	TUCURUI	110		26
<b>TOCANTINS</b>	IGARAPE MIRI	60		10
	MOJU	210		18
<b>BAIXO AMAZONAS</b>	SANTAREM	27	100%	108
	ORIXIMINÁ	50	100%	69
<b>RIO CAPIM</b>	IPIXUNA DO PARÁ	1	100%	20

	RONDON DO PARÁ	60	100%	128
ARAGUAIA	REDENÇÃO	60		40
GUAMÁ	SÃO DOMINGOD DO CAPIM	1	100%	10
8 REGIÕES	16 MUNICIPIOS			TOTAL: 927

FONTE: GPDJ/2021

A Ação de Capacitação em Direitos Humanos não é uma meta exclusiva da GPDJ, é uma atividade da Secretaria, a qual todas as coordenações e gerências ligadas à DCDH podem realizar.

**AÇÕES REALIZADAS NA GPDJ/SEJUDH: JANEIRO A OUTUBRO DE 2021.**

REUNIÕES REALIZADAS COM GERENTE DA GPDJ NA SEJUDH – BELÉM	
DEMANDAS APRESENTADAS	PUBLICO ATENDIDO
	LIDERANÇAS DAS JUVENTUDES INDÍGENAS DO POVO TEMBÉ DE SANTA LUZIA DO PARÁ; GERENTE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, DA IGUALDADE RACIAL E COOR. PROGRAMA RAÍZES/SEJUDH.
	COORDENADORIA DA JUVENTUDE DE CASTANHAL.
	COORDENADOR DAS JUVENTUDES DO MUNICÍPIO DE BAGRE.
	SEGMENTOS DAS JUVENTUDES: NEGRA, LGBTQI +, JUVENTUDE AFRO, JUVENTUDE DE TERREIRO.
<b>APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DA GPDJ/SEJUDH; SOLICITAÇÃO DE APOIO PARA DEMANDAS DOS SEGMENTOS DAS JUVENTUDES NEGRA, INDÍGENAS, LGBTQI +, JUVENTUDE AFRO, JUVENTUDE DE TERREIRO; JUVENTUDES RURAIS; CURSOS PROFISSIONAZANTES; PROJETOS ESPORTIVOS.</b>	REPRESENTANTES DO ATITUDE AFROPARÁ, REDE AMAZÔNICA NEGRA DO PARÁ E MOVIMENTO VENTIBORA.
	REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MEDICILANDIA
	LIDERANÇAS DA JUVENTUDE DE ALTAMIRA
	ASSOCIAÇÃO PASSAGEM DO ROSARIO EM ICOORACI PROJETO 'RESGANTO VIDAS'.
	REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES UNIDOS DO PARICA E DO COLETIVO VENTIBORA BELEM.
	COORDENAÇÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE MARITUBA.
	COLETIVO "VAMBORA BELÉM" E REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO UNIÃO DO PERECI/ASMUPA.
	LIDERANÇA JOVEM DE SALVA TERRA.
	GESTORES MUNICIPAIS ITUPIRANGA.
	GESTORES MUNICIPAIS TOME AÇU.
	JOVENS DE REDENÇÃO.
	LIDERANÇAS SINDICAIS DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO.
<b>APOIO A JOVENS INDÍGENAS QUE REPRESENTARÃO O ESTADO DO PARÁ NA COP 26.</b>	INDÍGENAS DO BAIXO AMAZONAS
<b>SOLICITAÇÃO DE APOIO AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO.</b>	INSTITUTO LEONARDO LAUNDE E DA GELOTECA PAULO FREIRE.
<b>ARTICULAÇÃO PARA APOIO A EXPOSIÇÃO GRÁFICA EM MUROS DE ESCOLAS EM BELÉM.</b>	PROCON E COLETIVO DE GRAFITEIRO
<b>PARCERIAS COM MERCADOS E PORTOS DA CIDADE DE BELEM PARA DESENVOLVER PROJETOS VOLTADOS PARA JUVENTUDES.</b>	DIRETOR DE FEIRAS SECOM/PMB
<b>PARCERIA SEJUDH E BANPARA NA CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE FOMENTOS PARA AS JUVENTUDES.</b>	PRESIDENTE E DIRETORIA EXECUTIVA DO BANPARA, SEJUDH

<b>CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE.</b>	MIN. DA MULHER, DA FAMÍLIA, DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA / MMFDHC; CONSELHOS ESTADUAIS
<b>RETOMADA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE (COJUEPA).</b>	CONSELHEIROS E O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO PARÁ
<b>FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA COMPOSIÇÃO NO COJUEPA DA SOCIEDADE CIVIL.</b>	GPDJ/SEJUDH; SEPLAN; SEMAS; SEDUC; SEDAP; FASEPA; DEDUC/CAEC.
<b>APOIO PARA PROJETOS DESENVOLVIDO PELA ASSOCIAÇÃO PARA JUVENTUDES.</b>	PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA MANDIGA DE LUANDA

FONTE: GPDJ/2021

No período de janeiro a outubro de 2021 na gerência foi realizado 200 atendimentos a lideranças/representantes de juventudes, representantes de associações de moradores, coletivos, Institutos, gestores municipais de 11 municípios.

### **ACÇÕES REALIZADAS NÃO PREVISTAS NO PPA - 2021:**

<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA GPDJ/SEJUDH NOS MUNICIPIOS</b>		
<b>MUNICIPIO</b>	<b>PAUTA/ATIVIDADE</b>	<b>PUBLICO</b>
<b>ALTAMIRA</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES INDIGENAS. VISITA AO PROJETO INDIGENA 'TAIBE-BE': AMBIENTALIZAR-SE NA TECNOLOGIA.	LIDERANÇAS INDÍGENAS DO XINGU; JOVENS INDIGENAS
<b>ANANINDEUA</b>	ACOMPANHAMENTO DE CASO DE FEMINICÍDIO DE ADOLESCENTE.	PROMOTORA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE; PROCURADORIA GERAL DA ALEPA E CIDPM/SEJUDH
<b>BELÉM</b>	APOIO PARA FEDERALIZAÇÃO DOS JOVENS EM VULNERABILIDADE DE PROJETOS SOCIAIS.	PRESIDENTE E DIRETORIA DA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL
<b>BELÉM/I.E.B</b>	ARTICULAÇÃO PARA PARCERIA NA FORMAÇÃO DE JOVENS WARAOS PARA O MERCADO DE TRABALHO.	INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL/I.E.B
<b>BELEM/ALEPA</b>	SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA GPRJ/SEJUDH; MOBILIZAÇÃO PARA SESSÃO SOLENE DIA ESTADUAL DA JUVENTUDE 04/11.	PARLAMENTAR DIRCEU TEN CATEN; DIRETORA; COORDENADORA E GERENTE DA DCDH/SEJUDH
<b>BELÉM/OUTEIRO</b>	ORIENTAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PARA JUVENTUDES E VISITA A PROJETO SOCIAL DE FUTEBOL FEMININO.	JOVENS E COMUNIDADE
<b>BELÉM/SEASTER</b>	PARCERIA DA GPDJ/SJUDH E SEASTER PARA ENCAMINHAMENTOS AOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES E PROGRAMA MEU PRIMEIRO OFÍCIO.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARÁ - SEASTER
<b>BELEM/SESPA</b>	DISCUSSÃO DE ESTRATÉGIAS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL PARA AS JUVENTUDES DO MUNÍCIPIO.	SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO-SESPA
<b>BELÉM/SETUR</b>	ARTICULAÇÃO PARA PARCERIAS DE CURSOS PARA AS JUVENTUDES.	SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO E SUA CHEFE DE GABINETE - SETUR
<b>BELÉM/TERPAZ</b>	ARTICULAÇÃO DO PROJETO DH EM CENA NO TERRITÓRIO DA TERRA FIRME/TER PAZ	LÍDERES DE BAIROS, MORADORES E JUVENTUDES
<b>BRASILIA</b>	- ARTICULAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS DAS JUVENTUDES PARAENSES. - REUNIÃO COM UNALE - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE PARAENSE.	EMBAIXADA CANADENSE; SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE; DEP DIRCEU TEN CATEN PRESIDENTE - UNALE; DEP ESTADUAIS DE OUTROS ESTADOS.
<b>BREVES</b>	- APOIO PARA O DESNVOLVIMETO DAS AÇÕES DO PROJETO; AÇÃO PSICOEDUCACIONAL EM PARCERIA COM O MUNÍCIPIO	INTEGRANTES DO PROJETO MONDOO; SECRETARI/ASOS MUNICIPAIS; LIDERANÇAS JOVENS.
<b>IGUARAPE MIRIM</b>		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/SEMED

<b>IPIXUNA DO PARÁ</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES;	GESTORES MUNICIPAIS
<b>MARITUBA</b>	DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS PARA JUVENTUDE; APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO DA GPDJ/SEJUDH.	COORDENADORIA DE JUVENTUDES DE MARITUBA; REPRESENTANTES DO MOVIMENTO CULTURA
<b>MOJUI DOS CAMPOS</b>		JUVENTUDE CAMPESINA, SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS
<b>REDENÇÃO</b>		LIDERANÇAS DE JUVENTUDES DE REDENÇÃO
<b>MOJU</b>	- APRESENTAÇÃO DA GPDJ/SEJUDH E SOLICITAÇÃO DE APOIO P/ PROJETOS DAS JUVENTUDES INDÍGENA; - VISITA A PROJETO SOCIAL QUE ATENDENTE JOVENS.	REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KIRINAPAN; PROJETO DUCK HANDEBOLL
<b>SANTARÉM</b>	FORMAÇÃO E PROFESSORES/DIRETORES DA URE 5/SEDUC; 1º FÓRUM REGIONAL DE JUVENTUDES DE SANTARÉM.	POLÍCIA MILITAR E 5ª URE/SEDUC; FRENTE DE JUVENTUDE DE SANTARÉM; CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE
<b>TUCURUÍ</b>	APOIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES; VISITA ESCOLINHA DE FUTEBOL.	REPRESENTANTES; GOVERNAMENTAIS; COORDENAÇÃO E JOVENS ATENDIDOS NO PROJETO

FONTE: GPDJ/2021

## O QUE FAREMOS

Em 2022 há um indicativo da Secretaria Nacional de Juventude para que em janeiro se faça as conferências municipais, depois estaduais culminado com a Nacional. Teremos também as reuniões do Conselho Estadual de Juventudes. A consolidação da linha de crédito "Juventudes Empreendedoras" em parceria com o Banpará. Faremos mutirões de Direitos das juventudes apresentando os programas juventudes empreendedores, ID JOVEM 2.0, CNH PAI D'ÉGUA, e cartilhas sobre o estatuto das juventudes.

Além das conferências, realizaremos fóruns de discussão nas regiões que culminarão com a construção de um plano Estadual de Juventudes, assim como um sistema integrado entre Gerência, COJUEPA e Frente Parlamentar das juventudes.

Faremos parcerias com outras secretarias do estado numa política transversal para profissionalizar nossas juventudes para o mundo do trabalho e para empreender seu próprio negócio. Daremos Continuidade às "juventudes Ativas" que visam buscarmos através de projetos e emendas Parlamentares apoiar as juventudes de todo estado nos eixos do estatuto.

## A RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS.

As metas do ODS da GPDJ estão relacionadas as do ODS 16, meta 16.1 e meta 16.2.

Nas ações de Capacitação e Formação em Direitos Humanos realizada pela GPDJ alcançou 16 municípios, ou seja, chegaram às 8 regiões (Guajará; Marajó; Lago do Tucuruí;

Tocantins; Baixo Amazonas; Rio Capim; Araguaia; Guamá) trabalhados se realiza junto a juventude, agentes públicos um trabalho educativo visando promovendo o respeito aos direitos humanos e contribuir para ações preventivas ao enfrentamento a violências, assim como divulgamos e esclarecemos o trabalho da rede de atendimento, dos canais de denúncia, procuramos realizar de ações em parceria com as diversas áreas como segurança pública, assistência social, educação, saúde, tanto entidades governamentais de todas as esferas, não governamentais e a sociedade civil, a exemplo da ação realizada no município de Santarém em parceria com o Comando da Policia Militar, URE 5/SEDUC, CENPREN/SEJUDH e GPDJ, participaram dessa formação entre professore e diretores 70 servidores.

Nas ações de 2021 foram alcançados diretamente 927 jovens e beneficiaram indiretamente 3.708 pessoas que de alguma forma estão ligadas a esses sujeitos como parentes, vizinhos, conhecidos de outros espaços e instituições e amigos.

## CONSIDERAÇÕES

A GPIDJ na gestão do ano de 2019 e parte de 2020 infelizmente não desenvolveu suas ações como deveria por ausência de um gerente comprometido com a missão da GPDJ e com as juventude paraense e conseqüentemente com a da SEJUDH, o que causou a paralisação do Projeto Juventude Protagonista, que era realizado nos territórios pela Paz de Ananindeua e Marituba/TERPAZ, que em 2020 foi solicitado sua ampliação pela SEAC para o município de Belém, mais devido não ter sido oferecida as devidas condições como equipe técnica, infraestrutura, apoio logístico, o Projeto teve que parar.

Além da falta de recursos humanos para dá suporte a gerência e ao CONJUEPA, já que GPDJ não possui uma equipe técnica para realizar as atividades, atualmente tem somente o apoio de uma Assistente Social e um estagiário de Serviço Social, também não possui infraestrutura adequada, pois divide uma sala com mais duas gerências (Pessoa com Deficiência e pessoa Idosa), na qual nem todos os computadores tem acesso a internet, não existe um espaço adequado realizar atendimento aos usuários e gestores que buscam a GPDJ.

Quanto ao recurso orçamentário da gerência, considera-se insuficiente, porque com um valor de RS 40.000,00 anual não se consegue se realizar um trabalho de promoção dos direitos da juventude nos 144 municípios paraenses, pois desse valor além dos pagamentos de diárias aos servidores, tem o custo com matérias de divulgação, cartilhas, camisas, custo para realizar o evento, que no ano de 2021 a GPIDJ teve dificuldade para ser atendida.

Também necessitamos de maior divulgação, nas redes sociais da SEJDH e do governo, das ações da gerência e do trabalho que é desenvolvido, assim como precisamos ter reuniões com a gestão e demais setores da Secretaria para que possamos realizar de fato um planejamento integrado das ações e construirmos uma gestão mais transparente.

Diante do exposto, é necessária e urgente a ampliação de recursos humanos e financeiros PPA darmos continuidade as ações, assim como a revisão das metas para inclusão de novos municípios e metas para a Gerência, pois como o recurso está vinculado apenas para ações nos municípios de Ananindeua e Marituba acaba-se limitando as ações da GPDJ.

## **ANEXOS – RELATORIO FOTOGRAFICO DAS AÇÕES 2021**

Capacitação em Direitos Humanos e Saúde Mental para Agentes Comunitários de Saúde, Breves – julho 2021



Formação em Juventude, Direitos Humanos e Saúde Mental para a Secretaria de Assistência Social, CRAS/CREAS, Breves, julho 2021.



Reunião equipe técnica do CAPS/ Breves, 2021



Reunião com Rede Mondô, Breves, 2021



Reunião representantes dos Movimentos Sociais/Breves, 2021



Reunião com liderança de Juventude LGBTQI+



## IGARAPÉ – MIRI, 2021

Capacitação em Direitos Humanos e da juventude, 2021



Reunião com Gestores, Igarapé Miri, 2021



## MOJU – Agosto, 2021

Capacitação em Direitos Humanos e da juventude – Moju, 2021



## 4.5 COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICA PARA MULHERES



A Coordenadoria de Integração de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), criada pela lei N° 7.029, de 30 de julho de 2007, há 14 anos, foi reestruturada pela Lei no. 8.096, de 01 de janeiro de 2015, tendo tem como missão: executar ações que possam garantir transversalidade da política pública de proteção, defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres no Estado do Pará, sempre considerando o aspecto geracional, cor, raça, etnia, orientação sexual, condição de deficiência, orientação religiosa, opção política, aspecto socioeconômico e geográfico.

Neste cenário, cabe destacar que as políticas públicas para as mulheres são norteadas por Instrumentos Internacionais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994) e Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado - Convenção de Palermo (2000). Do mesmo modo, por Instrumentos Nacionais que prezam direitos das mulheres como: a Constituição Federal de 1988 (Art. 226, § 8º); Lei 11.340 – Lei Maria da Penha (2006); Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007) e Planos Nacional e Estadual de Políticas para as Mulheres, esse elaborado a partir da participação das mulheres por meio de conferências, assembleias, plenárias ampliadas na esfera municipal, o qual deve ser revisto na próxima conferência estadual de 2021.

Especificamente no Estado do Pará, o Governo se mostra atento e atuante as demandas das mulheres por meio da Coordenadoria de Integração de Política para Mulheres, pontuando a necessidade de cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 20/30 da ONU; o programa de governo “Helder presente, cuidando da gente” e o Plano Estadual de Política para Mulheres, sem perder de vista o Plano Plurianual.

Nesse sentido, considerando as orientações da SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento, o presente relatório versará sobre as principais ações de impacto realizadas pela CIPM, no triênio 2019 a 2021, sendo que a coordenadoria tem relatórios de gestão atual condensando todas as atividades realizadas, planejadas e não planejadas, as quais são inúmeras, resultando em densos relatórios.

Todavia, tomando por base os PPA 2016-2019 e 2020-2023, no presente relatório constarão as atividades planejadas nos mesmos e apenas algumas não planejadas, justamente por serem de maior destaque e mais que isso, terem resultados significativos para o avanço das políticas públicas par as mulheres no Estado do Pará.

Por fim, cabe dizer que para as ações realizadas pela CIPM sempre buscamos parcerias nas diversas esferas de governo, em instituições privados e, especialmente, junto a sociedade civil organizada, que tem no Conselho Estadual e Municipais as maiores bases de apoio, além dos Organismos de Políticas para as Mulheres. Assim, nesse contexto, a gestão da SEJUDH busca acessar todas as possibilidades para que juntos possamos construir uma história de

garantia de direitos e enfrentamento a todas as formas de violências e violações junto as mulheres das 12 Regiões de Integração do Estado do Pará.

## I - PRINCIPAIS DESTAQUES 2019 -2021

### DESTAQUES 2019

#### Monitoramento da Rede de Serviços nos Municípios

Esta ação de monitoramento foi considerada no Plano Plurianual de 2019 que previa o programa de Cidadania e Direitos Humanos, objetivando favorecer o monitorando e a avaliando das ações realizadas nos serviços prestados às mulheres na saúde, na educação, na assistência social, na segurança pública, na justiça e outros, visando a promoção do atendimento integrado, integral, humanizado, eficiente, eficaz e efetivo.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	DATAS (2019)	MUNICÍPIOS	TOTAL POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO
<b>RIO CAPIM</b>	7 a 11.10.2019	Nova Esperança do Piriá	02
	14 e 15.07.2019 28 e 29.10.2019	Paragominas	
<b>RIO CAETÉ</b>	9 a 30.04.2019 25 a 29.09.2019	Bragança	04
	9 a 30.04.2019 27 a 29.11.2019	Augusto Corrêa	
	9 a 30.04.2019	Tracuateua	
	17 e 18.07.2019	Santa Luzia do Pará	
<b>CARAJÁS</b>	22 a 26.10.2019	Jacundá Marabá	03
	19 a 22.09.2019	Parauapebas	
<b>GUAMÁ</b>	06 a 07.05.2019	Capanema Castanhal	04
	24 e 25.06.2019	Colares	
	16.07.2019	São Miguel do Guamá	
<b>GUAJARÁ</b>	02.04.2019	Benevides Marituba	02
<b>LAGO DO TUCURÍ</b>	13 a 16.05.2019 14 a 17.11.2019	Tucuruí	01
<b>MARAJÓ</b>	18 a 20.06.2019 10 a 12.07.2019	Breves	01
<b>TOCANTINS</b>	15 a 27.04.2019 02 a 04.12.2019	Abaetetuba	04
	15 a 27.04.2019	Barcarena Mocajuba Igarapé Miri	
<b>TOTAL</b>			<b>21</b>

**Resultados:**

- ✓ 08 (oito) Regiões de Integração alcançadas, atingindo 21 (vinte e um) municípios;
- ✓ 20 (vinte) serviços monitorados / avaliados;

**a) Implantação de Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres e Organismo de Política para Mulheres (OPMs)**

Ação de extrema importância prevista no PPA e que possibilita o diálogo com as gestões municipais para fomento às políticas públicas às mulheres, através da implantação de organismos (Secretarias, Coordenadorias, Diretorias de políticas para mulheres) ou dos Conselhos de Direitos.

Município	Criado	Reativado	Identificado
<b>Marituba</b>	-	-	Conselho OPM
<b>Nova E. do Piriá</b>	Conselho	-	-
<b>Augusto Corrêa</b>	-	Conselho	-
<b>Bagre</b>	-	-	Conselho OPM
<b>Portel</b>	-	-	Conselho
<b>Melgaço</b>	-	-	Conselho
<b>Santa Luzia</b>	-	-	Conselho
<b>Ourém</b>	-	-	Conselho

**Resultados:**

10 instrumentos mobilizados (08 Conselhos) e 02 (OPMs), sendo:

01 Conselho dos Direitos da Mulher criado

01 Conselho dos Direitos da Mulher reativado

06 Conselhos dos Direitos da Mulher identificados, com indicação para reativação com as eleições a serem realizadas nas conferências.

02 Organismos de Políticas para as Mulheres identificadas, mas estavam sem ação ou com ações restritas dentro das secretarias de Assistência Social.

**Projeto: REDE CIDADANIA: COM ELAS E POR ELAS, MULHERES MARAJOARAS**

No ano de 2019 foram executadas diversas ações como campanhas educativas / palestras educativas nas comunidades e instituições para o protagonismo da mulher que leva à igualdade de gênero e promoção à sua vida digna na sociedade paraense; orientação técnica aos municípios que contam com Organismos de Política para Mulheres (OPMs) e Conselhos

Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres, bem como a criação desses instrumentos de fortalecimento da política para as mulheres, produção de pareceres sobre projetos de lei (ALEPA), capacitação para profissionais da rede de atendimento e monitoramento dos serviços que atendem as mulheres em situação de violência, além de importantes projetos.

O programa Cidadania e Direitos Humanos, cuja uma das metas é a Consolidação do Plano Estadual de Políticas para Mulheres em seu eixo I- Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho para Inclusão Social das Mulheres e Populações Tradicionais da Amazônia. Teve sua prática com a realização do projeto REDE CIDADANIA: COM ELAS E POR ELAS, MULHERES MARAJOARAS, o qual foi executado nos municípios de Breves, Bagre, Melgaço, Portel, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista. O projeto veio por emenda parlamentar do deputado estadual Luth Rebelo. Essa ação gerou um riquíssimo relatório do projeto e um diagnóstico da mulher marajoara, o qual está disponível por meio do e-mail [coordenadoriadamulherpara@gmail.com](mailto:coordenadoriadamulherpara@gmail.com). Esse projeto possibilitou a essas mulheres qualificação na perspectiva do empreendedorismo e economia criativa e de uma formação política cidadã, visando à autonomia econômica e o empoderamento feminino, além de fomentar a criação de um diagnóstico da condição feminina no arquipélago do Marajó.

Cabe destacar que essa ação está alinhada com o programa de governo “Helder presente, cuidando da gente” em sua diretriz desenvolvimento social, área de ação trabalho: estímulo ao empreendedor com a promoção de “programas de capacitação e de incentivo ao empreendedorismo...” e economia criativa a ser incentivada como “alternativa a produção e distribuição de renda entre os trabalhadores”; e a área de ação inclusão social da mulher: proteção com o fortalecimento de ações que “garantam a integridade, a liberdade, a igualdade e o bem estar da mulher”.

#### Resultados:

Atendidas 533 (quinhentos e trinta e três) mulheres marajoaras na perspectiva da Autonomia Econômica e Empoderamento Feminino, sendo que destas, 365 (trezentos e sessenta e cinco) foram qualificadas em oficinas: Direitos Humanos e Cidadania, Empreendedorismo Feminino e Alternativas de Geração de Renda, além de todas contempladas com ação Cidadania, onde tiveram acesso a documentação civil. Ocorrido em novembro e dezembro de 2019. Não há dúvidas que o Projeto MULHERES MARAJOARAS

teve um marco importante. Seja porque foi fruto de um investimento na região, mesmo que limitado a 06 (seis) municípios, seja porque as mulheres tiveram a oportunidade para elas de um espaço construído de escuta e diálogo interativo / propositivo, buscando sonhos. Foi um projeto que exigiu da política de direitos humanos uma imersão no Marajó local, de fato, onde se vê uma difícil realidade ocasionada pela ausência total ou parcial das políticas públicas nas mais diversas áreas, referendando que milhares de pessoas estão vivendo a própria violação de direitos humanos como o de ter acesso a água potável (saneamento), saúde e renda digna.

Elaborado um diagnóstico Socioeconômico das Mulheres Marajoaras com recorte de gênero, pois o projeto previa esse instrumento para a gestão de políticas pública na região, destinado a fazer um painel da Condição de Cidadania e Direitos Humanos das Mulheres nos 16 municípios do arquipélago do Marajó, mas tendo-se inicialmente a descrição de 06 municípios (Bragre, Breves, Melgaço, Portel, Currallinho, e São Sebastião da Boa Vista). Localidades que ainda aguardam pela dignidade Disponível pelo e-mail [coordenadoriadamulherpara@gmail.com](mailto:coordenadoriadamulherpara@gmail.com)

### REGISTROS DO PROJETO MULHERES MARAJOARAS

BREVES	CURRALINHO
 A group of approximately 30 women and one man are posing for a group photo in a room with white walls. Many of the women are wearing white t-shirts with a logo. They are arranged in several rows, some standing and some kneeling or sitting in the front.	 A group of about 25 women are posing for a group photo in a room with green walls. They are holding a large red banner in front of them. The banner has the text 'Mulheres MARAJOARAS' and 'santidade e por elas' along with a logo. The banner also lists the municipalities: 'Breves - Brage - Portel - Melgaço - Currallinho - São Sebastião da Boa Vista'.
MELGAÇO	PORTEL



**SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**



**BAGRE**



### **Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres**

As Conferências são práticas para a consolidação do Plano Estadual de Políticas para Mulheres, em seu Eixo IX: Gestão, Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Políticas. Foram realizadas onde surgem propostas de demandas que potencializam e concorrem em ações que promovam políticas públicas às mulheres nas diversas áreas (saúde, autonomia econômica, enfrentamento às violências, educação, participação política e habitação). Assim, a CIPM recomenda e orienta os municípios para realização de conferências municipais, visando definir diretrizes para a fundamentação dos Planos Municipais de Políticas para as Mulheres e eleger delegadas para participar da Conferência Estadual e Nacional. Esse produto é o norteador para elaboração de atividades - projetos que o poder executivo e legislativo devem considerar na elaboração de seus planos estratégicos, considerando também o PPA do município e, assim garantir os direitos humanos das mulheres do Estado do Pará.

Conforme o decreto N° 1.825 de 30 de agosto de 2021 fica (re) convocada a 6ª conferência

**CONFERÊNCIAS REALIZADAS**

Nº	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	No. de Part.	No. de Delegadas	DATAS
01	Carajás	Marabá	400	08	24 e 25.10.2019
		Parauapebas	300	08	20 e 21.11.2019
02	Guajará	Ananindeua	640	34	26 e 27.11.2019
03	Guamá	Castanhal	90	06	07 e 08.11.2019
		Colares	51	02	06.06.2019
		São D. do Capim	64	03	28.11.2019
		São M. do Guamá	163	05	12.03.2020
04	Lago de Tucuruí	Jacundá	87	05	12.12.2019
		Tucuruí	142	06	15 e 16.11.2019
05	Marajó	Breves	71	06	04.03.2020
06	Rio Caeté	Bragança	207	06	26.09.2019
		Augusto Côrrea	79	03	28.11.2019
		Nova E. do Piriá	126	03	08 a 10.10.2019
07	Rio Capim	Paragominas	175	06	19.11.2019
08	Tocantins	Abaetetuba	131	06	03.12.2019
		Barcarena	113	06	14.11.2019
		Cametá	210	06	31.10.2019
09	Tapajós	Itaituba	182	06	31.10.2019
10	Xingu	Altamira	100	06	18.12.2019
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>3.097</b>	<b>131</b>	-----

Estadual de Políticas para Mulheres para ser realizada de 29 a 30.11, e as municipais entre os dias 1ª de julho a 30 de setembro de 2021, o qual alterou o Decreto no. 253, de 1 de agosto de 2019 (devido processo da Pandemia que alterou o calendário inicial). A seguir o quadro das conferências realizadas:

**Resultados:**

Em 2019, as mulheres do Pará de 10 Regiões de Integração atingindo 19 municípios, sendo Carajás(Marabá e Parauapebas), Guajará ( Ananindeua), Guamá (Castanhal, Colares, São Miguel do Guamá e São Domingo do Capim), Lago do Tucuruí (Jacundá e Tucuruí), Rio Caeté ( Augusto Côrrea e Bragança), Rio Capim ( Paragominas e Nova Esperança do Piariá), Tocantins (Abaetetuba e Barcarena), Tapajos( Itaituba) e Xingu (Altamira) com o total de

3.097 mulheres participantes reuniram-se em seus respectivos municípios para dialogar sobre suas realidades e conferir as políticas públicas municipais para as mulheres que são executadas em suas localidades. E para posteriormente culminar na conferência estadual da qual origina-se o plano estadual de políticas para as mulheres. Foram eleitas 131 (cento e trinta e uma) delegadas para a etapa estadual.

### Registros Fotográficos



**AUGUSTO CORREA  
ABAETETUBA**



**ALTAMIRA**



**MARABÁ**



**SÃO DOMINGOS DO CAPIM**





**BREVES**



**TUCURUI**



**COLARES**



**NOVA E. DO PIRIÁ**



**SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**



**BRAGANÇA**



**ITAITUBA**



**CASTANHAL**



**BARCARENA**



**PARAGOMINAS**



**PARAUPEBAS**



**ANANINDEUA**



**JACUNDÁ**

**CAMETÁ**



Apresentado o PPA 2020-2023 para o ano de desafios, 2020, dentro do Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, as ações programadas foram: Implantação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher e Organismos de Políticas para as Mulheres (Produto: instrumento implantado) / Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher (produto: unidade monitorada) / Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres – Projeto Girândola (Produto: mulher atendida) / Apoio aos Conselhos representativos da sociedade civil (Produto: conselho apoiado). Todavia, a pandemia da COVID 19 resultou no cancelamento de muitas atividades, principalmente de viagem, restringindo o raio de ação nesse delicado ano.

Os anos de 2022-2023 será o início da conclusão desse PPA 2020-2023 com a continuação das ações programadas e descrita anteriormente, porém ampliando-se as regiões de integração e assim alcançar o maior número de mulheres para que se tornem protagonistas de suas vidas dignas e tenham orgulho de estarem em solo paraense. E dentro das diversas ações realizadas, damos destaque para:

A ação Implantação de conselhos Municipais de Defesa de Direitos da mulher e organismo municipal de política para mulheres, onde aumentou-se o número de organismo de política para mulheres ( OPMs) e conselhos municipais de defesa da mulher, pois em 2019 eram 19 OPMs e 40 conselhos, em 2020 passou 23 OPMs e 42 conselhos, sinalizando-nos a necessidade de ampliação no número de municípios a serem visitados para sensibilização do gestor municipal da importância da criação desses dois instrumentos de fortalecimento da política para mulheres de sua localidade e assim o Pará ser reconhecido como o Estado que promove igualdade entre homens e mulheres.

MUNICIPIO	META	INSTRUMENTO CONSELHO	INSTRUMENTO OPM
1- São Miguel do Guamá	2	1 implantado	1 recomendado
2- Benevides	2	1 implantado	1 recomendado
3- Curuçá	2	1 recomendado	1 recomendado
4- Santa Barbará	2	1 recomendado	1 recomendado
5- Santo Antônio Tauá	2	1 recomendado	1 recomendado
6- Marituba	2	1 implantado	1 implantado
7- Ourém	2	1 implantado	1 recomendado
TOTAL	14	04 implantados 03 recomendados	01 implantados 06 recomendados

**Resultados:**

- ✓ Conselho: 04 implantados e mais 03 recomendados
- ✓ OPMs: 01 implantado e mais 06 recomendados

## Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher

Para o período foram previstos 31 municípios a serem monitorados, mas devido a restrição causada pela PANDEMIA, essa meta foi menor, ou seja, apenas 10 (dez) municípios, onde se realizaram: Visitas as unidades da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, Reunião com a Rede de Atendimento e Enfrentamento à violência contra a mulher, Reunião com órgãos da gestão municipal, Preenchimento de formulário, visando à atualização das informações sobre o serviço (identificação, gestão, efetivo, demanda atendida, aspecto metodológico/operacional do serviço) e capacitação da rede, conforme a possibilidade.

<b>REGIÃO DE INTEGRAÇÃO</b>	<b>DATAS (2019)</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>TOTAL DE SERVIÇOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO</b>
RIO CAPIM	07.10	Bujaru	03
	12 a 15.10	Paragominas	04
	12 a 15.10	Tom-eAçú	03
RIO CAETÉ	13.02.2020	Capanema	03
B. Amazonas	14 e 15.09	Santarém	04
GUAJARÁ	17.02	Benevides	01
	17.09	Ananindeua	02
MARAJÓ	04.03	Breves	03
TOCANTINS	22 e 23.09	Barcarena	02
	24.09	Abaetetuba	05
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>30</b>

**Resultado:**

- ✓ 10 municípios visitados
- ✓ 30 serviços da rede monitorados

### Conferências Municipais de Políticas para Mulheres

Para o ano vigente estava previsto a realização de mais 09 conferências municipais, porém com o surgimento da pandemia pelo COVID-19 foram suspensas. Assim, ressalta-se que no ano de 2020 foi possível a participação da CIPM nas seguintes conferências:

(Região Marajó) - Breves: dia 04.03, com 71 participantes

(Região Capim) - São Miguel do Guamá: dia 12.03, com 163 participante

#### BREVES



#### SÃO MIGUEL



## Projeto Girândola: Caminhos para Autonomia e Empoderamento da Mulher no Pará

Para o ano, foi possível cumprir a meta de 01 município: Ananindeua, onde se realizaram nas etapas: Entrada no território – Diagnose local / Definição de parcerias / Apresentação do projeto / Seleção das mulheres.

### Resultado:

80 mulheres inscritas (execução do curso para ano 2021 devido a pandemia)

Campanha Especial de Enfrentamento dos Impactos da COVID 19: Projeto “Doação de Cestas Básicas para Mulheres e situação de vulnerabilidade durante a pandemia da COVID 19”, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.



A Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos foi contactada pela Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres – SNPM do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para apoiar a ação do Eixo III do Plano de Contingência da Violência Doméstica Contra a Mulher no Contexto da pandemia para a distribuição de 2.744 cestas básicas à mulher em situação de vulnerabilidade social ou em situação de violência. Dessa forma, a CIPM ficou responsável pelo tramite administrativo e a organização da logística com a retirada das cestas básicas do

local de distribuição e a chegada em cada município que foi selecionado com o critério do público determinado pela SNPM, mulher das águas e quilombolas, existência de conselho municipal de defesa dos direitos da mulher, organismo de política para mulheres e movimentos sociais. Ressalta-se outro critério de escolha foi a proximidade com a região metropolitana, em virtude de minimizar os custos com deslocamento.

#### Resultados:

Contempladas 06 regiões de integração: Guajará, Tocantins, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Marajó, alcançado 24 municípios: ANANINDEUA, ACARÁ, CAMETÁ, MARITUBA, CASTANHAL, CAPANEMA, TRACUATEUA, BENEVIDES, BRAGANÇA, AUGUSTO CORREA, BUJARU, BELÉM, AURORA DO PARÁ, MÃE DO RIO, IRITUIA, SÃO DOMINGOS DO CAPIM, CAPITÃO POÇO, OURÉM, SANTA LUZIA, SANTA MARIA DO PARÁ, NOVA TIMBOTEUA, BONITO, SALINÓPOLIS e CACHOEIRA DO ARARI, sendo mulheres da zona urbana e rural, priorizando mulheres negras, quilombolas, pescadoras, marisqueiras entre outras;

Das 2.744 (duas mil, setecentas e quarenta e quatro) mulheres atendidas, se supormos que cada mulher tiver quatro pessoas em seu núcleo familiar, então calcula-se que 11.000 (ONZE MIL) pessoas tiveram o direito à alimentação e informação sobre os direitos da mulher.

A CIPM entendi que o momento da entrega dessa cesta com alimentos mobiliza um número significativo de pessoas que, não são só mulher e, como, a oportunidade de promover o diálogo e reflexão da temática dessa campanha, que versa sobre a pandemia pelo COVID-19 como potencializador da violência sexual contra mulher e meninas e assim sensibilizar o público para o enfrentamento de toda e qualquer forma de violência contra as mulheres.

A realização dessa campanha está ocorrendo em dois momentos. Primeiramente, por meio da palestra ou roda de conversa que aborda a temática VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS DURANTE A PANDEMIA: NÃO À CULTURA DO ESTUPRO” e finalizando com a entrega da cesta, as mulheres que foram previamente inscritas e repassado a lista para a Secretaria Nacional de política para mulheres. Vale destacar que estiveram inseridos nessa parceria os Organismos de Políticas para as

Mulheres, Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres com suas representações da Sociedade Civil: Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, Movimentos e Associações de Mulheres.

No.	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES (OPMS/ ONGS/CONSELHOS)	QUANTIDADE
		COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER	147
		CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	95
		PROJETO EMPODERA MULHER-NUPEX- ESMAC	53
		PROJETO FÊNIX (inclui as Mulheres do Girândola )	86
01	ANANINDEUA	PROJETO CLUBE DE MÃES MARIA	150
		PROJETO IDEAS (IDOSAS)	254
		REDE AMAZÔNIA NEGRA	100
		1.8- PARÁPAZ MULHER ANANINDEUA	20
		2.1- CONSELHO ESTADUAL	191
		2.1.1- GEMPAC-	24
		2.1.2- MMCC	48
		2.1.3- GMB -grupo de mulheres brasileiras	25
		2.1.4. CTB/comunidade Souré- Regina do Lago Martins	25
		2.1. 5. CEDENPA	25
		2.1.6. AGROPESC	10
		2.1.7. CUT (Mulheres Trabalhadoras)	22
		2.1.8. FETAGRI	12
		2.2- CIPM	65
	Mosqueiro	2.3. Grupo de Mulheres em Oração	18
03	ACARÁ	3.1- COMUNIDADE DE STA ROSA DO BAIXO ACARÁ (ribeirinha)	220
04	CAMETA	4.1- VILA RURAL DE AREIÃO	70
05	MARITUBA	5.1- PASTORAL DA MULHER	53
06	CASTANHAL	6.1- CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER -terreiro e quilombo	200
07	CAPANEMA	7.1- MMNEPA (Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense) – Contemplou mais 10 municípios	200
08	TRACUATEUA	8.1- MOVIMENTO DE MULHERES	100
09	BRAGANÇA	9.1- COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER	200
		9.2. MULHERES MARISQUEIRAS	128
	TOTAL		328
10	AUG. CORREA	10.1- COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER	100

		10.2- MULHERES GUERREIRAS DE NOVA OLINDA	144
11	BUJARU	11.1- COMUNIDADE QUILOMBOLA	100
12	BENEVIDES	12.1- UMB- União de Mulheres de Benevides	50
TOTAL GERAL			2.744

DATA	MUNICIPIO	REGISTROS
10/12	ANANINDEUA Lançamento da Campanha com presença representação da SNPM / MMFDH e CONAB)	  
	ANANINDEUA (Conselho da Mulher – Comunidade Sairé)	  

<p>10.12</p>	<p>ANANINDEUA (ESMAC – Projeto Extensão Empondera Mulher</p>			
<p>11.12</p>	<p>ACARÁ (Região Ribeirinha)</p>			
<p>12.12</p>	<p>ANANINDEUA (projeto FENIX)</p>			
	<p>ANANINDEUA  (Clube de Mães Maria, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA)</p>			

12.12	CAMETÁ			
14.12	MARITUBA			
14.12	ANANINDEUA (Fculdade ESMAC – Projto IDEAS)			
14.12	ANANINDEUA (Coordenadoria Municipal Mulher)			

15.12	CASTANHAL			
17.12	CAPANEMA (Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA)			
18.12	TRACUATEUA			
18.12	Bragança (Mulheres Marisqueiras)			

19.12	BRAGANÇA (Coorenadoria Municipal da Mulher)			
19.12	AUGUSTO CORREA ( Nova Olinda)			
19.12	BENEVIDES			
21.12	ANANINDEUA (REDE AMAZÔNIA NEGRA) ( Comunidades ilha João Pilates/ ilha Iguarapé Grande) e			

	<p>ANANINDEUA (REDE AMAZÔNIA NEGRA)</p> <p>( comunidades Curupira/ Bom sossego/Curuçambá/ Beira rio)</p>			
<p>22.12</p>	<p>BUJARÚ  (Quilombo São Judas Tadeu)</p>			
<p>22.12</p>	<p>BELÉM</p> <p>(Movimento Social) * MMCC * GEMPAC * CTB * GMB * CEDENPA</p>			
<p>22.12</p>	<p>Belém</p> <p>CIPM / SEJUDH</p>			



## CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Data: 25 a 28.08.2020

Meta: 200 profissionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência, Estado do Pará

Participantes: profissionais, em geral, da rede de serviço – Unidades do PARAPAZ / DEAM no estado

No.	REGIÃO	MUNICÍPIO	RESULTADO (No. CAPACITADOS)
01	Baixo Amazonas	Santarém	07
02	Carajás	Marabá	04
03	Guajará	Parauapebas	13
		Ananindeua	20
		Belém	81
		Marituba	03
04	Guamá	Santa Isabel	02
		Santa Maria do Pa.	01
		São M. do Guamá	02
		Vigia	04
05	Lago do Tucuruí	Tucuruí	15
06	Marajó	Breves	06
07	Rio Caeté	Bragança	05
		Salinópolis	01
08	Rio Capim	Paragominas	02
09	Tocantins	Abaetetuba	06
10	Xingú	Altamira	05
<b>TOTAL</b>			<b>176</b>



### Resultados:

- ✓ 10 regiões
- ✓ 17 municípios
- ✓ 176 profissionais capacitados

### O QUE FIZEMOS EM 2021?

O período de isolamento social ocorrido no mês de março e abril, determinado pela pandemia do COVID-19, comprometeu com a redução de aproximadamente 50 dias para realização das ações programadas, que necessitam do deslocamento técnico para os municípios mais distantes geograficamente da capital. E isto demandou nova estratégia considerando-se a distância mínima entre o município e a capital onde está a equipe, levando a substituição de municípios e a mudança de região de integração. Outra estratégia foi a realização de mais de uma ação programada para o mesmo município.

A Coordenadoria de Integração de Política para Mulheres – CIPM realizou diversas ações que estão programadas no plano plurianual-PPA 2020-2023, exercício 2021.

O Ano de 2021 pôde ser considerado de esperança diante da pandemia da COVID 19 que trouxe profundas mudanças para toda a sociedade brasileira e para o mundo. Assim, iniciamos com a sensação de resgatar o que precisaria ter acontecido em 2020, segundo a normativa do projeto RETOMA PARÁ (Decreto Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020, publicado em 27/08/2021).

### **AÇÃO 03- 7660 IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE DEFESA DE DIREITOS DA MULHER E ORGANISMOS MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA MULHERES (OPM).**

**Objetivo:** Garantir a criação de organismos municipais de Política para Mulheres e de

conselhos municipais dos direitos das mulheres para o fortalecimento da política para mulheres, promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres no Pará.

Alinhada ao programa de governo em sua diretriz crescimento inteligente, área de ação desenvolvimento social-mulheres e proposta estruturante garantir direitos “garantir o acesso da mulher aos serviços e políticas públicas, de saúde, educação, emprego e renda , dentre outros”, Plano Estadual de Política para Mulheres: Eixo IX- Gestão, monitoramento e avaliação e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS 5: Meta 5.c -Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. ODS 10- meta 10.3- Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (Brasil – meta mantida sem alteração)

Como programado, tem-se **ação Implantação de conselhos Municipais de Defesa de Direitos da mulher e organismo municipal de política para mulheres**, com a previsão de 5 regiões de integração para serem executadas: 1-Baixo Amazonas: Oriximiná; 2-Guamá: Igarapé-Açu, Sta. Izabel do Pará, São Francisco do Pará e Terra Alta; 3-Marajó: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião do Boa Vista e Soure. 4- Rio Capim: Capitão Poço, Mãe do Rio, Magalhães Barata e Tomé Açu; 5-Tocantins: Igarapé-Açu e Moju, dessas metas orçadas foram realizadas 100%. A presença nos municípios para sensibilização quanto as criações desses instrumentos de gestão da política para mulheres nos municípios têm sido satisfatórias, estando em processo de criação em Redenção e Itupiranga.

**Prática do Programa de governo** em sua diretriz crescimento inteligente, área de ação desenvolvimento social- inclusão social : mulheres, proposta estruturante “garantir direitos- garantir o acesso da mulher aos serviços e políticas públicas, de saúde, educação, emprego e renda, dentre outro”

**Prática do Plano Estadual de Política para Mulheres:** eixo IX – Gestão, monitoramento e avaliação do plano de políticas.

**Prática do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS 5: Meta 5.c** -Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua

efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. **ODS 10- meta 10.3-** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (Brasil – meta mantida sem alteração)

### **Resultados:**

Em 2020 constavam 19 OPMs e em 2021 passou para 23 Organismos de Política para Mulheres (OPMs) no Pará; e 42 Conselhos em 2020, passando para 46 em 2021.

Maior cobertura de instrumentos nas R.I: das 12 regiões apenas o Araguaia e o Guamá ainda não tem OPM e as demais regiões apresentam a seguinte quantitativo em funcionamento: Baixo Amazonas dos 13 municípios há 1 OPM; em Carajás são 12 municípios e existentes 4 OPMs; Guajará dos 5 municípios pertencentes há 2 OPMs; Guamá dos 18 municípios não há OPMs; Lago do Tucuruí dos 17 municípios integrantes há 3 OPMs; Marajó dos 16 municípios existem 6 OPMs; Rio Caeté são 15 municípios tendo-se 2 OPMs; a Rio Capim são 16 municípios tendo-se 2 OPMs; Tocantins dos 11 municípios há 2 OPMs; Região dos Tapajós dos 6 municípios integrantes há 01 OPM e no Xingu de 10 municípios existe 1 OPM. Quanto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM) : são instâncias de controle social das políticas para mulheres; há o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, e mais 46 Conselhos Municipais sendo: 28 ativos; 16 criados por lei, mas inativos e 02 em processo de criação em Acará e Itupiranga. Abaixo municípios articulados em 2021 para a expansão desses instrumentos:

#### Conferências Municipais

Retomada das realizações de conferências municipais das políticas para mulheres ocorreram no período de 27/08 a 30/09/2021 como etapa preparatória à Conferência Estadual de Política para Mulheres, no dia 29 e 30/11/2021, que ocorrerá no município de Belém, auditório Ismael Nery, Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves- CENTUR/Sede Fundação Cultural do Pará, Av. Gentil Bitencourt, 650 – Nazaré.

Portanto, finalizando as etapas das conferências municipais, previstas para ocorrerem até dia 30.11.2021, assim chegamos as realizadas no ano:

MUNICÍPIO	DATA	NO. DE	NO. DE
-----------	------	--------	--------

		<b>PARTICIPANTES ANTES</b>	<b>DELEGADAS ELEITAS</b>
SANTARÉM	27/08/2021	83	8
CAPANEMA	0/09/2021	88	5
MELGAÇO	13/09/2021	43	3
XINGUARA (PLENÁRIA)	15/09/2021	30	3
ITUPIRANGA	16/09/2021	124	5
GURUPÁ	16/09/2021	96	3
MARITUBA	17/09/2021	125	6
BUJARU	21/09/2021	80	3
ALENQUER	24/09/2021	100	5
BELÉM	,29 e 30/09/2021	230	50
ORIXIMINÁ	29 e 30/09/2021	98	5
PORTO DE MOZ	30/09/2021	410	3
BENEVIDES	30/09/2021	92	5
BAIÃO	29/09/2021	49	3
NOVA IPIXUNA	30/09/2021	70	2
<b>TOTAL</b>		<b>1.952</b>	<b>108</b>

Resultados:

1.952 mulheres participaram das conferências

108 delegadas eleitas para a etapa estadual

### **RESUMO GERAL DAS CONFERÊNCIAS (2019 – 2021):**

Atingiu as **12 regiões e 34 municípios**, sendo: Marajó (Breves, Gurupá e Melgaço), Rio Capim (Bujarú, Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas), Xingú ( Altamira e Porto de Moz), Guajará (Ananindeua, Belém, Benevides, e Marituba), Rio caetés (Augusto Corrêa, Bragança e Capanema), Tapajós (Itaituba), Tocantins ( Abaetetuba, Baião, Barcarena e Cametá), Araguaia ( Xinguara), Guamá ( Castanhal, Colares, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá), Baixo Amazonas ( Alenquer, Oriximiná e Santarém),Carajás ( Marabá e Parauapebas) e Lago do Tucuruí ( Itupiranga, Jacundá e Tucuruí).

Envolveu **5.049 mulheres** nas suas diversidades (urbano, rural, da floresta, ribeirinhas, quilombolas e outras).

Elegeu 85 delegadas do governo municipal / estadual e 155 da sociedade civil organizada, totalizando **240 delegadas** para a etapa estadual.

#### SANTARÉM



#### CAPANEMA - ( I PLENÁRIA)



#### MELGAÇO



#### XINGUARA (PLENÁRIA)



ITUPIRANGA



GURUPÁ



MARITUBA



BUJARU



BELEM



ORIXIMINÁ



PORTO DE MOZ



BENEVIDES



## BAIÃO (PLENARIA)



## NOVA IPIXUNA (PLENARIA)



**8207-Monitoramento de Atendimento à Mulher**, ação onde monitorou-se 145 unidades da rede de atendimentos na região do Araguaia (Xinguara), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Guajará (Ananindeua e Belém), Guamá (Castanhal), Lago do Tucuruí (Goianésia, Itupiranga e Jacundá), Marajó (Breves, Gurupá, Melgaço e Curalinho), Rio Caeté (Bragança e Capanema), Rio Capim (Paragominas e Bujaru) e Tocantins (Baião), tendo-se visitado no total de dez regiões de Integração, em que demandam a criação de um protocolo de rede para definir o fluxo de encaminhamento e assim reduzir a revitimização da mulher em situação de violência e a resolubilidade de suas demandas; formação contínua para os operados desses serviços; potencializar

a política pública para as mulheres, que geralmente são a maioria da população municipal; Garantir que haja a criação e/ou fortalecimento de uma rede de serviço humanizado tanto para os operados dos serviços e principalmente para as mulheres que se encontram em um momento de vulnerabilidade psicossocial e criar e reorganizar fluxo de atendimento por meio de lei estadual e municipal favorecerá serviços com mais resolubilidade e a humanização do atendimento das mulheres em situação de violência.

**Prática do Programa de governo** em sua diretriz crescimento inteligente, área de ação desenvolvimento social- inclusão social : mulheres, proposta estruturante combate a violência.

**Prática do Plano Estadual de Política para Mulheres:** eixo IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta.

**Prática do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS 5: 5.1 ( Brasil)** Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

BRAGANÇA	GOIANÉSIA
	
XINGUARA	
	

**a) Ação 01- 8820 EEmpoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres (projeto Girândola: Caminhos para Autonomia e Empoderamento da Mulher no Pará).**

O Projeto Girândola: que está no compromisso regional, atingido o total de 400 mulheres através da ação: **projeto Girândola: Caminhos para Autonomia e Empoderamento da Mulher no Pará**, executado da região do Guajará, Guamá, Marajó e Rio Caeté

**Objetivo:** atender mulheres jovens e adultas independente da etnia, identidade de gênero, orientação sexual, da cidade, do campo, da floresta e das águas, na situação de vulnerabilidade social/risco e que encontram-se sob medidas protetivas, conforme a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/2006), mulheres de populações tradicionais, mulheres em situação de uso de abusivo de drogas; mulheres em situação de tráfico de pessoas e trabalho escravo, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, oportunizando estratégias para que elas possam gerar renda, autonomia, a construção / ou resgate da autoestima, tornando-se participativa, propositiva, tendo acesso à qualificação profissional, e assim incentivando um perfil empreendedor.

**Prática do Programa de governo** em sua diretriz crescimento inteligente, área de ação desenvolvimento social-trabalho, proposta estruturante estímulo ao empreendedor, cooperativismo e economia criativa; inclusão social : mulheres, diversidade, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas.

**Prática do Plano Estadual de Política para Mulheres:** Eixo I – Autonomia e igualdade no mundo do trabalho para a inclusão social das mulheres e populações tradicionais da Amazônia.

**Prática do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS 5: Meta 5.a (Brasil) –** Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

**Compromisso regional alcançado-** Município: Guajará- Ananindeua, Guamá- Castanhal ( demandado em audiência pública), Rio Caeté- Bragança e Marajó- Breves.

**Total de Mulheres atendidas:** 400

**Resultados:**

Mulheres da cidade, do campo e ribeirinhas foram atendidas no projeto Girândola, onde nesse projeto é que os cursos de qualificação estão de acordo com o interesse da mulher atendida e sempre com atento as demandas psicossociais e os devidos encaminhamentos para a rede de atendimento municipal e ou estadual para mulheres em situação de violência.

Realizou-se as oficinas bases do projeto: Oficina 1- Acolhimento e identidade vocacional das mulheres; oficina 2- Empreendedorismo e Economia Solidária e Criativa; oficina 3- Técnicas dos Empreendimentos a partir do Mapa de Mercado Regional e oficina 4- Plano de negócio e projeto Empreendedor: gestão e educação financeira.

Quanto aos cursos de qualificação foram até momento ofertados 09 cursos, sendo na gastronomia a Panificação, Bolos e Doces (doces modelados), Processamento de Frutas (compotas ; geleias e licores), Confecção com o de Corte e Costura básico e Costureiro; e Artesanato de bordado em sandália, laços e tiaras, Artesanato em tecido (técnica de capitonê em capas de almofadas) e Artesanato em tecido (Costura Criativa). Como avaliação, cita-se que os cursos ofertados, ocorrem conforme o sugerido pelas atendidas desse projeto, cita-se que muitas já desenvolvem atividades voltadas para a área do artesanato, portanto verbalizaram o quanto é gratificante poder aprimorar suas técnicas. As mulheres atendidas têm em seus relatos, que além do conhecimento adquirido, tiveram momento de integração, socialização, e algumas informaram que já estavam aceitando encomendas e conseguindo garantir renda através de suas produções e vendas e solicitaram a oferta de mais cursos. Ressalta-se que por meio da vivência nas fases realizadas no projeto, as mulheres atendidas verbalizaram a importância das fases vivenciadas, expondo as mudanças significativas ocorridas em suas vidas, como a reelaboração de seu projeto de vida.

#### **Prática da transversalidade:**

**Ananindeua-** Prefeitura, Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho e Assistência Social-SEMCAT, Faculdade ESMAC, Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Fundação PARÁPAZ, Parápaz Mulher-DEAM, Conselho Municipal da Mulher, Secretaria de Saúde, BANPARÁ.

**Bragança-** Prefeitura, Secretaria de Assistência Social, Coordenadoria da Mulher, Secretaria de Saúde, Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, SEBRAE.

**Breves-** Parceiros: Prefeitura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Mulher, Secretaria de Saúde, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Secretaria de Educação, Fundação PARÁPAZ, SEBRAE.

**Castanhal-** Prefeitura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, Procuradoria Especial da Mulher da Câmara, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, SEBRAE. No dia 19/10/2021 foi concluído a meta I com o lançamento do projeto no município, que ocorreu no Auditório da secretaria de assistência social - SEMAS

**Orçamento:** Estava previsto para a referida ação nos exercícios 2020 e 2021 orçamento de R\$5.000,00. Porém, para o exercício 2021 foi solicitado para a SEPLAD suplementação de R\$ 50.000,00a SEPLAD, que foi deferido e assim está sendo possível dar andamento na execução da ação.

Ananindeua curso de panificação



Bragança curso Artesanato Capitonê em capas de almofadas



Breves – Programação de Certificação



Curso de Bolos e Doces (doces modelados)



Bragança – Comunidades de Tamatateua – área rural -Curso de Processamento de Frutas (comotas , geléias e licores) e Comunidade de Taperaçu Campo – Curso de Doces Modelados



Castanhal – Oficina de Acolhimento e Identidade Vocacional



Outra ação em destaque realizada por esta coordenadoria em parceria com o Núcleo da Mulher do Ministério Público do Estado Pará e a Empresa de Tecnologia da Informação e comunicação do Estado (PRODEPA) é o **Sistema de Atendimento Integrado à Mulher SIV-Mulher 2.0**, ferramenta tecnológica que passou nessa nova versão por atualizações, sendo inseridos mais serviços em um único espaço, assegurando dessa forma, o atendimento integrado e interdisciplinar às mulheres em situação de violência, contribuindo para evitar a revitimização institucional, dar maior celeridade, resolutividade e qualidade no atendimento. Sendo assim, reúne não apenas informações da Polícia, mas também, médica, psicossocial, e que possibilitará o direcionamento para o empreendedorismo feminino.

É uma prática do Plano Estadual de Política para Mulheres: Eixo IV: Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres da Cidade, do Campo, das Águas e da Floresta. Assim, como do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS 16: meta 16.a (Brasil) – Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.

O SIV- mulher é uma ferramenta tecnológica capaz de possibilitar a integração das informações dos serviços da justiça, segurança, psicossocial e cidadania gerando um banco de dados fundamental para a melhoria do acolhimento da mulher em situação de violência e assim evitando a revitimização dessas nos locais de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.



**Resultado:** O referido sistema já registra as informações completas das usuárias a partir do cadastramento socioeconômico, atendimento psicossocial, registro da agressão, do agressor, situação judicial, registro diversos e relatórios que possibilitam dados estatísticos . E o PRODEPA

vem implementando para que a mulher vítima já registrada nesse sistema possa ser inserida no Projeto Empoderamento Empreendedor, que detém o objetivo precípua de proporcionar o atendimento psicológico, jurídico e a qualificação profissional para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar e em condições de hipossuficiência econômica, assim como, a inclusão em atividades de geração de emprego e renda. Também foi inserida avaliação de risco que conforme o resultado subsidiará o juiz expedir a medida protetiva. Com a inauguração em 25 de novembro de 2021 ( data alusiva ao fim da violência contra a mulher), inicialmente na região do Guajará.

**Prática da transversalidade:** SEJUDH, PCPa/ SEGUP, ParaPaz mulher Ananindeua e Belém/ Fundação ParaPaz, PRODEPA e Núcleo Mulher/Ministério Público do Estado do Pará.

### **O QUE IREMOS FAZER**

**O projeto Girândola: Caminhos para Autonomia e Empoderamento da Mulher no Pará** ampliará o número de regiões de integração alcançando Carajás (Marabá), Guamá (São Miguel do Guamá) e Marajó ( Curralinho e Melgaço) atenderá um **total de 400** mulheres por meio de oficinas: Acolhimento e identidade vocacional das mulheres, Empreendedorismo e Economia Solidária e Criativa, Técnicas dos Empreendimentos a partir do Mapa de Mercado Regional e Plano de negócio e projeto Empreendedor: gestão e educação financeira. Ressalta-se que as mulheres marajoaras serão atendidas também em 2023, nos municípios de Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço, São Sebastião da Boa Vista e Portel. E também, a região do Tocantins no município de Abaetetuba. O financiamento dessa ação para 2022 será o total de R\$ 350.000,00 e para 2023 será de R\$ 623.250,00

Consolidar a política para mulheres no Pará ocorrerá em 2022-2023 com a execução da **ação Implantação de conselhos Municipais de Defesa de Direitos da mulher e organismo municipal de política para mulheres**, estará presente em 11 regiões de integração Araguaia, Baixo amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, lago do Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio capim, Tocantins e Xingu. Sendo que a região Tapajós será visitada em 2023. O financiamento para esta ação em 2022 será de R\$740.000,00 e 2023 R\$ 289.505,00.

**Monitoramento de Atendimento à Mulher** continuará em 2022-2023 presente nas 12 regiões de integração do Pará com a perspectiva para 2022 o total de 256 unidades monitoradas

e para 2023 o total de 221 unidades monitoradas. Orçamento para cada ano de R\$100.000,00.

**Encontros Regionais de Políticas para as Mulheres e de Formação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher ( 2022 / 2023)**, promover discussões em torno de ações de políticas para as mulheres, além de favorecer a formação continuada, reunindo Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs), Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, Procuradorias da Mulher das Câmaras Municipais, Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA e Rede de Enfrentamento à Violência . Atingir as 12 Regiões de Integração, 23 Organismos de Políticas para Mulheres, 46 Conselhos Municipais, 07 Procuradorias das Mulheres e Serviços da Rede (saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça).

#### **4.6 COORDENADORIA DO PROGRAMA RAÍZES**

Em sua estrutura organizacional a SEJUDH objetiva a proteção, defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais, e apresentava em sua estrutura a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, assim como, a Coordenação de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, ambas vinculadas à Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos. Todavia, em 2015, a partir da nova reestruturação do Estado, através

da Lei Nº 8.069/2015, em nível de atuação programática, cria-se a Coordenadoria do Programa Raízes, a qual está vinculada as seguintes gerências: Gerência de Proteção e Promoção da Igualdade Racial; Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas; Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas. As ações estruturantes do Programa Raízes estão organizadas em torno de três eixos principais: Apoio a eventos étnico- raciais, como sua mais relevante ação estratégica via PPA, além da capacitação em direitos e apoio e fortalecimento dos conselhos de direitos.

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as principais ações realizadas pela Coordenação do Programa Raízes, **no período de janeiro a outubro de 2021**, por meio de suas gerências: Gerência de Promoção à Igualdade Racial, Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas e a Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, objetivando demonstrar os resultados alcançados em face os objetivos e metas estabelecidas para o ano 2021.

#### **ESTRUTURA DO PROGRAMA RAÍZES**

#### **4.6.1.1 Gerência de Promoção à Igualdade Racial**

Objetivo: Combater todas as formas de violência expressa de discriminação racial e étnica, e outras formas de intolerâncias correlatas, atuando em campanhas educativas, eventos e debates junto às instituições governamentais e entidades não governamentais, visando o fomento de políticas públicas voltados à promoção da política da igualdade racial.

#### **4.6.1.2 Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas**

Objetivo: Promover o atendimento das demandas da comunidade quilombola do Estado do Pará, além de trabalhar em parceria com as instituições e entidades representativas de Quilombos, buscando desenvolver políticas afirmativas, educação e debates sobre os direitos desta população.

#### **4.6.1.3 Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas**

Objetivo: Atuar na realização de campanhas educativas, eventos e debates e o fomento de políticas públicas para proteção dos direitos dos povos indígenas no Estado do Pará.

### **CONTROLE SOCIAL**

Com processo de redemocratização do país e a aprovação da Constituição Federal de 1988, a luta dos movimentos sociais no Brasil é reconhecida por meio da criação dos Conselhos de Direitos, instrumento de participação popular, que possibilita que a sociedade civil juntamente com o poder público tenha o poder de decisão no processo de formulação e controle das políticas públicas.

Neste contexto, os Conselhos de Direitos configuram-se enquanto órgãos colegiados, permanente e deliberativo, com papel de atuar na formulação, fiscalização, promoção e defesa das políticas públicas. A Coordenadoria do Programa Raízes tem dois conselhos vinculados a sua estrutura organizacional:

Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial – CONEPPIR

O Governo do Estado do Pará, por meio do Decreto Nº 1.403 de 20 de setembro de 2008, instituiu o Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial – CONEPPIR, órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. O CONEPPIR tem por finalidade propor e acompanhar, no âmbito estadual, a implementação de Políticas de Promoção de Igualdade Racial com ênfase na população negra, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas (Pará, 2008), em atenção às previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010).

#### Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI-PA)

Pelo Decreto nº 93 de 9 de maio de 2019, o Governo do Estado do Pará regulamentou, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), o Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI-PA), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, responsável pelo acompanhamento das políticas públicas voltadas aos indígenas do Estado do Pará, representando desta forma uma conquista histórica ao povo indígena.

Os povos indígenas historicamente são ameaçados em seus direitos fundamentais, sofrendo os mais diversos tipos de violência e desrespeito em sua dignidade. Desta forma, o CONSEPI/PA configura-se como importante mecanismo de defesa, garantia e controle de políticas públicas voltadas ao povo indígena, e que respeitem à sua diversidade étnica e cultural.

Em novembro de 2019, pelo Decreto Nº 8, de 08/11/2019, fica nomeado, para o mandato de 2 (dois) anos, a composição do CONSEPI/PA, sendo indicado os representantes do poder público, da sociedade civil e organizações indígenas. Após processo de nomeação da composição do CONSEPI/PA, o Programa Raízes, por meio da sua Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas- GPDPI, elaborou proposta de Plano de Ação, exercício/2020.

#### PRINCIPAIS DESTAQUES 2019

Eventos apoiados e/ou realizados	Quantidade	Resultados
Reuniões Internas e externas	91	Entrega de 10 cheques Moradias – Sejudh + Cohab
Palestras	13	Emissão de 350 RGs
Roda de conversas	6	Encaminhamento de 50 pessoas para 2º via da certidão de nascimento
Oficinas	1	Encaminhamento de 50 pessoas para o CRAS – CAD ÚNICO.
Seminários	04	Encaminhamento de 50 pessoas para o CRAS – NIS
Eventos apoiados	10	Emissão de 80 RGs e 40 CTPS.
Visitas Institucionais	21	Articulação e intersectorialidade
Cortejos, Marchas e Concursos.	4	Incentivo a cultura
Oficinas do Juventude Protagonista- TerPaz Marituba.	5	70 beneficiados
Oficinas do Juventude Protagonista-TerPaz Ananindeua.	9	117 beneficiados
Oficina na Feira do Livro de Marituba	1	34
Oficina Consciência Negra	5	Articulação e intersectorialidade com a sociedade civil
Encaminhamento para o setor de Cidadania-SEJUDH de fevereiro a agosto 2019 – emissão de documentos	---	196
<b>TOTAL DE SERVIÇO</b>	<b>170</b>	<b>1047</b>

Fonte: Relatório de Gestão do Programa Raízes/2019

Considerando os objetivos e as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA do ano de 2019, o Programa Raízes e suas Gerências de Promoção à Igualdade Racial, Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas e a Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, apresentaram como principais ações e resultados:

### ACÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO



Imagem 1

Imagem 2

Imagens 1 e 2: Marcha ao Dia da Libertação dos Escravos e Não ao Racismo e a Intolerância Religiosa ao tributo a Tata Kinamboji/ Fonte: SEJUDH/Programa Raízes.



Imagem3

Imagem 3: Apoio à III Caminhada Afro Religiosa, no Distrito de Mosqueiro. Fonte: SEJUDH/Programa Raízes/2019.

## ACÇÕES DE APOIO A EVENTOS ÉTNICORACIAL E FORTALECIMENTO DA CULTURA NEGRA



Imagem 1: Concurso Estadual Beleza Negra . Fonte: SEJUDH/Programa Raízes/2019

Imagem 2: Concurso Estadual Beleza Negra. Fonte: SEJUDH/Programa Raízes/2019

Imagens 1 e 2: Ação alusiva ao Dia da Consciência Negra, em parceria com Ministério Público. Fonte: SEJUDH/Programa Raízes/2019

## ACÇÕES DE CIDADANIA DE EMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO VOLTADAS AOS POVOS TRADICIONAIS



**Imagens 1 e 2:** Ação Cidadania de Emissão de documentação civil à população quilombola do Marajó. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019



**Imagens 2 e 3:** Ação Cidadania de Emissão de documentação civil à população quilombola de Sucurijuquara, em Mosqueiro. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019

## ACÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**Imagem 1**

**Imagem 2**

**Imagens 1 e 2:** Formação e Exposição Fotográfica com o título “Viver e (re) existir em Quilombos do Marajó”- Salvaterra e Soure.

**Fonte:** SEJUDH/RAIZES/2019



**Imagem 3**

**Imagens 3:** Oficina de Redação no território Sucuriçuquara- Mosqueiro

**Fonte:** SEJUDH/RAÍZES/2019



**Imagens 4 e 5:** Oficina Direitos Humanos com Farinha, TerPaz de Nova União-Marituba.

**Fonte:** SEJUDH/RAIZES/2019



**Imagens 6 e 7:** Oficina Direitos Humanos com Farinha, TerPaz Icuí- Ananindeua.

**Fonte:** SEJUDH/RAIZES/2019

## ACÇÕES DE APOIO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS



Imagens 1 e 2 da Reunião do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.  
Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019

## ACÇÕES DE ARTICULAÇÕES



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

Imagem 5

*Imagem 1: Participação em Audiência Pública, ocorrida no município de Moju, visando a articulação da criação e estruturação da Secretaria e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial Municipal de Moju. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019*

*Imagem 2: Participação na reunião do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, que contou com a participação como Presidente do Conselho o Secretário de Segurança do Estado do Pará – SEGUP, Dr. Ualame Machado. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019*

*Imagem 3: Participação em Reunião no Ministério Público do Estado do Pará, que teve como pauta: As Relações Étnico-raciais na educação; Igualdade racial e Intolerância Religiosa e Quilombos. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019*

*Imagem 4 Organização e articulação entre a sociedade civil e o Ministério Público do evento “Discriminação Racial e Religiosa”, que possibilitou o debate da temática com as diversas representações do poder público e sociedade civil. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019*

*Imagem 5: Reunião com representante da COHAB para tratar do benefício habitacional Minha Casa, voltado aos povos tradicionais e originários. Fonte: /SEJUDH/RAIZES/2019.*

## ENTREGUE DO BENEFÍCIO SUA CASA



## **PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROGRAMA RAÍZES 2020**

O Programa Raízes e suas gerências iniciaram o ano 2020 com a elaboração e proposição do Planejamento Estratégico de suas ações, com foco no apoio as ações e projetos voltados ao fortalecimento das demandas étnico e racial, visando a promoção, proteção e defesa dos direitos sociais das populações quilombolas, indígenas e negras do Estado.

Conforme informações públicas dos meios de comunicação, em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou situação de Pandemia do novo coronavírus (COVID 19), por estar distribuída geograficamente por todo o mundo, porém este vírus apresentou-se com potencial extremamente contagioso e letal, expandindo rapidamente para todo mundo, mesmo diante de medidas sanitárias adotadas pelas autoridades competentes, como a medida de distanciamento social, vista por muitos estudiosos como a forma mais efetiva de controle da expansão da doença.

No Brasil, o primeiro caso notificado oficialmente foi em 26/02/2020, no Estado de São Paulo, e desde então o país tem registrados números alarmantes da doença, sendo considerado pelos Organismos Internacionais como um dos mais afetados no mundo, destacando-se como um dos países com maior número de casos confirmados de Covid 19, de acordo com relatórios epidemiológicos das autoridades da vigilância sanitária.

No Estado do Pará, as medidas de enfrentamento a pandemia começaram a serem adotadas pelo Governo do Estado em 16/03/2020, a partir do Decreto Nº 609/2020, e seguindo estas normativas a SEJUDH também adotou suas medidas de enfrentamento a pandemia, tendo que suspender suas atividades presenciais e utilizando-se de trabalho remoto, seguindo as normativas governamentais, que indicavam o bandeiramento a ser seguido pelos órgãos estaduais e municipais.

Durante o exercício de 2020 o Programa Raízes procurou seguir as normas de biosegurança sanitária estabelecidas no Estado. Todavia, por ter como público prioritário de suas ações os povos tradicionais e originários, que historicamente sempre foram excluídos de seus direitos fundamentais, e no contexto da pandemia, se tornaram ainda mais vulneráveis, fez-se necessário criar-se estratégias de intervenção do Estado de forma imediata e efetiva para atender as necessidades básicas dessas populações.

Neste sentido, considerando que as medidas estabelecidas de isolamento social e lockdown decretadas inviabilizavam a continuidade de ações de apoio étnico e racial para o ano

de 2020, e considerando ainda a condição de extrema vulnerabilidade social das populações quilombolas, indígenas e negra na pandemia, que o Programa Raízes, em diálogo com representações da sociedade civil, propôs enquanto medida emergencial de atenção a esses segmentos sociais o TERMO DE REFERÊNCIA 003/2020 PROGRAMA RAÍZES/SEJUDH, que trata da compra de cestas básicas contendo gêneros alimentícios não perecíveis, materiais de higiene pessoal e limpeza, com os recursos da coordenadoria do Programa Raízes, visando atender de forma EMERGENCIAL as populações quilombolas, indígenas e negras, em alguns municípios atendidos pelas ações do PPA do programa, conforme tabela abaixo:

### Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social

REGIAO DE INTEGRACAO	MUNICIPIO	META PPA ORÇADA	META REALIZADA	% META REALIZADA
Araguaia	Redenção	1	0	0
Araguaia	São Félix do Xingu	1	2	200
	<b>Total Araguaia</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>150</b>
Baixo Amazonas	Alenquer	0	0	0
Baixo Amazonas	Juruti	1	0	0
Baixo Amazonas	Óbidos	0	0	0
Baixo Amazonas	Santarém	1	0	0
	<b>Total Baixo Amazonas</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Carajas	Marabá	1	0	0
Carajas	Parauapebas	0	0	0
	<b>Total Carajas</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Guajara	Ananindeua	2	4	200
Guajara	Belém	4	3	75
	<b>Total Guajara</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>117</b>
Guama	Castanhal	1	1	100
Guama	Colares	1	0	0
Guama	Santa Izabel do Pará	0	0	0
	<b>Total Guama</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>50</b>
Lago de Tucurui	Breu Branco	1	0	0
Lago de Tucurui	Novo Repartimento	0	0	0
Lago de Tucurui	Tucuruí	1	0	0
	<b>Total Lago de Tucurui</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Marajo	Breves	1	0	0
Marajo	Currálinho	0	0	0
Marajo	Gurupa	0	0	0
Marajo	Portel	0	0	0
Marajo	Salvaterra	1	0	0
	<b>Total Marajo</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Rio Caete	Bragança	2	0	0
Rio Caete	Santa Luzia do Pará	1	1	100
Rio Caete	Traquateua	0	0	0
Rio Caete	Viseu	0	0	0
	<b>Total Rio Caete</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>33</b>
Rio Capim	Capitão Poço	1	0	0
Rio Capim	Concórdia do Pará	0	0	0
Rio Capim	Paragominas	1	0	0
Rio Capim	Tomé-Açu	0	0	0
	<b>Total Rio Capim</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Tapajos	Itaituba	1	1	100
Tapajos	Jacareacanga	0	0	0
	<b>Total Tapajos</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100</b>
Tocantins	Abaetetuba	1	0	0
Tocantins	Acará	0	0	0
Tocantins	Baião	0	0	0

## PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROGRAMA RAÍZES EM 2021

### AÇÕES DE APOIO A EVENTOS ÉTNICO RACIAL



Imagens da Campanha "Verão Pai D'Égua - Sem Droga Nenhuma", ocorrida no Distrito de Mosqueiro e no quilombo de Sucurijuquara-Belém, Julho de .2021-Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021



Imagens da I Fórum: Os Desafios e Conquistas dos Povos Tradicionais no município de Tomé-Açú, ocorrido no período de 19 a 25 de agosto de 2021. Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021



Imagens do I Encontro do Povo Tenetehar – Tembé e Guajajara-, ocorrido na aldeia São Pedro, período de 05 a 10.08.2021, em CapitãoPoço.

Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021



Imagens do Acampamento Luta Pela Vida dos Povos Indígenas, ocorrido no período de 21 a 24/08/2021, em Brasília.  
Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021.



Imagens do 2ª Marcha das Mulheres Indígenas: Reflorestando Mentes para Cura da Terra, ocorrida no período de 07 a 11.09.2021, em Brasília. Fonte: SEJUDH/RAÍZES/2021.



Imagens de Apoio a evento étnico e racial sobre “Direitos humanos e políticas públicas” na comunidade quilombola Oxalá de Jacunday em Moju. .  
Fonte: SEJUDH/RAÍZES/2021



*Imagem de participação de Gerência dos Direitos Quilombolas em atividade formativa sobre os direitos quilombolas, ocorrido no dia 29.09.2021, no município de Baião. SEJUDH/PROGRAMA RAÍZES/2021.*

## ACÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3

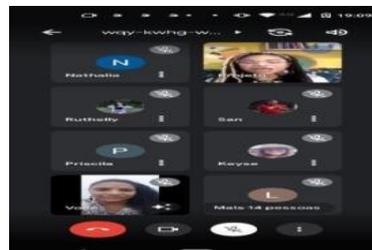


Imagem4

Imagens 5/6

Imagem 7

*Imagem 1: Formação em Igualdade Racial/ Ação Caravana Cidadania e Direitos Humanos – Ananindeua - Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.*

*Imagem 2: Formação em Igualdade Racial/ Ação Caravana Cidadania e Direitos Humanos- Belém. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.*

*Imagem 3: “Envelhecimento da Mulher Lésbicas, com recort racial”, na abertura do III ENCONTRO DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DE MARITUBA- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.*

*Imagem 4: Roda de Diálogos com a Mulheres Indígenas, ocorrida no dia 08.08.21, no I Encontro do Povo Tenetehar – Tembê e Guajajara- município de Capitão Poço - Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.*

*Imagem 4 e 5: Roda de conversa e lançamento da Campanha Nacional capoeiranas escolas, ocorrida no dia 13.08.2021 Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.*

*7: Participação da Gerência Quilombola em Live sobre a educação quilombola no município de Tomé-Açu. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021*

## ACÇÕES DE APOIO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS



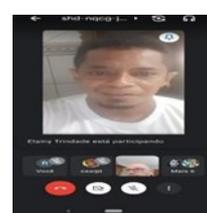


*Imagens da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará- CONSEPI/PA, ocorrida em Santarém, nos dias 16 e 17.06.2021 Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021*



*Imagens da Reunião do Conselho Estadual de Promoção da Política da Igualdade Racial do Estado do Pará- CONSEPI/PA, ocorrida no prédio sede da SEJUDH, em Belém, no dia 18.08.2021 Fonte: SEJUDH / RAIZES - 2021*

## AÇÕES DE ARTICULAÇÃO







Sistema Imagens 1: Reunião com representantes da Coordenação de Saúde Indígena e Populações Tradicionais – CESIPT/SESPA, em 06.05.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes.

Imagens 2: Reunião online- Programa Raízes - CESIPT/SESPA e Promotoria de Justiça do município de Moju, em 07.05.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 3: Reunião com Raízes - CESIPT/SESPA, Secretaria Municipal de Saúde de MOJU e a GPQ/SEJUDH, em 11.05.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 4: magens4: Reunião com Raízes, CESIPT/SESPA, Secretaria Municipal de Saúde de Acará e a GPQ/SEJUDH., em 11.05.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 5: Participação em Audiência Pública no Fórum de Moju, em 12.05.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 6: Reunião com a Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial- SNPPIR, online, em 17.05.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 7: Participação Gerência Indígena em reunião online do Conselho Estadual da Juventude – CONJOVE, em 17/05/21. Fonte: Acervo do Programa Raízes.

Imagem 8: Reunião com ASCONQ de Castanhal e outros. Online, em 21.05.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 9: Gerência Quilombola na articulação da vacinação do seguimento quilombola em Belém, em 26.05.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 10: Participação Gerência Indígena em Poda da Oé Kayapo, em 27.05.21, em Ourilândia do Norte. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 11: Reunião com representante da Mocambo, ocorrida no dia 16.06.21, no Programa Raízes. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 12: Reunião com representante da MALUNGU, ocorrida no dia 17.06.21, no Programa Raízes. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 13: Reunião com o Pai Naldo representante do Instituto Afrobrasileiro Imaculada Conceição (AIBIC), ocorrida no dia 17.06.21, no Programa Raízes- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 14/15: Reunião com Governador do Estado, visando a articulação e construção de políticas públicas para os povos indígenas do Estado, ocorrida no dia 24.06.2021. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 16: Reunião online com MALUNGU, CESIPT/SESPA, RAÍZES/SEJUDH. Pauta: vacinação quilombola no município do Acará, ocorrida no dia 01.07.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 17: Reunião com Curro velho e Lideranças da Vila da Barca, visando alinhar organização de ação alusiva ao Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, no dia 08.07.2021- -Belém. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 18: Reunião de articulação, no dia 17.07.21, com Cohab, visando garantir benefício habitacional Minha Casa ao seguimento indígena do Alto Rio Guamá/ Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 19: Articulação no município de Parauapebas, no período de 8 a 13.07.21 com as pautas; 1-Estratégias de defesa do território Pontos de vigilância • Possibilidade de cerca ao redor da TIARG (Terra Indígena Alto Rio Guamá) • Reforçar a organização e convite para o I Encontro Tenetehara que acontecerá em Agosto deste ano na aldeia São Pedro Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 21: Reunião com representante Reunião com o Representante da comunidade remanescente de quilombo oxalá de JACUNDAY, ocorrida no dia 12.07.21, no Programa Raízes. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 22: Reunião online com a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida no dia 20.07.2021- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 23: Visita Institucional ao município de Tomé Açu- ocorrida no período de 03 a 05.08.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 24: Visita Institucional ao território quilombola de Jambuaçu, no município de Moju- com o objetivo de realizar visita às escolas quilombolas do território- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 25: Reunião Online com o Ministério Público e movimentos sociais, ocorrida no dia 31.08.21.. Pauta: Criação do Grupo de Trabalho Étnico Racial do Ministério Público. . Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 26: Reunião com as representantes da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará – SESPA, ocorrida no dia 21.09.21, Pauta: Programação da Consciência Negra Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 27: Reunião com as representantes da Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial- SINAPIR, ocorrida no dia 28.09.21-Belém/Pa.

Imagem 28: Participação da GEPIR em Reunião com a SECULT, ocorrida no dia 29.09.21. Pauta: Programação da Consciência Negra Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 29: Reunião com a juventude indígena Tembê, ocorrida em 05.10.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes/202

Imagem 30: Reunião de alinhamento entre os setores da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) para Ação do Programa Raízes: Ação alusiva ao dia da Consciência Negra, Ocorrida em 05.10.21. Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagens 31/32: Reunião de alinhamento entre representações do movimento social negro para Ação do Programa Raízes: Ação alusiva ao dia da Consciência Negra: Novembro da Resistência Negra: Resistir para Existir. Ocorrida em 08.10.21- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 33: Construção do Plano de Segurança de POTMAS junto a SEGUP, ocorrido no dia 21.10.2021- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

Imagem 34: I Encontro Metropolitano de POTMAS do Pará, ocorrido no dia 22.10.2021- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021

Imagem 35: Participação da Gerência dos Povos indígenas no Fórum de Sociobiodiversidade, Ocorrida em 19.10.2021- Fonte: Acervo do Programa Raízes/2021.

## O QUE FIZEMOS EM 2021 NO PROGRAMA RAÍZES

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas pela Coordenadoria do Programa Raízes e suas gerências, no período de janeiro a outubro de 2021, enquanto exigência de prestação contas a população quanto as ações executadas e seus respectivos resultados face os objetivos e metas traçadas em ações programáticas das políticas sociais voltadas à sociedade paraense, distribuídas administrativamente e territorialmente em Regiões de Integração e seus respectivos municípios do Estado do Pará. No caso específico do Programa Raízes, as ações e serviços são ofertados as populações quilombolas, indígenas e negros, seguimentos prioritários de sua atuação.

As atividades estão descritas neste relatório, seguindo as ações prioritárias estabelecidas enquanto metas do Plano Plurianual do Estado e sua respectiva dotação orçamentária, exercício 2021. Ações prioritárias do Programa Raízes: 1) Ações de Apoio a Evento de Promoção Étnico Racial (Produto: Evento Apoiado); 2) Capacitação em Direitos Humanos (Produto: Pessoas Capacitadas); Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil (Produto): Conselho Apoiado e 4) Ações de Articulação com instituições públicas, privadas e sociedade civil.

Durante todo o primeiro semestre de 2021 as ações do Programa Raízes e suas gerências ainda foram desenvolvidas com muitas limitações, pois além da permanência do

cenário pandêmico, que dificultava as ações voltadas aos povos tradicionais e originários, ainda existia a negativa destes seguimentos de acesso aos seus territórios, mantendo-se isolados, criando inclusive barreiras sanitárias, e somente autorizando a entrada nas aldeias e quilombos de serviços essenciais, como alimentação, medicação e assistência médica.

Diante desse panorama, ainda se faz necessário considerar a especificidade do trabalho desenvolvido a esses seguimentos, visto sua extrema vulnerabilidade e risco de contágio e disseminação da covid-19, havendo ainda a necessidade que se observe as normativas, que tratam do enfrentamento da covid-19 dentro dos territórios indígenas e quilombolas, que no primeiro semestre ainda não haviam sido vacinados, fato este que também foi uma luta deste seguimento para que se fizesse cumprir esse direito.

No do Pará, o Governo do Estado, paulatinamente foi flexibilizando as atividades, conforme os indicativos de melhora do controle da pandemia vinha estabilidade, principalmente pelo avanço da vacinação da população. O trabalho remoto foi o principal componente viabilizador das ações do Programa Raízes, quando possível, pois o acesso digital dos territórios quilombolas e indígenas ainda é muito restrito. Conforme a flexibilização de atividades coletivas pelas autoridades sanitárias competentes ocorriam, foi possível colocar em prática as ações planejadas pelo programa e suas gerências. Segue as ações realizadas pela Coordenadoria do Programa Raízes e da Gerência de Promoção à Igualdade Racial, Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas e a Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas:

#### **Ações de Apoio a Evento de Promoção Étnico Racial:**

A ação de Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial, dentre as ações executadas pelo Programa Raízes e suas gerências, configura-se como ação focal e prioritária do Programa e gerências. No período retrato nesse relatório foram apoiadas as seguintes ações de promoção étnico e racial:

REGIAO DE INTEGRACAO	MUNICIPIO	META PPA ORÇADA	META REALIZADA	% META REALIZADA
Araguaia	São Félix do Xingu	1	0	
	<b>Total Araguaia</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
Baixo Amazonas	Alenquer	1	0	-
Baixo Amazonas	Óbidos	1	0	-
Baixo Amazonas	Santarém	1	0	-

	<b>Total Baixo Amazonas</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	
Carajás	Parauapebas	1	0	-
	<b>Total Carajás</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
Guajará	Ananindeua	2	1	50
Guajará	Belém	4	6	150
	<b>Total Guajará</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	
Guamá	Santa Izabel do Pará	1	0	-
	<b>Total Guamá</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
Lago de Tucuruí	Novo Repartimento	1	0	-
Lago de Tucuruí	Tucuruí	1	0	-
	<b>Total Lago de Tucuruí</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	
Marajó	Curralinho	1	0	-
Marajó	Gurupá	1	0	-
Marajó	Portel	1	0	-
	<b>Total Marajó</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	
Rio Caeté	Trauateua	1	0	-
Rio Caeté	Viseu	1	0	-
	<b>Total Rio Caeté</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	
Rio Capim	Capitão Poço	-	1	-
Rio Capim	Bujaru	-	1	-
Rio Capim	Concórdia do Pará	1	0	-
Rio Capim	Tomé-Açu	1	1	100
	<b>Total Rio Capim</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	
Tapajós	Jacareacanga	1	0	-
	<b>Total Tapajós</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
Tocantins	Baião	1	1	100
Tocantins	Moju	1	1	100
	<b>Total Tocantins</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	
Xingu	Medicilândia	1	0	0
	<b>Total Xingu</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
	<b>TOTAL DE ATENDIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>48%</b>

Fonte: Relatório de Metas Físicas-Anual –Referência:PPA2020-20023, exercício 2021- SEPLAN.

### Descrição das Ações de Apoio a Evento de Promoção Étnico Racial:

AÇÃO	BENEFICIADAS	REGIÃO	MUNICÍPIO	IMPACTO
I Encontro Tenetehar: Tembé -Guajajara	267 Indígenas	Rio Capim	Capitão Poço	Fortalecimento da cultura e vida do Povo Tenetehar: Tembé – Guajajara.
Acampamento Luta pela Vida dos Povos Indígenas,	Indígenas	Guajará	Belém	Fortalecimento da luta indígena

				no país, principalmente pelo direito de existir dos povos indígenas e seus territórios.
2ª Marcha das Mulheres Indígenas – Reflorestando Mentes para Cura da Terra	Indígenas	Guajará	Belém	Fortalecimento da luta da mulher indígena no país acontra a prática de violência de gênero, principalmente contra os corpos das mulheres indígenas.
I Fórum: Os Desafios e Conquistas dos Povos Tradicionais no município de Tomé-Açú	100 quilombolas	Rio Capim	Tomé - Açú	Fortalecimento da educação quilombola no município de Tomé- Açú.
Apoio a evento que discutia os direitos da população quilombola.	100 quilombolas	Tocantins	Baião	Reconhecimento dos direitos da população quilombola.
Apoio a evento étnico e racial sobre “Direitos humanos e políticas públicas” na comunidade quilombola Oxalá de Jacunday em Moju.	100 quilombolas	Tocantins	Mojú	Reconhecimento dos direitos da população quilombola.
Campanha “Verão Pai D’égua- Sem Droga Nenhuma” no Território Quilombola de Sucurijuquara- Distrito de Mosqueiro	100 quilombolas	Guajará	Belém	Evento étnico racial apoiado.

*Fonte: SEJUDH / RAÍZES 2021*

Buscou-se ao longo do ano ainda, construir um diálogo pautado na construção de políticas públicas voltadas para a população negra, indígena e quilombola, seja através de apoio a eventos étnico-racial realizados pelos movimentos sociais no Estado do Pará, seja com a realização de capacitação em direitos humanos. Tais ações foram realizadas junto aos movimentos sociais indígena e quilombola, líderes locais de religiões de matriz africana, dando voz aos que ao longo de séculos foram silenciados e empoderando-os.

Quanto a aplicabilidade do recurso, conforme previsão orçamentária voltada as Ações de Apoio a Evento de Promoção Étnico Racial para o exercício de 2021, estava previsto o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). De janeiro a outubro de 2021, período de descrição deste relatório, já foram aplicados o valor de R\$ 36.321,11, de acordo com dados do relatório do Sistema Integrado de Planejamento-SIGPLAN-SEPLAD. Ainda temos metas estabelecida para o Programa Raízes, que estão previstas a serem executadas até o período final desse exercício de 2021.

### **Capacitação em Direitos Humanos:**

A Ação de Capacitação em Direitos Humanos demonstra sua relevância por estar

diretamente relacionada com a missão institucional da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos-SEJUDH do Estado do Pará. Para o Programa Raízes esta ação ganha uma denotação ainda mais importante por possibilitar uma aproximação de representações sociais, que possuem toda uma especificidade, que precisa ser conhecida e dialogada com toda a população paraense. Dentre as principais ações de capacitação realizadas estão:

<b>AÇÃO</b>	<b>BENEFICIADAS</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Formação em Igualdade Racial em Ação de Cidadania e Direitos Humanos da SEJUDH.	População Negra	Região Guajará	Ananindeua
Formação em Igualdade Racial em Ação de Cidadania e Direitos Humanos da SEJUDH.	População Negra	Região Guajará	Belém
Roda de Diálogos com a Mulheres Indígenas	41 mulheres indígenas capacitadas	Região do Capim	Capitão Poço
Live: Roda de conversa e lançamento da Campanha Nacional capoeira nas escolas.	Mestres de capoeira e população em geral	Região do Capim	Tomé-Açu
Live sobre a educação quilombola no município de Tomé-Açu.	Lideranças quilombolas e rede municipal de educação do município de Tomé- Açu	Região Guajará	Belém
“Envelhecimento da Mulher Lésbicas, com recorte racial”, na abertura do III ENCONTRO DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DE MARITUBA	Mulheres lésbicas e bissexuais	Região Guajará	Marituba

#### Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil

O Programa Raízes tem vinculado a sua estrutura organizacional dois conselhos representativos da sociedade civil: O Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI-PA), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, responsável pelo acompanhamento das Políticas Públicas voltadas aos indígenas do Estado do Pará (Decreto nº 93/2019), e o Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial –

CONEPPIR, órgão colegiado de caráter consultivo, com a finalidade de propor e acompanhar, no âmbito estadual, a implementação de políticas de promoção de igualdade racial, com ênfase na população negra (Decreto Nº 1.403/2008).

Durante o exercício de 2021 o CONSEPI/PA teve a sua Segunda Reunião Ordinária, ocorrida no período de 16 a 17/06/2021, no município de Santarém, região do Baixo Amazonas. Esta reunião contou com o apoio do Programa Raízes e sua Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, que conforme dados a seguir demonstram o alcance da meta estabelecida em nosso planejamento:

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	META ORÇADA 2021	QUANT. REALIZADA.	INFORMAÇÕES QUALITATIVAS
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Apoio aos Conselhos representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado (Un)	Baixo Amazonas	Santarém	1	1	2º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará- CONSEPI/PA, ocorrida na Aldeia Borari - Alter do Chão.

Fonte: SEJUDH / RAÍZES 2021

Quanto a atuação do CONEPPIR, após três anos sem atividade efetiva, no dia de 18/08/2021, no prédio sede da SEJUDH, em Belém, ocorrerá reunião de alinhamento e criação de grupo de trabalho desse Conselho com objetivo de retomar as suas atividades, com foco no processo eleitoral da sociedade civil organizada, contando com a participação de 16 representações, dentre o poder público e sociedade civil. A reunião foi conduzida pela Gerência de Promoção da Igualdade Racial e também alcançou meta estabelecida no planejamento da gerência:

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	META ORÇADA 2021	QUANT. REALIZ.	INFORMAÇÕES QUALITATIVAS
Cidadania, Justiça Humanos	Apoio aos Conselhos representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado (Un)	Baixo Guajará	Belém	1	1	A reunião do CONEPPIR teve como objetivo retomar as atividades do conselho, com foco no processo eleitoral da sociedade civil organizada, contando com a participação de 16 representações, dentre o poder público e sociedade civil.

Fonte: SEJUDH / RAIZES 2021

Os conselhos CONSEPI/PA e CONEPPIR buscam ser ferramenta para o fim da desigualdade racial, além de ser usado no combate à desigualdade religiosa e social. Tem ainda, a responsabilidade de discutir as políticas públicas que atingem os povos tradicionais e originários do Estado do Pará, seguimentos historicamente excluídos dos seus direitos fundamentais. Assim sendo, é instrumento fundamental para proteção, fortalecimento e visibilidade destes seguimentos.

Desta forma, faz-se necessário cada vez mais o fortalecimento dos conselhos CONEPPIR e CONSEPI/PA, priorizando investimentos financeiros voltados a sua capacitação e interiorização de sua atuação nos municípios do Estado, tendo em vista a garantia do seu papel constitucional de atuar na formulação, fiscalização, promoção e defesa das políticas públicas, principalmente por ainda estarmos no momento de pandemia em que os povos tradicionais e originários apresentam-se como grupos de extrema vulnerabilidade social.

### **Ações de Articulação**

Durante o período compreendido de execução desse relatório, as ações de articulação realizadas pela Coordenadoria do Programa Raízes e pela Gerência de Promoção à Igualdade Racial, Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas e a Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas tem sido de fundamental importância para que os povos tradicionais e originários possam ter seus direitos fundamentais assegurados, considerando o histórico de violações sofridas por essas populações. Neste sentido, a necessidade de dialogar e debater diretamente com esses seguimentos tem sido uma estratégia do programa, visto a urgência em se pensar políticas públicas, que realmente atendam as reais necessidades dessas pessoas. No item “Destaques 2021” estão listadas e apresentadas várias atividades de articulação realizadas pelo Programa Raízes, com representações da sociedade civil e poder público, que acabaram fortalecendo a atuação do programa.

Assim sendo, pode-se dizer, que ações ocorridas nos municípios de Moju e Acará,

diante da dificuldade de assegurar o processo de vacinação dentro dos territórios quilombolas foi de suma importância para que este direito fosse efetivado, considerando a articulação e o diálogo estabelecido com o executivo local dessas cidades, Ministério Público e representações do Estado, como o Programa Raízes e sua Gerência de Promoção dos Direitos Quilombolas.

Outra ação resultante da articulação do Programa Raízes, por meio da Gerência de Promoção da Igualdade Racial foi a adesão do Estado do Pará no mês de fevereiro de 2021 ao Sistema Nacional de Igualdade Racial (SINAPIR) que está ligado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, trouxe uma nova ferramenta no combate antirracista e na luta a favor da igualdade racial. O SINAPIR busca atingir os 54% da população que se declara negra no país, sendo que no Pará, esse percentual sobe para 76% de acordo com o IBGE.

Buscando a implementação da lei 10.639/1996 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, articulações foram realizadas ao longo do ano para a efetivação deste marco legal.

Outra articulação importante do programa se deu por meio da Gerência de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas, que em articulação com a Companhia de Habitação do Estado do Pará- COHAB conseguiu beneficiar 112 famílias indígenas com o programa habitacional "Sua Casa" entregue durante o I Encontro do Povo Tenetehar – Tembé e Guajajara, ocorrido na aldeia São Pedro, período de 05 a 10.08.2021, município de Capitão Poço, pelo excelentíssimo Governador do Estado do Pará, Sr. Helder Barbalho.

Desde de 2019 a gestão da SEJUDH, através do Programa Raízes, vem buscando articular junto a FORD Foundation a retomada do processo firmada entre estas duas instituições com a finalidade de ser aplicado na confecção do Atlas Quilombola do Estado do Pará, porém o mesmo não foi confeccionado até o momento, visto que o material base encontra-se em inconformidade com as 105 comunidades pesquisadas e não apresenta o resultado proposto no plano de trabalho, tendo apenas um produto síntese que é frágil metodologicamente e que pode acarretar danos aos envolvidos, FORD Foundation, MALUNGU, SEJUDH e sociedade civil em geral. Durante o ano de 2020, por questão da pandemia e trocas de gestor do programa não fora possível prosseguir com o andamento do processo, e em 2021, por questões administrativas internas da SEJUDH, ainda está em processo de análise do termo de contrato, que deverá passar por atualização.

Outro resultado significativo das articulações do Programa Raízes nesse ano, tem sido a articulação com a ONU Mulheres, que tem como proposta a implantação do Projeto “Direitos Humanos das Mulheres Indígenas e Quilombolas: uma questão de governança”, com o objetivo de trabalhar o empoderamento feminino dessas mulheres, e facilitar a inclusão e participação significativa de mulheres indígenas e quilombolas na formulação de políticas públicas, com vista a eliminação da discriminação e desigualdades de gênero, raça e etnia.

### **O QUE O PROGRAMA RAÍZES IRÁ FAZER EM 2022:**

Percebeu-se que a proposta inicial discutida do PPA para o Programa Raízes não atendia a especificidade das populações indígenas e quilombolas em sua integralidade, pois os municípios ora indicados enquanto metas a serem alcançadas, nos exercícios de 2019 – 2020, não atendia a essas populações em sua localização territorial, já que as ações por vezes ocorriam em municípios onde não há territórios indígenas ou quilombolas, o quê consequente traz sérios prejuízos a essa população, considerando que a partir desta dinâmica essas pessoas deixavam de serem atendidas por ações e serviço ofertados pelo programa. A partir de revisão do PPA 2022-2023, ocorrida neste ano de 2021 foi possível corrigir essa discrepância fazendo uma redistribuição e adequação aos municípios e regiões de integração onde se concentram territórios quilombolas e indígenas, além de interiorizar as ações do programa e suas gerências.

Em acordo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, e considerando a meta do Programa Raízes de Redução da Desigualdade Social, que como objetivo empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Nesta perspectiva, as ações prioritárias estabelecidas para o exercício de 2022 do Programa Raízes tem como foco de intervenções ações que possam contribuir com a redução das desigualdades sociais e raciais. Para tanto, se dará prioridade a ações de enfrentamento a discriminação racial, enquanto uma estratégia contra o Racismo Estrutural imposto na sociedade, fato este que contribui consideravelmente para o processo de exclusão social, cultural, econômica e política dos povos tradicionais e originários no Estado do Pará.

Igualmente, faz-se necessário investir na atuação do SINAPPIR junto as prefeituras municipais do Estado do Pará, Investir no diálogo e articulação com os órgãos federais e

estaduais para tratar da temática Quilombola, bem como, Indígena que precisa ser tirada da invisibilidade, pois são populações originárias e que possuem direitos resguardados na Constituição Federal de 1988 e precisam que sejam tirados do papel, a fim de que se altere a relação entre Estado e populações Tradicionais.

### **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA:**

Ao avaliar o desempenho do Programa Raízes e suas gerências no exercício de 2021 faz-se necessário considerar aspectos relevantes que possivelmente impactaram diretamente na execução de suas metas, resultados e desenvolvimento. Segue as questões dificultadoras:

O ano de 2021 adentrou uma realidade que expôs o Brasil ao aumento de diversas dificuldades, e dentro da sociedade brasileira, os povos tradicionais e originários foram o mais afetados. Crise sanitária, desemprego e aumento dos valores de itens básicos para a sobrevivência são as particularidades negativas num contexto de pandemia. Desta forma, pode-se considerar que o cenário pandêmico ainda é um importante aspecto a ser considerando quando pensamos em prejuízos do trabalho desenvolvido pelo Programa Raízes, que lida com público muito específico, que requer todo o cuidado, atenção e respeito ao pensar intervenções sociais nos contextos de seus territórios, condição de sua existência e ancestralidade.

➤ Déficit do quadro de pessoal do Programa Raízes, que conta atualmente com: 01 Coordenador, 03 gerentes, 01 Técnica em Direitos Humanos e Cidadania, com formação em Serviço Social e 01 agente administrativo, estes dois do quadro efetivo da SEJUDH, e 01 estagiaria bolsista e 02 de supervisão. Tal déficit limitam o trabalho a ser desenvolvido em todo o Estado pelo Programa.

➤ Ressaltamos que os recursos financeiros diminutos do Programa Raízes e sua aplicação aquém do que poderia e deveria, dificultou muitas ações no interior do estado, bem como impossibilitou o maior número de atendimentos, principalmente considerando que ainda precisa ser distribuído entre as três gerências com as suas especificidades o montante dos recurso recebidos pelo programa, que não atendem as necessidades do seu público prioritário, povos tradicionais e originários.

➤ Insuficiência de recursos materiais e tecnológico para uso contínuo para as atividades, como: material de expediente e didático, data show, caixa de som, microfones e

Notebook.

➤ Importante destacar nesse documento os três processos de transição ocorridos no cargo de Secretário de Justiça e Direitos Humanos, no período de maio de 2020 a março de 2021, assim como enfatiza-se que o cargo de Coordenador do Programa Raízes ficou em vacância de junho de 2020 a meados de fevereiro de 2021, quando foi nomeação o Sr. Diego Mota para assumir tal cargo. Desta forma, esse processo de alternância dos cargos tem ocasionado, de certa forma, instabilidade e descontinuidade das ações dos setores, e não seria diferente com as ações que estão sob a coordenação direta do Programa Raízes.

Diante das dificuldades apresentadas acima, é possível considerar que o desempenho do Programa Raízes poderia ser mais efetivo se os obstáculos descritos pudessem ser superados a nível institucional. Todavia, mesmo diante das adversidades, o Programa conseguiu alcançar 48% das suas metas de apoio a eventos de promoção étnico-racial, e ainda há ações previstas em planejamento para serem executados até o final do exercício de 2021.

## **5 DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)**

O *Sistema Estadual de Defesa do Consumidor* foi instituído em 25 de agosto de 1987 através do Decreto nº 4946 e regulamentado pelo Decreto nº 5456 de 23 de maio de 1988, instalado oficialmente no dia 25 de agosto de 1988, na cidade de Belém, tendo como órgão central a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e como órgão executivo a Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PA. Através do Decreto nº 5592, de 30 de agosto de 1988, fora delegada à SEJUDH, competência para autuar, aplicar sanções e praticar os demais atos necessários à efetiva proteção ao consumidor, para formar cidadãos consumidores e fornecedores conscientes e capazes de elevar o nível de qualidade de vida a partir da relação consumerista.

Durante o ano de 2021, a SEJUDH, por intermédio do PROCON/PA, desenvolveu sua atividade na defesa do consumidor, através de *ações educativas e preventivas*, fiscalizando, orientando e divulgando os direitos do consumidor na Grande Belém e no interior do Estado. Além dessas ações, o PROCON/PA ao realizar o atendimento pessoal, telefônico e fiscalizatório, também desenvolveu *ações punitivas*, instaurando Processos Administrativos com base no Código de Defesa do Consumidor – Lei 8078/90, de 11 de setembro de 1990 e

Decreto 2181/97, de 23 de março de 1997.

O PROCON/PA ainda tornará público o **CADASTRO DE RECLAMAÇÃO FUNDAMENTADA/2021**, no mês de março de 2022, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021, conforme disposto no art. 44 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, com ampla publicidade, forçando a mudança de comportamento dos fornecedores, no sentido de um melhor atendimento ao consumidor, nas suas relações diretamente, bem como, no âmbito do PROCON/PA.

## **PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2019**

### **Assinatura da Recomendação de Ajustamento de Serviço entre a Defensoria Pública, Ministério Público, Procon e Terminal Rodoviário**



### **Semana Nacional de Educação Financeira.**

Palestra “Organizando as Finanças Pessoais na Terceira Idade” para o Grupo de Idosos da UMS Tavares Bastos.



**Operação de fiscalização na venda de produtos de origem animal em parceria com os órgãos: ADEPARÁ, Polícia Militar, Vigilância Sanitária, PROCON Municipal e Ministério Público, em Marabá/PA.**



**Reunião do Comitê Paraense de Educação Financeira – COPEF, para alinhamento de Pautas, realizada no Ministério Público do Estado do Pará.**



**Ação Dia D em combate à comercialização inadequada de Açaí no município de Cametá, em parceria com a Vigilância Sanitária Municipal, Ministério Público, Secretaria de Agricultura e Polícia Militar.**



## **Reunião Técnica dos PROCONS do Estado do Pará**



**Reuniões com APAIEPA, DIEESE, OAB/PA, MPPA, NUCON/DP e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Pará (SINEPE/PA) sobre Mensalidade Escolar para o ano de 2020 e entrega da respectiva RECOMENDAÇÃO, na Sala de Reuniões do PROCON/PA, em Belém.**



<b>PROCON EM NÚMEROS</b>	
<b>16.003</b>	<b>ATENDIMENTOS AO CONSUMIDOR</b>
<b>1.463</b>	<b>AUDIÊNCIAS REALIZADAS</b>
<b>844</b>	<b>ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS (CAPITAL, REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR)</b>

Fonte: PROCON/PA – 2019

## PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2020

Fiscalização direcionada a Postos de Combustíveis em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica ANP/PROCON/PA;



Ação de fiscalização em conjunto com a Vigilância Sanitária Municipal, em Belém, sobre denúncias de consumidores sobre abate e comercialização de produtos de origem animal sem registro nos órgãos competentes



Ação de Fiscalização em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo – ANS na Região Metropolitana de Belém, sobre a qualidade, bomba, medição e precificação de combustíveis



Reunião com Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará - SINDPOLPA



<b>PROCON EM NÚMEROS</b>	
<b>13.670</b>	<b>ATENDIMENTOS AO CONSUMIDOR</b>
<b>650</b>	<b>AUDIÊNCIAS REALIZADAS</b>
<b>1.600</b>	<b>ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS (CAPITAL, REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR)</b>

Fonte: PROCON/PA – 2020

## PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2021

Reunião com o SINEPE/PA, na SEJUDH, sobre a publicação da Nota Técnica e lista de material escolar.



Fiscalização educativa e treinamento prático com os servidores dos PROCONS Municipais de Castanhal, Marituba e Altamira, na Região Metropolitana de Belém.



Ação de fiscalização na Região Metropolitana – Belém/PA, para verificar a procedência de denúncia realizada por fornecedor de marca de produtos licenciados, juntamente com a DECON – DELEGACIA DO CONSUMIDOR, referente a produtos falsificados.



Ação de fiscalização na área metropolitana para a verificação do envasamento da qualidade das águas pelas empresas do ramo, em parceria com Ministério Público/PA



Ação de Fiscalização em Belém, em parceria com IMETRO-PA, e ANP



Ação de fiscalização em supermercados na área metropolitana em parceria com Ministério Público/PA., para apurar a qualidade dos produtos ofertados, exposição de produtos, a precificação e adequação ao Código de Defesa do Consumidor - Lei n ° 8.078/90 e Lei Estadual n° 7.632/2012.



Ação de Atendimento e Orientação ao Consumidor na Região de Integração Guajará, bairro Cabanagem, no âmbito das Ações do Programa “Territórios pela Paz – Ter Paz”.





Reunião na PRODEPA para tratar sobre Desenvolvimento de Formulário de Cadastro para o Bloqueio de Telemarketing e de um App para abertura de reclamação, conforme Lei nº 9.263/2021



I ENCONTRO DE COORDENADORES DOS PROCONS MUNICIPAIS (2021-2024), com objetivo de instituir um relacionamento técnico que busque um maior intercâmbio de informações entre o PROCON/PA e os PROCONS Municipais.



**AÇÃO DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR**  
integrando a Caravana da Cidadania e Direitos Humanos em municípios das Regiões de Integração do Guamá, Rio Caeté e Rio Capim, em atenção ao cumprimento do PPA 2020-2023 a fim de descentralizar o atendimento do PROCON Sede e garantir o direito do consumidor contido na lei nº 8.078/90.



## **O QUE FIZEMOS EM 2021**

### **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2021**

#### **1.1 - Principais realizações da Coordenação de Fiscalização:**

A Coordenadoria de Fiscalização do PROCON/PA desenvolve atividades de fiscalização nas relações de consumo em Belém, Região Metropolitana e Interior do Estado. Tem como objetivo mostrar à população a presença do Governo do Estado por todo Pará garantindo o direito, bem-estar da sociedade, fiscalizando e atuando, quando necessário, e ainda, disseminar conhecimentos a respeito da lei federal 8.078/90, a fim de formar agentes multiplicadores que promovam a proteção e a defesa dos direitos dos consumidores, com ação como:

## **ATIVIDADES DE ROTINA**

- Fiscalização direcionada à volta as aulas;
- Operação Carnaval;
- Operação Semana Santa;
- Operação Dia das Mães;
- Operação Festa Junina;
- Operação Verão;
- Operação Dias dos Pais;
- Operação voltada para o dia das crianças e círio de Nazaré;
- Operação dia de finados;
- Início de ações voltadas para as datas comemorativas de Natal e Ano Novo;

## **ATIVIDADES OPERACIONAIS E DIRECIONADAS**

- Ação de Fiscalização em parceria com MPPA;
- Visitas Técnicas a PROCONS Municipais;
- Ações de Fiscalização em parceria com PROCONS Municipais;
- Ações de Fiscalizações com a DECON – Combate à pirataria;
- Treinamento e capacitação de Fiscalização a PROCONS Municipais;
- Operação Petróleo Real – SENACON;
- Fiscalização direcionada às envasadoras de água mineral e adicionada de sais;
- Ação de combate às praticas abusivas – Covid-19.

### **1. 1.2 - Principais realizações da Coordenação de Orientação ao Consumidor**

#### **1.2.1 – Gerência de Atendimento**

Estadística de Atendimento ao Consumidor – 2021

MESES	ATENDIMENTOS	RECLAMAÇÕES	TOTAL
JANEIRO	973	77	<b>1.050</b>
FEVEREIRO	656	67	<b>723</b>
MARÇO	590	12	<b>602</b>
ABRIL	593	27	<b>620</b>
MAIO	1.118	51	<b>1.169</b>
JUNHO	1.231	65	<b>1.296</b>
JULHO	695	71	<b>766</b>
AGOSTO	1.332	64	<b>1.396</b>
SETEMBRO	1.287	141	<b>1.428</b>
OUTUBRO	1.153	135	<b>1.288</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.628</b>	<b>710</b>	<b>10.338</b>

Fonte: PROCON/PA – 2021

Durante os meses de **janeiro a outubro** foram atendidos, no PROCON/PA, **9.628** consumidores na sede e unidades de atendimento: Estação Cidadania Grão Pará, Polo Ananindeua, Polo Capanema, Polo Marabá, Polo Marituba, Polo Santarém e Fiscalização.

**Gerência de Conciliação:**

Estadística de Audiências – 2021

MESES	AUDIÊNCIAS REALIZADAS					TOTAL
	SEM RESULTADO	COM ACORDO	ACORDO HOMOLOGADO	SEM ACORDO	DESC. DE ACORDO	
JANEIRO	15	19	10	39	00	83
FEVEREIRO	35	35	11	59	00	140
MARÇO	03	03	02	13	00	21
ABRIL	01	02	00	04	00	07
MAIO	14	11	03	11	00	39
JUNHO	17	11	00	08	00	36
JULHO	07	09	00	01	00	17
AGOSTO	25	13	00	18	00	56
SETEMBRO	51	31	00	47	00	129
OUTUBRO	25	24	00	17	00	66
<b>TOTAL</b>	<b>193</b>	<b>158</b>	<b>26</b>	<b>217</b>	<b>00</b>	<b>594</b>

Fonte: PROCON/PA - 2021

Durante os meses de **janeiro a novembro** foram realizadas **594 audiências de conciliação**, com **26 acordos homologados**, correspondendo o percentual de **4,38%**.

Arquivamento das Reclamações - 2021

CLASSIFICAÇÃO				
MESES	FUNDAMENTADA ATENDIDA	FUNDAMENTADA NÃO ATENDIDA	NÃO FUNDAMENTADA	TOTAL
JANEIRO	08	08	30	46
FEVEREIRO	00	02	11	13
MARÇO	00	00	02	02
ABRIL	02	00	08	10
MAIO	05	01	09	15
JUNHO	04	00	09	13
JULHO	09	02	09	20
AGOSTO	03	01	08	12
SETEMBRO	03	01	00	04
OUTUBRO	02	00	00	02
TOTAL	36	15	86	137

Fonte: PROCON/PA – 2021

**Gerência de Educação e Projetos: Reuniões, Palestras, Capacitações e Formações Técnicas.**

AÇÃO	PRODUTO	PERÍODO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
<b>Participação na Ação de Cidadania - Aniversário de Belém, promovido pela Fundação PARÁPAZ, na Aldeia Cabana Davi Miguel.</b>	Direito do Consumidor	12/01/2021	<b>Belém</b>
<b>Participação na Reunião da Comissão Permanente de Trabalho com Condão Administrativo da SEJUDH – Coordenadores e Gerentes e as servidora Roseane Modesto e Soraia Soares do PROCON.</b>	Direito do Consumidor	15/01/2021	<b>Belém</b>
<b>Treinamento “Termo de Referência”, ministrado pelo Gerente de Contratos e Convênios da SEJUDH para Soraia Soares, Edinaldo Pimentel–GEP, Roberto Carlos-TI, Roberto Barbosa – Expedição e Edson Costa - Fiscalização.</b>	Direito do Consumidor	27/01/2021	<b>Belém</b>
<b>Participação na Palestra “Armadilha de Consumo com um breve olhar da Educação Financeira”, proferida por Alexandre Damasceno (GEFAM/UFGA), no NUDECON, da Defensoria Pública do Estado e Café com Dr. Mauro, para tratar da Palestra e Semana do Consumidor.</b>	Direito do Consumidor	27/01/2021	<b>Belém</b>
<b>Participação na Reunião com a Secretária Adjunta de Ensino e Diretora da Educação Básica da SEDUC, para tratar sobre Nota Técnica 001/2021-SEJUDH/PROCON e parecerias de trabalho.</b>	Direito do Consumidor	05/02/2021	<b>Belém</b>
<b>Participação na reunião com o jurídico do SINEP/PA, DIJUR/SEJUDH e PROCON/PA, para resposta e ajustes na Nota Técnica 001/2021 – SEJUDH/PROCON.</b>	Direito do Consumidor	09/02/2021	<b>Belém</b>
<b>Oficina de Monitoramento e Avaliação do Planejamento Plurianual – PPA/2020-2023, online (via zoom) com a SEPLAD e vários órgãos do Estado.</b>	Direito do Consumidor	23/02/2021	<b>Belém</b>
<b>Live de Abertura do Dia Mundial do Consumidor, para o período de 15 a 31/03. Abertura e Fechamento: Secretário de Justiça e Direitos Humanos; Defesa do Consumidor em Números: Diretor do PROCON/PA; e Palestra: Defesa do Consumidor em Tempos de Pandemia: Coordenadora do NUDECON da Defensoria Pública do Pará.</b>	Direito do Consumidor	15/03/2021	<b>Belém</b>
<b>Publicação da LEI Nº 9.221, DE 15 DE MARÇO DE 2021, que Instituiu o Dia Estadual do Consumidor (11/09) e a Semana Estadual do Consumidor Responsável (comemorada, anualmente, na semana do mês de setembro em que estiver incluído o 11, dia de instituição do CDC.</b>	Direito do Consumidor	15/03/2021	<b>Belém</b>
<b>Reunião Online com PROCONS MUNICIPAIS e POLOS DO PROCON ESTADUAL, para tratar sobre, “A Municipalização na Defesa do Consumidor (Diretor do PROCON/PA) e “A Fiscalização na Defesa do Consumidor (Coordenador de Fiscalização do PROCON/PA).</b>	Direito do Consumidor	18/03/2021	<b>Belém</b>

### 1.3. Ações de Municipalização

MUNICÍPIO/ REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS/AÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL
<b>Xingu</b>	Reunião com autoridades do executivo e legislativo dos municípios de Altamira, Brasil Novo Medicilândia e Vitória do Xingu para incentivá-los e estimulá-los à criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC no Estado do Pará, conforme a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.	06 a 08/04/2021	Diretoria e Municipalização
<b>Guamá e Rio Capim</b>	Reunião com autoridades do executivo e legislativo dos municípios de São Miguel do Guamá e Paragominas (Municipalização do PROCON).	15 a 17/04/2021	Diretoria e Municipalização
<b>Tocantins</b>	Reunião com o Prefeito Municipal de Moju, para incentivá-lo e estimulá-lo à criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC no Estado do Pará, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997. Visita técnica ao PROCON Municipal de Abaetetuba.	13 a 16/05/2021	Diretoria e Municipalização
<b>Marajó e Tocantins</b>	Sensibilização de Gestores de Bagre, Currealinho, Ponta de Pedras, Portel e Oeiras do Pará, para Municipalização de PROCONS, através de Ofícios e Guias de Implementação de PROCONS.	Durante o mês de junho	Gerência de Educação e Projetos e Municipalização
<b>Marajó</b>	Reunião do Diretor do PROCON/PA com a Sra. Roselene Fachinelo de Nadal - Vice Prefeita de Portel, para tratar de demandas do Município e instalação do PROCON Municipal.	12 e 13/07/2021	Diretoria e Municipalização
<b>Rio Caeté</b>	Sensibilização de Gestores de Salinópolis para Municipalização de PROCON Municipal, através de Ofícios	Durante a “Operação Verão”.	Gerência de Educação e

	e Guias de Implementação de PROCONS. Fortalecimento das ações do PROCON Municipal de Bragança.		Projetos e Municipalização
<b>Guajará</b>	Planejamento da Capacitação em SINDEC no município de Altamira, Região de integração do Xingu, no âmbito da Ação de Apoio à Municipalização de Procons no Estado.	02/08/2021	Gerência de Educação e Projetos e Municipalização
<b>Xingu</b>	Capacitação em SINDEC no município de Altamira, Região de integração do Xingu, no âmbito da Ação de Apoio à Municipalização de Procons no Estado.	22 a 28/08/2021	Gerência de Educação e Projetos e Municipalização

Fonte: PROCON/PA – 2021

### Principais Atividades desenvolvidas pela Coordenação de Processo Administrativo

MESES	DECISÕES ADMINISTRATIVAS	MULTAS APLICADAS	ARRECADAÇÃO
<b>Janeiro</b>	00	00	00
<b>Fevereiro</b>	00	00	00
<b>Março</b>	00	00	10.894,86
<b>Abril</b>	06	374.038,76	00
<b>Maiο</b>	00	00	00
<b>Junho</b>	00	00	00
<b>Julho</b>	29	530.929,67	17.884,44
<b>Agosto</b>	22	369.997,77	91.308,89
<b>Setembro</b>	55	2.362.034,00	39.749,79
<b>Outubro</b>	12	237.731,20	77.159,37
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>3.874.731,40</b>	<b>236.997,35</b>

**OBS.:** A CPAD não teve dados para apresentar nos meses janeiro e fevereiro em função do processo de substituição da equipe; bem como no mês de maio e junho devido ao processo de regularização de senhas do novo coordenador e gerente do setor junto à SEFA/PA.

Fonte: PROCON/PA – 2020

### Atividades desenvolvidas pelo setor de Decisão Administrativa

MESES	PROCESSOS PROCEDENTES	PROCESSOS ARQUIVADOS	ORIENTAÇÕES, ANÁLISES, PARECERES ETC.	TOTAL GERAL DE AÇÕES
-------	-----------------------	----------------------	---------------------------------------	----------------------

<b>Janeiro</b>	00	00	00	<b>00</b>
<b>Fevereiro</b>	00	35	01	<b>36</b>
<b>Março</b>	03	00	00	<b>03</b>
<b>Abril</b>	03	00	22	<b>25</b>
<b>Mai</b>	12	109	14	<b>135</b>
<b>Junho</b>	02	04	110	<b>116</b>
<b>Julho</b>	00	00	00	<b>00</b>
<b>Agosto</b>	00	00	00	<b>00</b>
<b>Setembro</b>	13	00	311	<b>324</b>
<b>Outubro</b>	03	20	340	<b>363</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>168</b>	<b>798</b>	<b>1.002</b>
<b>OBS.: O Setor de Decisão</b> não apresentou dados no mês de julho. Quanto aos dados do mês de agosto, os mesmos foram integrados aos dados do mês de setembro.				

Fonte: PROCON/PA – 2021

### PARTICIPAÇÃO DO DIRETOR EM EVENTOS FORA DO ESTADO

No período que compreende os meses de janeiro a outubro de 2020, houve apenas duas participações do Diretor do PROCON/PA em evento fora do Estado, Maranhão/MA, de 04 a 07/05/2021 – Visita Institucional ao PROCON/MA com o objetivo de conhecer as atividades do Instituto, suas transformações e de forma técnica os procedimentos adotados nos setores de Atendimento, Fiscalização, Processos Administrativos e Decisão, e São Paulo/SP, 25/10/2021, para reunião com Diretoria do PROCON/SP para troca de experiência no âmbito de legislação pertinente à política de defesa do consumidor.

### PARTICIPAÇÃO DA DIREÇÃO EM AÇÕES EM MUNICÍPIOS ESTADO DO PARÁ

O Diretor do PROCON/PA participou de Ações Itinerantes de Fiscalização e de Prestação de Atendimento e Orientação aos consumidores quanto à qualidade dos produtos ofertados, exposição de produtos, a precificação e adequação ao Código de Defesa do Consumidor - Lei n° 8.078/90 e Lei Estadual n° 7.632/2012, em 42 municípios do Estado, no período de 11/02/2021 à 31/10/2021.

Além de acompanhar e supervisionar as Ações Itinerantes, em alguns municípios, reuniu-se com autoridades do executivo e legislativo com a finalidade de incentivar e estimular

a criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC no Estado do Pará, conforme a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Das iniciativas do Diretor com repercussão relevante para a sociedade, destacam-se:

13/01/2021 – Reunião da equipe do PROCON/PA (Coordenação e Gerência de Atendimento, Coordenação e Gerência de Fiscalização, representante da GEP e do Setor de Decisão-CPAD, sobre assuntos relacionados ao início do ano letivo/2021 nas escolas particulares do Pará.

12 e 14/01/2021 – Reuniões com o Jurídico e advogados da SEJUDH acerca da “I Nota Técnica” que dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas pelos estabelecimentos de ensino na rede particular do Estado do Pará quanto ao processo de matrícula e/ou rematrícula, materiais escolares e uniformes referentes ao ano letivo de 2021 e a aplicação da Lei Estadual nº 9.065/2020.

15/01/2021 – Reunião da Comissão Permanente de Trabalho com Condão Administrativo da SEJUDH – Coordenadores e Gerentes do PROCON e servidoras Roseane Modesto e Soraia Soares.

18 e 20/01/2021 – Reuniões com Coordenador do PROCON de Redenção Américo Marinho, secretário do Município de Redenção José Maria sobre parcerias.

19/01/2021 – Reunião com Servidores PROCON/PA, que possuem formação acadêmica em Direito. Pauta: Aspectos jurídicos relacionados à atuação do PROCON no Pará e Ações Estratégicas 2021 (Banco de Leis, Processos administrativos e Municipalização).

20/01/2021 – Reunião com equipe da GEP – Coordenadores e Gerentes do PROCON/PA, Secretário adjunto e representantes do Nuplan/SEJUDH sobre planejamento 2021.

20/01/2021 – Reunião com Diretora de Economia e Gerente de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda - SEDETER, de Marituba, sobre acordo de cooperação técnica e municipalização.

25/01/2021 – 3º Workshop sobre Métodos Alternativos de Solução de Litígios - Origem e Experiências do Consumidor.gov.br com o objetivo tratar do diagnóstico do Consumidor.gov.br

26, 27 e 28/01/2021 – 25ª Reunião Ordinária da Secretaria Nacional do Consumidor –

SENACON com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC –  
(online)

26/01/2021 – Reunião com o DIJUR/SEJUDH e CPAD/PROCON sobre Força Tarefa pra sanear processos na SEJUDH e PROCON/PA.

27/01/2021 – Reunião com a Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da SEJUDH sobre USIPAZ.

29/01/2021 – Reunião Geral do PROCON/PA para ajustar detalhes dos protocolos de segurança segundo o Decreto Estadual Nº 800, de 31 de maio de 2020, bem como as orientações da SEJUDH.

03 e 04/02/2021 – Viagens a São Miguel do Guamá e Quatipuru – Ação de Municipalização do PROCON

05/02/2021 – Reunião na SEDUC com a Secretária Adjunta de Ensino e Diretora da Educação Básica sobre a Nota Técnica 001/2021 – SEJUDH/PROCON e parcerias de trabalho.

08/02/2021 – Participação na Cerimônia de reativação do CENPREN.

08/02/2021 – Reunião com TJPA para tratar sobre Acordo de Cooperação para homologação dos acordos do PROCON.

08/02/2021 – Reunião com o SINEPE/PA, na SEJUDH, sobre a publicação da Nota Técnica e lista de material escolar.

10/02/2021 – Reunião com CAC/ALEPA sobre parcerias e possível implantação de um Polo do PROCON/PA na ALEPA.

11/02/2021 – Participação na cerimônia de abertura e orientação conjunta com o Procon Municipal de Castanhal.

15 e 16/02/2021 – Reuniões com IMETROPARÁ; com ASPAS; e SEMMA, sobre a Lei Estadual Nº 8.902/2019 – (Lei que proíbe o uso de sacolas plásticas nocivas ao meio ambiente em estabelecimentos comerciais).

19/02/2021 – Reunião Nacional online do PROCONBRASIL, objetivando a construção de pautas e de agenda positiva para 2021.

23/02/2021 - Reunião na SEJUDH com vários órgãos do Estado, para tratar sobre a Lei 8.902/2019 – (Lei que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais, localizados no Estado do Pará).

24/02/2021 – Reunião na PGE sobre a Lei 8.902/2019 – (Lei que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no Estado do Pará), com a participação do Secretário da SEJUDH e Coordenador Jurídico, do

Coordenador e do Gerente de Fiscalização do PROCON/PA.

02/03/2021 – Reunião Setorial da Secretaria Nacional do Consumidor com os PROCONS tendo como pauta entregas da SENACON, bem como alinhamento das diretrizes conjuntas de atuação da Secretaria junto aos PROCONS.

04/03/2021 – Reunião com o coordenador do PROCON de Ponta de Pedras, Wellington da Silva Lima.

04/03/2021 – Reunião na DIJUR/SEJUDH sobre a Regulamentação da Lei 8.902/2019.

15/03/2021 – Live de Abertura do Dia Mundial do Consumidor, com programação de 15 a 31. Abertura e Fechamento: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, Secretário de Justiça e Direitos Humanos; Palestra: Defesa do Consumidor em Números: Luiz Cavalcante, Diretor do PROCON/PA; Palestra: Defesa do Consumidor em Tempos de Pandemia: Luciana Rassy – Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Pará.

16, 17 e 18/03/21021 – Semana do consumidor, com ação de fiscalização em Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

23/03/2021 – Reunião virtual da Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, com os Procons e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, conforme o Ofício de Nº 398/2021/GAB-SENACON/SENACON/MJ para alinhar diretrizes conjuntas de atuação da SENACON junto aos PROCONS e ANP.

15 a 31/03/2021 – Mutirão de Renegociação de Dívidas com Operadoras Telefônicas Vivo, Tim e Claro; e com Bancos, Financeiras e Administradoras de Cartão eventos alusivos à Semana do Consumidor.

31/03/2021 – Reunião Ordinária nº 01/2021 do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD, realizada na modalidade híbrida (presencial e *online*).

06 a 08/04/2021 – Viagem a Altamira, Medicilândia, Vitória do Xingu e Brasil Novo para reunir-se com autoridades do executivo e legislativo desses municípios com a finalidade de incentivar e estimular a criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC no Estado do Pará, conforme a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997 - Municipalização.

14/04/2021 – Reunião com os representantes da SEJDH com o Núcleo de Relações Institucionais da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania - SEAC, para discussão, realinhamento e ampliação das ações da SEJUDH no Programa Estadual Territórios pela Paz (TerPaz), ainda em 2021, em Belém, Ananindeua, Marituba e no interior do Estado.

14/04/2021 – Reunião com o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

Turismo, Emprego e Renda - SEDETER de Marituba, sobre a implantação do PROCON Municipal de Marituba.

15 a 17/04/2021 – Viagem a São Miguel do Guamá e Paragominas (Municipalização do PROCON).

19/04/2021 – Reunião com a Coordenadora da Fiscalização e representante da Industria Gráfica Brasileira – IGB, sobre a implantação do SELO FISCAL para os garrafões de água mineral. <https://www.igb.com.br/selo/digitalpb/>

28/04/2021 – Reunião com o Secretário, Secretário Adjunto e Diretora Financeira, da SEJUDH, para tratar da solicitação das GTI dos servidores.

29/04 a 03/05 – Viagem a Salinópolis, Nova Timboteua e Capanema para supervisionar os trabalhos de fiscalização nos estabelecimentos comerciais, a fim de garantir os direitos dos consumidores contidos na Lei n° 8.078/90 e Lei Estadual n° 7.632/2012.

04 a 07/05/2021 – Visita Institucional ao PROCON/MA, objetivando conhecer as atividades do Instituto, suas transformações e de forma técnica os procedimentos adotados nos setores de Atendimento, Fiscalização, Processos Administrativos e Decisão.

11/05/2021 – Visita Institucional da SENACON ao PROCON/PA pela Dra. Maria Cristina Rayol – Coordenadora-Geral de Articulação e Relações Institucionais e Internacionais.

13 a 16/05/2021 – Viagem a Moju e Abaetetuba para reunir com o Prefeito Municipal de Moju, para incentivar e estimular a criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC no Estado do Pará, nos termos da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto n° 2.181, de 20 de março de 1997, assim como visita técnica ao PROCON Municipal de Abaetetuba.

17/05/2021 – Reunião com o fornecedor SAMSUNG sobre as demandas e reclamações frequentes de 2020 e 2021.

18/05/2021 – Reunião com o Secretário da SEJUDH e Gerente Administrativo Financeiro da Lucas Empreendimento, sobre o aluguel do prédio do PROCON/PA.

21/05/2021 – Reunião na PRODEPA para tratar sobre Desenvolvimento de Formulário de Cadastro para o Bloqueio de Telemarketing e de um App para Reclamação, conforme Lei n° 9.263/2021.

27 e 28/05/2021 – Viagem a Altamira/PA para entregar o Termo de Cooperação Técnica n° 01/2021 para implementação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC e acompanhar o Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos na posse do Coordenador do Núcleo Regional de Justiça de Altamira.

32/05/2021 – Reunião com a Secretária da SEPLAD, Secretário da SEJUDH, Diretora Administrativa, Coordenadora Financeira, Coordenadora do NUPLAN e Diretor Jurídico da SEJUDH, para tratar sobre melhorias para o PROCON.

16/06/2021 – Reunião na SEPLAD com a Diretora de Planejamento, Brenda Maradei – Pauta PPA 22/23

17/06/2021 – Reunião com Presidente da Câmara Municipal de Mocajuba e comitiva de vereadores do Município, para solicitação de uma ação de atendimento do PROCON.

18 a 20/06/2021 – Viagem a Irituia e Capitão Poço para supervisionar os trabalhos de fiscalização nos estabelecimentos comerciais, a fim de garantir os direitos dos consumidores contidos na Lei nº 8.078/90.

22/06/2021 - Reunião com a Dra. Andressa e Dr. Gustavo Quadros, para estabelecer parceria com o Ministério Público.

01 a 04/07/2021 – Supervisão e acompanhamento da “Operação Verão 2021”, nos municípios de Soure e Salvaterra.

08 a 11/07/2021 – Supervisão e acompanhamento da “Operação Verão 2021”, nos municípios de Salinópolis e Bragança.

12 e 13/07/2021 - Reunião com a Vice Prefeita de Portel - Pauta demandas do Município e instalação do PROCON Municipal, em Belém.

15 a 18/07/2021 – Supervisão e acompanhamento da “Operação Verão 2021”, no municípios de Santarém.

19 a 25/07/2021 – Supervisão e acompanhamento da “Operação Verão 2021”, no município de Marabá.

29 a 31/07/2021 – Supervisão e acompanhamento da “Operação Verão 2021”, no município de Salinópolis.

06/08/2021 – Reunião com Norte Refrigeração - Pauta: compressores e refrigeradores sem a garantia do fabricante.

18/08/2021 – Seminário Paraense de Direito do Consumidor – Pauta: Nova lei do Superindivíduo - Defensoria Pública.

18 a 22/08/2021 – Acompanhamento e supervisionamento dos trabalhos de fiscalização nos estabelecimentos comerciais no município de Paragominas, a fim de garantir os direitos dos consumidores contidos na Lei 8.078/90.

23/08/2021 – Reunião com a SEJDH, PROCON e ASPAS para a assinatura Acordo de Cooperação – Programa de Olho na Validade.

25/08/2021 – Comemoração alusiva aos 33 anos de instalação do PROCON/PA.

26/08/2021 – Participação na Ação Usina da Paz – Ação Social, realizada no bairro da Cabanagem.

26 a 28/08/2021 – Viagem a Augusto Correa, Bragança e Santa Luzia do Pará, com objetivo de articular com autoridades municipais e acompanhar ação itinerante do Governo do Estado, representando o Senhor Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

31/08/2021 – Reunião *online* representantes do fornecedor Multilaser - Pauta: reclamações contra a Multilaser.

21/09/2021 – Reunião com Igor Castro sobre os trabalhos no Polo de Marituba.

23 a 26/09/2021 – Viagem a Tucuruí, para ação de fiscalização no município em cumprimento ao Ofício nº 027/2021 da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Tucuruí.

29/09/2021 – Reunião na SEFA/Dívida Ativa para tratar sobre os processos administrativos a serem inscritos na Dívida Ativa do Estado.

30/09/2021 – Reunião com jurídico da Equatorial sobre nova fatura e outros assuntos afins.

20/10/2021 – Inauguração da Usina da Paz Icuí-Guajará – Ananindeua.

25/10/2021 – Reunião com diretoria do PROCON/SP, em São Paulo, para troca de experiência no âmbito de legislação pertinente à política de defesa do consumidor.

27/10/2021 – I ENCONTRO DE COORDENADORES DOS PROCONS MUNICIPAIS (2021-2024), com objetivo de instituir um relacionamento técnico que busque um maior intercâmbio de informações entre o PROCON/PA e os PROCONS Municipais.

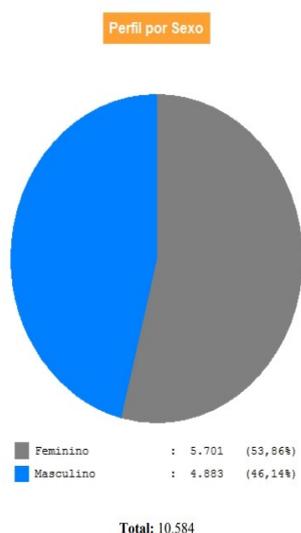
28 a 31/10/2021 - Viagem a Marabá, Sapucaia, Xinguara, Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia para articular com autoridades municipais e acompanhar ação itinerante do Governo do Estado, juntamente com Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Durante os meses - Entrevistas concedidas à imprensa escrita, falada e televisionada sobre temas pertinentes às relações de consumo.

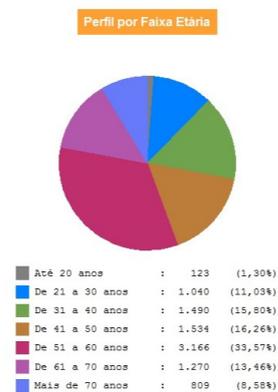
## 1. QUANTAS PESSOAS FORAM BENEFICIADAS?

JANEIRO A OUTUBRO DE 2021	
10.338	ATENDIMENTOS AO CONSUMIDOR
594	AUDIÊNCIAS REALIZADAS
1.106	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS(CAPITAL,REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR)

Gráfico Perfil do Consumidor/ Sexo – Jan a Out/2021



PROCON/PA  
Estatística por Perfil do Consumidor  
Todas as Unidades  
Período de 01/01/2021 a 31/10/2021



(OBS: Foram considerados apenas os Consumidores com Datas de Nascimento cadastradas)

Gráfico Perfil do Consumidor por Faixa Etária – Jan a Out/2021

## **QUAIS MUNICÍPIOS E REGIÕES BENEFICIADAS?**

### **AÇÃO DE ATENDIMENTO:**

R.I. Araguaia: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucumã, Xinguara

R.I. Carajás: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia

R.I. Baixo Amazonas: Alenquer, Almeirim, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Santarém

R. I. GUAJARÁ: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará

R. I. Guamá: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Vigia.

R.I. Lago do Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí.

R.I. Marajó: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Currealinho, Melgaço, Muaná. Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure

R.I. Rio Caeté: Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu

R.I. RIO Capim: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu, Ulianópolis

R.I. TAPAJÓS: Aveiro, Itaituba, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão

R.I. TOCANTINS Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia

R.I. XINGU: Altamira, Anapu: Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingú.

Ação de Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor (46)

R.I. Araguaia: Água Azul do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, Redenção, Tucumã.

R.I. Carajás: Eldorado do Carajás, Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia.

R.I. Baixo Amazonas: Santarém

R. I. Guajará: Ananindeua, Belém, Marituba.

R. I. Guamá: Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Capim.

R.I. Lago do Tucuruí: Goianésia do Pará, Nova Ipixuna.

R.I. Marajó: Salvaterra, Soure.

R.I. Rio Caeté: Bragança, Capanema, Nova Timboteua.

R.I. Rio Capim: Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Paragominas, Tomé-Açu, Ulianópolis.

R.I. Tapajós: Itaituba, Novo Progresso, Rurópolis, Jacareacanga.

R.I. Tocantins: Abaetetuba, Cametá, Mocajuba, Tailândia.

R.I. XINGU: Altamira, Medicilândia, Pacajá, Placas.

### 3. QUAL O VALOR APLICADO

<b>AÇÃO</b>	<b>DOT. ATUALIZ.</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>SALDO</b>
ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR	<b>140.801,00</b>	<b>35.150,55</b>	<b>105.650,45</b>
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	<b>1.344,205</b>	<b>667.242,21</b>	<b>675.237,65</b>

## **QUAIS AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS?**

Na Ação Atendimento e Orientação ao Consumidor, a equipe do PROCON Pará integrou a Caravana da Cidadania e Direitos Humanos.

Nestas ações é possível realizar Atendimento Preliminar Simples, Consulta CIP (Carta de Informação Preliminar) bem como orientar em relação a assuntos extra PROCON

Também são realizadas palestras sobre direitos básicos do consumidor dando ênfase para os temas mais demandados no PROCON como: empréstimos (pessoal, consignado e cartão consignação), financiamento/consórcio, fraudes, serviço de energia elétrica, serviço de telefonia e internet aos orientadores sociais dos Centro de Referência e Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Referência Social – CREAS e público em geral.

Outra atividade realizada é a entrega de Cartilhas do Fornecedor em estabelecimentos comerciais.

## **QUAL O IMPACTO DESSAS ATIVIDADES NA SOCIEDADE? NO QUE MELHOROU A VIDA DA POPULAÇÃO?**

Estar próximo da população conscientizando e divulgando os seus direitos e deveres nas relações de consumo é a forma mais adequada de defender o consumidor, porque muitas pessoas ainda desconhecem o poder e as atribuições dos Procons.

É também uma oportunidade para colocar em destaque a importância da existência de órgãos e entidades de defesa do consumidor nos municípios do interior do Estado, pois para garantir o respeito e a harmonização nas relações de consumo, e a devida aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor, é necessário que exista um Órgão de Defesa do Consumidor.

Quando um PROCON é instalado, várias características do mercado são aprimoradas, no entanto, é inegável o aumento da qualidade dos produtos e dos serviços postos à disposição dos consumidores, que, por sua vez, se tornam mais conscientes de seus direitos e, conseqüentemente, mais exigentes.

## **AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)**

A Ação 8801 – Atendimento e Orientação ao Consumidor, assim como a Ação 8803 – Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor, que compõe o Programa Cidadania e Direitos Humanos, cujo objetivo é a promoção dos direitos humanos, de acordo com o Caderno ODS, da SEJUDH estão em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 – Redução das Desigualdades, Meta 10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas

A este respeito, em de outubro durante a Oficina “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS” promovida pela Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD. Tema: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos foi solicitada a validação da Coluna de Metas dos ODS, para alinhamento com as ações executadas no PPA 2020-2023. Desta feita, sugerimos a inserção do ODS 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, Meta 12.8 – Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, tendo em vista as Ações de Educação para o Consumo que vão para além dos Direitos Básicos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, abordando temáticas relativas ao Consumo Consciente e nossa relação com o meio ambiente, levando em conta a reflexão sobre consumo e produção responsáveis, também contribui para balizar nossas ações e ter nos ODS’s, inspiração para pensar nossas metas e indicadores para a redução da pobreza, proteção do meio ambiente e promoção da qualidade de vida para todas as pessoas.

#### AVALIAÇÃO DOS COMPROMISSOS REGIONAIS:

A Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços do PROCON Pará, programou-se através do PPA – Plano Plurianual 2020/2023, com as seguintes metas:

<b>JANEIRO A OUTUBRO DE 2021</b>		
<b>REGIÃO DE INTEGRAÇÃO</b>	<b>Nº DE ESTABELECIMENTOS PROGRAMADOS</b>	<b>Nº DE ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS</b>
R.I. Araguaia	55	59
R.I Baixo Amazonas	30	14
R.I Carajás	70	75
R.I Guajará	825	361
R.I Guamá	135	99
R.I Lago de Tucuruí	40	52
R.I Marajó	20	28
R.I Rio Caeté	137	110
R.I Rio Capim	75	119
R.I Rio Tapajós	45	54
R.I Tocantins	85	89
R.I Xingu	45	46
<b>TOTAL</b>	<b>1.562</b>	<b>1.106</b>

Fonte: Relatórios Coordenação de Fiscalização PROCON/ Pará – 2021

### INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS

<b>Estabelecimentos fiscalizados (Capital, Região Metropolitana e Interior)</b>	<b>Atend. à denúncia do Consumidor</b>	<b>Orientação ao consumidor</b>	<b>Orientação ao fornecedor</b>	<b>Autos de Infração</b>	<b>Autos de Constatação</b>	<b>Fichas de Orientação</b>
1.106	366	228	434	147	115	133

Fonte: Relatórios da Coordenação de Fiscalização PROCON/ Pará – 2021.